

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**DA PRODUÇÃO DA VERDADE AO CONTROLE DO CORPO
O Dispositivo de Sexualidade e sua relação com o Biopoder**

**Thiago Ayres de Menezes Silva
Filosofia Prática**

UFPI /2018

DA PRODUÇÃO DA VERDADE AO CONTROLE DO CORPO
O DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE E SUA RELAÇÃO COM O
BIOPODER

Aluno: Thiago Ayres de Menezes Silva

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Filosofia -
PPGFIL/UFPI, como requisito para
qualificação e parcial obtenção do Título
de Mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia

Linha de Pesquisa: Filosofia Prática

Orientador: Fábio Abreu dos Passos

UFPI /2018

Dissertação defendida e _____, com a nota
_____ pela Banca constituída pelos professores:

Prof. Dr. Fábio Abreu dos Passos (Orientador) – UFPI

Prof. Dr. José Elielton de Sousa – UFPI

Prof. Dr. Helton Machado Adverse - UFMG

Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí
(PPGFIL – UFPI)

Teresina, _____ de _____ de 2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

S586p Silva, Thiago Ayres de Menezes.
Da produção da verdade ao controle do corpo o
dispositivo de sexualidade e sua relação com o biopoder /
Thiago Ayres de Menezes Silva. – 2018.
105 f.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade
Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Fábio Abreu dos Passos.

1. Biopoder. 2. Dispositivo de Sexualidade. 3.
Governamentalidade. I. Foucault, Michel. II. Título.

CDD 320.121

RESUMO

De que forma os diferentes mecanismos que produziram um discurso oficial sobre a verdade do sexo se relacionaram com certas técnicas de controle dos corpos de indivíduos e de populações? É essa pergunta que a presente dissertação tem por objetivo abordar. Essa pesquisa visa compreender o que Michel Foucault apresentou como *dispositivo de sexualidade* para que se possa entender de que forma diversos elementos, discursivos e não-discursivos, se relacionaram para que fosse possível a elaboração de um saber sobre a verdade do sexo. Esse desenvolvimento será analisado em relação à consolidação do *biopoder*, um momento no qual os mecanismos de poder investem sobre o próprio corpo daqueles que busca sujeitar através de duas tecnologias que atuam em âmbitos distintos, com diferentes métodos e diferentes finalidades: as *disciplinas*, mecanismo de poder que visa padronizar as condutas individuais tendo em vista uma norma, e a *biopolítica*, técnica de consideração de problemas que caracterizam os homens enquanto organismos vivos e os insere nos cálculos e estratégias de poder a partir de sua dimensão de grupo, população. Dessa forma, essa pesquisa busca compreender o papel que cabe ao dispositivo de sexualidade no interior do biopoder.

Palavras-chaves: Michel Foucault. Dispositivo de Sexualidade. Biopoder. Governamentalidade

ABSTRACT

In which way do the different mechanisms that produced an official speech about the truth of sex were related to certain techniques to control the body of individuals as well as populations? That is the question this thesis intends to approach. This research aims to understand what the Michel Foucault presented as *sexuality device* in order to comprehend in which ways a diversity of elements, both discursive and non-discursive, are related so it was possible to elaborate a field of knowledge about the truth of sex. From this point, an analysis will be conducted about the contribution of this device to the settlement of *Biopower*, a regime in which power tackles upon the bodies of those it wants to subdue through two technologies that work in different levels, with different methods and to different ends: the Disciplinary Power, a mechanism that intends to standardize individual behavior considering a norm that can work as a model to be referred to, a lower limit to be considered or an average to be respected; and Biopolitics, a technique that considers problems common to men as living beings and insert them in the strategies of power via security devices for example. Thus, this research intends to understand the role performed by the sexuality device inside Biopower so it is possible to think of ways of resisting to it.

Key Words: Michel Foucault. Sexuality Device. Biopower. Governmentality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 – MICROFÍSICA DO PODER E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO.....	16
1.1. Analítica Foucaultiana da Microfísica dos Poderes.....	17
1.2. O Conceito de <i>Dispositivo</i> e os Agenciamentos Concretos.....	25
1.3. Genealogia da Experiência Moderna da Sexualidade.....	32
1.4. As Relações de Poder e os Processos de Produção de Subjetividades	39
2 – ADESTRAMENTO DO CORPO E CONFISSÃO DA ALMA	44
2.1. Poder Disciplinar e Esquadrinhamento dos Corpos	45
2.2. Poder Pastoral e as Confissões da Alma	54
3 – O SABER-PODER PSQUIÁTRICO E A PRODUÇÃO DO SUJEITO DE DESEJO	68
3.1. A Questão da Biopolítica	68
3.1.1. Percursos até a noção de <i>governamentalidade</i>	75
3.1.2. Os Dispositivos de Seguridade: operadores da Biopolítica	79
3.2. Medicalização da Vida e Avanço do Biopoder	85
3.3. O Dispositivo de Sexualidade e a Normalização das Condutas	90
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
5 – REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Se o amor erótico e as práticas relacionadas a ele se encontram presentes nas interrogações filosóficas ao menos a partir de *O Banquete* de Platão, essa problemática passou para um domínio de ilegitimidade nos séculos subsequentes, encontrando poucas vozes que se voltassem para ela. Entretanto, desde os fins do século XIX, início do século XX, a Psicanálise de Freud atribuiu ao desejo, a partir de então compreendido através do construto da “sexualidade”, um papel central para a ontologia do homem contemporâneo. Desde então, referir-se a esses aspectos quando se trata de estabelecer a condição do homem no século XX se tornou frequente para pensadores de diversas perspectivas, fazendo do inquérito à sexualidade uma via privilegiada para descobrir a “verdade da condição humana”.

O filósofo francês Michel Foucault (1926 - 1984) lança, em 1976, o primeiro volume de uma obra intitulada *História da Sexualidade* na qual visa colocar essa conduta em perspectiva, onde busca entender por que se pensou, desde o século XVIII, que seria preciso produzir um discurso oficial e verdadeiro sobre o sexo.¹ A partir de uma série de análises históricas a respeito dos diferentes procedimentos de extração/construção da verdade do sexo, Foucault busca descortinar uma estratégia que, diferentemente à hipótese tornada hegemônica a respeito de sua repressão durante a era burguesa (sécs. XVIII - XX), funcionaria a partir desses procedimentos, dando à verdade dos desejos e da sexualidade um papel central na constituição das sociedades ocidentais contemporâneas.

Nesse trabalho, Foucault não limita sua análise ao discurso científico produzido sobre a sexualidade, mas a uma série de fatores heterogêneos, tais como discursos religiosos, morais dentre outros, as instituições e técnicas bastante específicas de produção de verdade que se relacionam de forma a levar adiante certa estratégia em relação a esse aspecto da existência humana que será pensado então como “sexualidade”. A essa rede Foucault denomina *dispositivo*, sendo esse dispositivo que caracterizaria a relação do homem ocidental com sua sexualidade nos últimos quatro séculos. Essa relação consiste em não só pensar no sexo como algo de que se deve

¹ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. p. 20

extrair prazer, mas, antes, uma experiência a partir da qual é preciso descobrir uma verdade. Diante desse questionamento, nos parece sintomático o título do primeiro volume da *História da Sexualidade* escrito por Foucault, a saber, *A Vontade de Saber*.

No conjunto da obra de Foucault, o projeto de uma *História da Sexualidade* foi por vezes compreendido como algo distinto ou desconexo dos seus demais trabalhos, mas é o próprio filósofo francês que tratou diversas vezes de apontar a continuidade desse projeto com as pesquisas que vinha desenvolvendo anteriormente.² Dessa forma, o estudo do dispositivo de sexualidade leva adiante uma linha já iniciada em *História da Loucura*, pois o que está em questão aqui é como se produziu um discurso verdadeiro sobre o sexo e a sexualidade, assim como, naquele livro, o filósofo havia se interrogado a respeito do aparecimento de um discurso oficial a respeito da loucura. Ao mesmo tempo, Foucault também desenvolve nesse trabalho uma “analítica do poder” a partir da exploração do caráter produtivo dos mecanismos de controle de condutas que se relacionam com esse saber sobre a sexualidade, contrastando mais uma vez com aquela concepção tradicionalmente aceita de que o poder se exerce na forma da Lei e do interdito, pesquisa que ele já havia começado em *Vigiar e Punir* (1975) quando dissera que as disciplinas surgidas nos quartéis, nas escolas, nas fábricas etc., indicavam formas de gerenciamento de condutas que não eram simplesmente repressivas.

O estudo das disciplinas apontava uma expansão cada vez maior dessa forma específica de investimento político a partir do fim do século XVIII, levando Foucault a afirmar a existência de uma “anatomia política”, que possibilita não somente um domínio sobre o corpo dos outros para que façam o que se quer, mas principalmente para que o façam *como se quer*³. Por sua vez, o estudo dos investimentos políticos relacionados ao dispositivo da sexualidade indicou a entrada da vida em sua dimensão biológica, tal como se apresenta em fenômenos como natalidade, mortalidade, etc., no jogo político, o que levou Foucault a indicar o surgimento de uma “biopolítica das populações.”⁴ Esses dois eixos estratégicos caracterizariam a constituição de uma nova forma de exercício de poder, chamada por ele de *biopoder*.

Nesses termos, essa pesquisa se coloca a seguinte questão: Qual o papel

² Cf. FOUCAULT, Michel. “Não ao sexo rei” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. SP. Graal. 2012. p. 344-346

³ Id. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 41ª Edição. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2013. p. 133

⁴ Id. Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. p. 150-151.

estratégico do *dispositivo de sexualidade*, ou seja, o conjunto formado por diferentes elementos que compõem uma forma específica de política dos prazeres sexuais, para uma maior efetivação das tecnologias disciplinares e biopolíticas, portanto, daquilo que compõe o Biopoder?

Enquanto o estudo do biopoder foi vastamente desenvolvido depois da publicação dos textos de Foucault que versaram sobre o tema, em sua maioria, transcrições de suas aulas no Collège de France,⁵ a obra *A Vontade de Saber* ficou muitas vezes com um papel de obra programática, mas cujo projeto de análise não será desenvolvido. Esse programa teria sido abandonado pelo filósofo em decorrência de sua imersão no problema específico do governo das populações e de uma arte de governar e, depois disso, nas pesquisas sobre as “técnicas de si”, que permitiriam aos homens se constituírem como sujeitos morais⁶. Entretanto, alguns intérpretes da obra de Foucault, tais como Edgardo Castro, Peter Pál Pélbart e Jean-François Bert, apontaram a importância do dispositivo da sexualidade por ser aí mesmo que imbricam as duas técnicas que se voltarão ao corpo no interior do biopoder: as *disciplinas* e a *biopolítica*.⁷ Dessa forma, uma análise detida sobre o papel desse dispositivo em sua relação com essas tecnologias de controle e regulação dos indivíduos apresenta-se como pertinente no contexto de uma exploração mais detalhada de conceitos que se relacionam no interior da obra de Foucault.

Portanto, desejamos compreender como se estrutura o *dispositivo de sexualidade* em sua configuração contemporânea e quais são as suas implicações táticas no estabelecimento de normas de comportamentos ou formas de desejo. Faz-se preciso, portanto, elaborar um trabalho de análise desses conceitos tal como aparecem em suas origens, para que seja possível proceder aos devidos deslocamentos para sua problematização na contemporaneidade.

A recepção do pensamento foucaultiano tradicionalmente divide sua obra em pelo menos dois momentos,⁸ mas o mais comum é apontar pelo menos três fases

⁵ Cf., a respeito da importância e desenvolvimento subsequente das pesquisas sobre biopoder, PÉLBART, Peter Pál; *Vida Capital*. São Paulo. Iluminuras. 2011. p.13-15

⁶ MACHADO, Roberto. “Por uma Genealogia do Poder” in FOUCAULT, Michel; *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Graal. 2012. p. 30-32

⁷ CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2015 p. 104

⁸ Quanto a essas divisões, muitas vezes respaldadas na biografia de Foucault, indicamos duas das primeiras obras dedicadas ao seu pensamento, que buscam estabelecer teoricamente essa distinção: quanto à compreensão de dois momentos do pensamento foucaultiano, cf. DREYFUS, Hubert &

distintas da obra do filósofo. Enquanto a sua produção da década de 60 se voltou para o estudo da formação de algumas ciências que tinham o homem como objeto, tais como a psiquiatria, a medicina e as ciências humanas, em um procedimento que se formulou enquanto uma “arqueologia do saber”, a sua atividade da década de 70 caracterizou-se como uma “genealogia do poder”. Nesse momento, aspectos que podem ser denominados mais imediatamente políticos, que já estavam presentes em suas análises ainda que de forma incipiente, passam ao primeiro plano. Por fim, é nos últimos seis anos de vida do filósofo que ele se volta para uma “genealogia dos processos de subjetivação”, apontando uma dimensão mais imediatamente ética em seu trabalho.⁹

Dessa forma, tendo como foco os anos intermediários da produção de Foucault, as obras que se apresentam como mais importantes para o desenvolvimento desse trabalho são *Vigiar e Punir* (1975), em que o filósofo desenvolveu pesquisas que abordavam uma primeira tecnologia de incidência do poder sobre os corpos dos indivíduos, assim como, especialmente, o primeiro volume de *História da Sexualidade*, denominado *A Vontade de Saber* (1976), onde essa pesquisa é desdobrada em outras formas, discursivas e não discursivas, com que o poder investe aquilo que seria mais vivo em nossos corpos.¹⁰ Além dessas obras, esse trabalho também terá como *corpus* os cursos ministrados por Foucault na década de 70 no Collège de France e que, a partir do final da década de 1990, passaram a ser publicados em francês e em outras línguas. Esses cursos apresentaram um momento de grande expansão nas pesquisas sobre Foucault, pois a partir de suas publicações, certas faces das pesquisas foucaultianas tornaram-se mais acessíveis por serem abordadas de modo mais detalhado.

Nesse momento, é importante salientar que essas mudanças apontadas anteriormente não carregam a característica de reviravoltas completas de uma preocupação à outra, como se seguidas de um completo abandono dos trabalhos anteriores, mas, antes, são como que uma ampliação do escopo das análises de modo a compreender aspectos até então não explicitados. É dessa forma que a passagem do Foucault arqueólogo para o Foucault genealogista pode ser interpretada nesses termos:

RABINOW, Paul. *Michel Foucault*. Uma Trajetória Filosófica para além do Estruturalismo e da Hermenêutica. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2013. ; por sua vez, para a divisão de seu percurso em três momentos, cf. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa. Edições 70. 2012.

⁹ A respeito das diferentes formas com que os intérpretes de Foucault lidaram com os diferentes momentos de sua obra e sua coerência interna, ou não, Cf. BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. São Paulo. Editora Parábola. 2013. p. 26-29.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. São Paulo. Paz e Terra. p.16-17

Digamos que a arqueologia, ao procurar estabelecera constituição dos saberes privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições, respondia a *como* os saberes apareciam e se transformavam. Podemos então dizer que a análise que em seguida é proposta tem como ponto de partida a questão do *porquê*. Seu objetivo não é principalmente descrever as compatibilidades e incompatibilidades entre saberes a partir da configuração de suas positivities; o que pretende é, em última análise, explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que, imanescentes a eles – [...] – os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica¹¹.

É nesses termos que se pode compreender a análise feita por Foucault sobre a sexualidade. Aqui, é preciso deixar claro que Foucault não entende a sexualidade como um domínio exterior aos saberes e táticas que, de alguma forma, se voltam sobre ela, mas, antes, uma “realidade” derivada exatamente dessas práticas.¹² Daí a importância do conceito de *dispositivo de sexualidade*. Será esse conceito que permitirá a Foucault realizar a análise que deseja. Assim, quanto à sexualidade e seu dispositivo, o ponto de partida da análise de Foucault será certa “hipótese repressiva” que sempre entendeu a relação entre sexualidade e poder nos termos de uma repressão ou censura, que visaria acima de tudo manter o sexo inexistente em um nível discursivo ou falsear a natureza do mesmo.¹³

Na esteira dessas questões, Foucault trata de enfatizar que seu objetivo não é fazer crer que não haja repressão quanto ao sexo, mas recolocar essas situações no interior de uma estratégia mais ampla dos discursos que se produziram sobre a sexualidade a partir do século XVII. Dessa forma, a hipótese que Foucault lança nesse trabalho é que, ao invés de as sociedades Ocidentais terem exercido cada vez mais uma censura em relação à sexualidade, o que caracterizaria a relação do poder e do sexo seriam uma *vontade de saber*, uma elaboração cada vez mais sofisticada de mecanismos que permitissem extrair a verdade do sexo e convertê-la em discurso. Tal como aponta Foucault, essa proliferação de discursos a respeito do sexo não surge apenas em um domínio de clandestinidade, como que para a confrontação com uma lei que determinaria o lícito e o ilícito, mas no próprio ceio dos discursos legitimados, para que

¹¹ MACHADO, Roberto. “Por uma Genealogia do Poder” in FOUCAULT, Michel; *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. SP. Graal. 2012. p. 11

¹² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. São Paulo. Paz e Terra p.165-166

¹³ Cf. Id. Ibid. p.7-18 a respeito da “hipótese repressiva”

se desvendassem os mecanismos que operavam no desejo de cada um, para que essa fala provocasse uma modificação nesse desejo em si¹⁴. A sexualidade não será mais apenas uma prática ligada à produção de prazer, mas um espaço de verdade, um objeto de saber.

Desse modo, é em práticas como as adotadas pela nova pastoral cristã do século XVII que Foucault acredita encontrar momentos em que essas técnicas de produção e extração da verdade ganham importância e sofisticação. Em contextos como esse, o filósofo questiona as investidas para produzir efetivamente essa análise dos desejos. As tecnologias desenvolvidas nesse ambiente não permanecerão atreladas com esses problemas específicos do mundo cristão, mas encontrarão sua disseminação em vários campos. Isso se dá por sua importância para um novo mecanismo de poder que se volta para o “interesse público”¹⁵. Esse mecanismo é o nascimento da medicina social através de três processos centrais: a normalização da atividade médica em decorrência do nascimento de uma medicina de Estado, o nascimento de uma medicina urbana e higienista que buscava aplacar uma série de medos que se produziram no interior das grandes cidades em decorrência de questões como superpovoamento, e a preocupação com a saúde das classes operárias, que passaram a se apresentar como um risco para a saúde de outras classes.¹⁶ É nesse contexto de uma medicalização generalizada do corpo social que Foucault aponta primeiramente a importância da permanência daqueles mecanismos de auscultação do sexo.

São essas preocupações que inserem esse estudo de Foucault em uma relação com as pesquisas que ele vinha realizando antes da publicação dessa obra, em livros como *Vigiar e Punir*, e em seus cursos no Collège de France durante os anos de 1973-1975; mas, ao mesmo tempo, é o primeiro volume de *História da Sexualidade* que inaugura um novo campo de pesquisas representado pelas estratégias de governo e regulação das populações, das quais ele vai se ocupar em seus cursos dos anos 1976 – 1979. Se na primeira parte desses trabalhos, Foucault se ocupou daquela tecnologia do poder que ele chamou de *Disciplina* ou *Poder Disciplinar*, a segunda parte foi dedicada ao estudo da *Biopolítica*.

A união dessas preocupações é o que caracteriza a entrada em um paradigma

¹⁴ Id. Ibid. p.22-26

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. São Paulo. Paz e Terra. p.26

¹⁶ Id. *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. SP. Graal. 2012. p.143 - ss

político que Foucault chamou de “biopoder”. O biopoder é o momento em que a vida em sua face biológica, e não apenas histórica, passa a ser levada em conta pelos cálculos de governo. Foucault afirma que as táticas do biopoder se situam como em um espectro que tem como extremidades as práticas disciplinares, que visam otimizar e padronizar as condutas individuais com vistas a uma maior produtividade da performance dos mesmos, ao mesmo tempo que busca lhes tornar subordinados, e os controles reguladores da população, que surge então como um problema a ser equacionado nas estratégias de governo. É a partir desses estudos sobre o biopoder que Foucault vai se distanciar cada vez mais daquelas concepções tradicionais sobre o poder enquanto repressão ou enquanto soberania e se voltará para uma compreensão do mesmo enquanto conflito de forças

Destarte, se coube ao próprio Foucault apresentar a importância do dispositivo de sexualidade no interior de suas pesquisas sobre o biopoder, ao afirmar que a importância desse dispositivo decorria dele estar em um ponto de cruzamento entre as disciplinas e os mecanismos de regulação das populações, o filósofo não dedicou um estudo acabado sobre a relação entre esses dois tópicos de suas pesquisas, mas apenas indicações em seus “ditos e escritos”. Assim, esse trabalho se voltará para o esclarecimento dessas relações de implicação mútua, em uma tentativa de compreender a importância do funcionamento do dispositivo de sexualidade para o desenvolvimento dessas duas tecnologias do poder.

Para levar adiante essa análise, será confrontando o funcionamento desse dispositivo em diferentes configurações, ligando as modalidades de produção da verdade sobre o sexo/sexualidade/desejo às diferentes maneiras de administração e controle das condutas dos indivíduos assim como grupos que compõem o tecido social, como por exemplo, no interior do discurso médico, nas práticas de confissão cristãs ou psiquiátrica. Esses procedimentos serão analisados em suas relações com estratégias mais amplas de normalização das condutas, bem como com a produção de um saber que se volta para uma arte de governar e que atribui uma importância cada vez maior a mecanismos de segurança das populações.

Dessa forma, a pesquisa será composta de três movimentos. No primeiro capítulo, buscaremos esclarecer as particularidades da interrogação foucaultiana diante das questões do poder entendido como controle de condutas. Para tanto, analisaremos

de que forma Foucault compreende o funcionamento e o alcance daquelas tecnologias de poder estudadas por ele. Nosso objetivo nesse primeiro momento é evidenciar de que forma o filósofo compreende que são os processos de subjetivação o ponto culminante dessas tecnologias, o que garantirá sua eficácia. Esse primeiro momento nos ajudará a compreender o nó constituído pelo dispositivo de sexualidade e o biopoder, uma vez que é a construção da sexualidade como “nossa verdade” que garantirá a atenção que lhe dedicamos.

No segundo capítulo, analisaremos os processos de constituição desses sujeitos enquanto objetos possíveis de um saber verdadeiro que abriria, assim, um campo de intervenção em seu comportamento. Nessa etapa, dividiremos nossa análise em dois momentos, a saber, em relação aos dispositivos disciplinares que possibilitam a criação de saberes sobre os indivíduos enquanto objetos, ou seja, as ciências humanas; depois, nos concentraremos nos processos de produção de saberes dos sujeitos gerados por eles mesmos a partir dos mecanismos de confissão, relacionando-os com as formas de sujeição implicadas em suas constituições históricas.

No terceiro capítulo, será analisado de que forma o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais preocupada com a manutenção de certa estado de ordem condiciona a consolidação de certa prática médica pensada como higiene social, o que englobará a sexualidade a partir de um saber-poder psiquiátrico que busca proteger a sociedade de certas condutas perigosas que estariam, em última instância, relacionadas a disfunções ou descaminhos do desenvolvimento dessa parte desejante dos indivíduos. O que buscaremos demonstrar é de que forma essa problematização da sexualidade permite o funcionamento de uma estratégia individualizante e, ao mesmo tempo, globalizante de gerenciamento das condutas.

Dessa forma, esperamos contribuir em dois campos, um primeiro que seria o dos estudos foucaultianos, voltados à análise de aspectos do pensamento desse filósofo em constante movimento, assim como de levar adiante aquela forma de atividade filosófica que o próprio Foucault pensou como tão valiosa para a criação de outros modos de existir, uma filosofia que é “o deslocamento e a transformação dos parâmetros de pensamento, a modificação dos valores recebidos e todo o trabalho que se faz para pensar de outra maneira, para fazer outra coisa, para tornar-se diferente do que se é”¹⁷.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. “O Filósofo Mascarado” in *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de*

CAPÍTULO I

MICROFÍSICA DO PODER E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

O trabalho de Michel Foucault pode ser caracterizado por um percurso descontínuo no qual o filósofo transcorreu diversos domínios, colocando-lhes por sua vez diferentes questões que apontavam para seus interesses e preocupações cambiantes; também por sua criatividade tanto conceitual quanto metodológica, com a qual desenvolveu formas inusitadas de pesquisar os problemas que capturavam a sua atenção. Entretanto, se a tônica da mudança e do deslocamento está presentes de forma notável no percurso de seu pensamento, tal como atestam as introduções a *A Arqueologia do Saber* e a *O Uso dos Prazeres*¹⁸, é possível perceber uma coerência no interior dessas movimentações. Entretanto, é preciso que entendamos essa coerência tal como o faz Gilles Deleuze: não como um sistema em razoável equilíbrio, mas como a coerência subterrânea de uma cadeia vulcânica.¹⁹

Dessa forma, nessa dissertação, nos movimentaremos entre as diferentes configurações da produção foucaultiana, para compreendermos o maior número de perspectivas possíveis pelas quais o filósofo abordou os problemas que analisaremos, sempre buscando realçar os deslocamentos efetuados em seu pensamento, bem como suas continuidades. A questão que nos colocamos foi, portanto, a seguinte: de que forma a configuração do dispositivo de sexualidade possibilitou ou favoreceu a consolidação de um regime político no qual a vida biológica dos indivíduos passa a constituir uma parte essencial dos cálculos das instituições de governo, ou seja, daquilo que ele chamou de biopolítica? Assim, desejamos compreender as relações estabelecidas por Foucault entre esses conceitos, bem como as modificações dessa questão ao longo de seu percurso intelectual.

Como pretendemos demonstrar, é a partir de uma opção por uma diferente

Pensamento. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2013. (Ditos e Escritos vol. II). p.321.

¹⁸ Cf. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2013. p.21; e Id. *História da Sexualidade II. O Uso dos Prazeres*. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.12-14

¹⁹ Deleuze se utiliza dessa imagem para mostrar que a lógica de um pensamento como o de Foucault não estaria do lado da consolidação de um sistema de conceitos cada vez mais bem relacionados que acabariam por proporcionar um painel explicativo a um conjunto sempre maior de problemas, mas no “conjunto das crises que atravessa, [sua lógica] assemelha-se mais a uma cadeia vulcânica do que a um sistema tranquilo cada vez mais próximo do equilíbrio”. Cf. DELEUZE, Gilles. “Rachar as coisas, rachar as palavras” in *Conversações*. 1972-1990. 3ª Edição. São Paulo. Editora 34. 2013. p.110-ss.

perspectiva de abordagem da questão do poder e de suas estratégias de controle que Foucault desenvolveu seus estudos que resultariam em sua *História da Sexualidade*. Em seu primeiro volume, *A Vontade de Saber*, o filósofo produz uma gama de hipóteses que serão lançadas a título de programa investigativo, e que deveriam ter sua acuidade testada a partir de um confronto com as análises históricas que seguiriam a esse primeiro volume. Se esse projeto se modificou substancialmente nos demais volumes que surgiram, essas questões não foram abandonadas pelo filósofo, como se pode perceber por seus cursos da segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980. Dois desses aspectos foram a negação de uma sexualidade que teria sido cada vez mais reprimida desde o advento de uma sociedade burguesa, mas que teria sido constituído por uma variedade de fatores que Foucault agrupa no *dispositivo de sexualidade*, e a configuração de um novo regime de poder em que a “população” aparece como um problema político de primeira importância, portanto, a problemática do *biopoder*, que optamos por analisar.

Para tanto, seguiremos um percurso a fim de apresentar primeiramente em quais termos o pensamento foucaultiano problematiza a questão do poder e de que forma ele a singulariza. Após esse primeiro movimento, nos voltaremos para o conceito de *dispositivo* por compreendermos que é a partir dele que Foucault poderá estabelecer a especificidade de suas análises. Em seguida, trataremos especificamente da maneira como o dispositivo de sexualidade é compreendido pelo pensamento foucaultiano, que táticas o compõem e de que forma ele engendra uma determinada sexualidade enquanto uma *experiência* típica da modernidade. Nesse momento, explicitaremos a pertinência da questão dos *processos de subjetivação* para nossa análise, uma vez que a constituição de sujeitos de desejo através das diferentes tecnologias do dispositivo de sexualidade, dentre as quais as práticas de confissão terão importância fundamental, nos parece estar relacionada de modo inseparável às táticas e estratégias de um governo nos modos da biopolítica.

1.1 Analítica Foucaultiana da Microfísica dos Poderes

Ao adentrar o texto foucaultiano em suas inflexões sobre o campo político, é preciso algumas precauções que remetem a prudências metodológicas estabelecidas

pelo próprio filósofo. Na verdade, o que se pode encontrar no texto foucaultiano é uma colocação explícita de si à distância daquilo que caracterizaria uma forma tradicional do pensamento filosófico de abordar o problema do poder e de seu exercício.²⁰ Em diversos momentos de sua obra, Foucault apresenta a importância que foi dada, pela tradição do pensamento filosófico, ao problema dos limites legítimos do exercício do poder. Através do questionamento sobre a fundação de leis justas, das formas virtuosas de exercício da soberania, ou das razões pelas quais se constituiria um Estado, a atividade filosófica recolocou a questão do poder, de seu limite, de sua necessidade e de sua legitimidade, como se pode perceber nas obras de Nicolau Maquiavel²¹, Thomas Hobbes²² ou Jean-Jacques Rousseau²³. Entretanto, não é esse o problema sobre o qual ele se interroga. O que encontramos no pensamento foucaultiano é uma análise de diversas tecnologias de poder, dentre elas, o direito e todos os aparelhos que o sustentam e o reforçam, e de seus efeitos em termos de dominação, controle e sujeição, bem como de outras modalidades de relações de poder.²⁴

É com vistas a isso que Foucault propõe alguns “princípios” que buscam colocar em uma perspectiva crítica aquelas análises feitas nos termos tradicionais do pensamento filosófico a respeito da questão do poder e de seu funcionamento. Em primeiro lugar, o questionamento a respeito do poder não é feito em termos de o que ele seria, mas de como ele se exerce. Assim, o filósofo não reconhece a evidência de que o poder seria algo como uma substância, com a sua origem, finalidades e predicativos determináveis a partir de seus “modos”; antes, o que se encontra em seu trabalho é uma análise a respeito de como certos mecanismos produzem diferentes formas de

²⁰ Em uma conferência proferida no Japão em 1978, Foucault estabelece um quadro no qual apresenta as maneiras pelas quais a filosofia se relacionou com a questão do poder instituído. Ele afirma que, através de três práticas diferentes, a filosofia e os filósofos sempre colocaram a questão dos limites legítimos do poder. Nessa ocasião, Foucault apresenta seu trabalho como uma outra forma possível de colocar o problema do poder em que a filosofia não tentaria estabelecer seus limites, mas “que ela se dê por tarefa analisar, elucidar, tornar visível e, portanto, intensificar as lutas que se desenrolam em torno do poder, as estratégias dos adversários no interior das relações de poder, as táticas utilizadas, os focos de resistência, em suma, com a condição de que a filosofia deixe de colocar a questão do poder em termos de bem ou do mal, mas sim em termos de existência”. Para melhor compreender a argumentação foucaultiana, cf. FOUCAULT, Michel. “A Filosofia Analítica da Política” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. V). p.38-42

²¹ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4ª Edição. São Paulo. SP. WMF Martins Fontes. 2010.

²² Cf. HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. 3ª Edição. São Paulo. SP. Martins Fontes Selo Martins. 2014.

²³ Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. São Paulo. SP. Penguin/ Companhia das Letras. 2011.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p.24.

dominação, controle ou sujeição. Por exemplo, ao se questionar a respeito das prisões, não é possível encontrar a afirmação de que seria nessas instituições, e não no Estado, que encontraríamos a essência daquilo que se chama de Poder, mas simplesmente uma tentativa de mapear que forma de controle é exercido em instituições como essas, assim como que tipo de tecnologia de controle possibilita sua existência²⁵. Dessa maneira, o questionamento de Foucault não se direciona ao problema “O que é o Poder?”, mas se volta para as relações de poder que se estabelecem em domínios específicos e como se exercem em sua singularidade.

A partir desse posicionamento, surge outro princípio que consiste em não considerar o poder como uma propriedade que uns detêm e outros não. Ao invés disso, encontramos em Foucault o desenvolvimento gradativo de uma concepção em que o poder só existe enquanto exercício. Portanto, a proposta de análise foucaultiana

[...] supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e as vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.²⁶

Portanto, uma vez que para o pensamento foucaultiano não há algo como “aqueles que detêm o poder” e “aqueles que não o possuem”, não faz sentido, por conseguinte, colocar a questão a respeito da intenção que motivaria determinada relação específica de poder e a sujeição que dela decorreria. Entretanto, isso não implica em uma irracionalidade dos mecanismos de poder, uma vez que sua inteligibilidade está do lado de suas táticas e estratégias, em sua relação com aquele domínio em que procura agir. Como afirma Deleuze em seu *Foucault*²⁷, as análises foucaultianas não buscam invalidar aquelas que se constituem em termos de “luta de classes” etc., mas, antes, conferir-lhes uma nova configuração, pois o que caracterizaria as relações de poder não seria sua homogeneidade, ou continuidade, mas a sua *singularidade*; a especificidade de

²⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Nascimento da Prisão. 41ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2013. p.26-27

²⁶ Id. Ibid. p.29

²⁷ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa. Edições 70. 2012. p.41

seu funcionamento em cada local onde fossem encontradas. Assim, a pergunta que deve ser feita não é “qual a intenção por trás de determinada investida do poder?”, mas “o que se passa no momento mesmo em que determinado mecanismo de controle funciona?”²⁸.

Essa interpretação de Deleuze não aparece aqui de modo fortuito, uma vez que Foucault afirma que foi através da leitura de textos escritos por Deleuze, tais como *Nietzsche e a Filosofia* e *O Anti-Édipo*, que sua percepção das relações de poder modificou-se, levando-o a pensar que elas funcionariam não apenas entre aqueles sujeitos clássicos da discussão política, tais como burguesia e proletariado, mas também entre o psicanalista e seu paciente, um editor de jornais e aqueles a quem coordena etc.²⁹ É por isso que, ao se posicionar a respeito da intencionalidade das estratégias de poder, Foucault deixa claro que essas possuem uma direção, uma espécie de vetor, mas isso não necessariamente implica que essa orientação tenha sido deliberada por um sujeito específico:

Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce? [...] Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detém. Mas a noção de “classe dirigente” nem é muito clara nem elaborada. “Dominar”, “dirigir”, “governar”, “grupo no poder”, “aparelho de Estado” etc. é todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria preciso saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. *Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.* (grifos nossos)³⁰

Essa não identificação de um sujeito possuidor e, portanto, que exerceria o poder em última instância, nos aproxima de outro cuidado que encontramos nas análises foucaultianas: o de não colocar o Estado como instância central de toda forma de dominação efetuada em um corpo social. O que se encontra é uma inversão típica ao

²⁸ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p.25

²⁹ Quanto à importância de Deleuze e Guattari para a constituição dessa abordagem do pensamento foucaultiano a respeito do poder, conferir especialmente a mesa-redonda que sucede as conferências de Foucault nomeadas “A Verdade e as Formas Jurídicas” in *Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. X) p.229-230 e o diálogo entre Foucault e Deleuze, publicado como “Os Intelectuais e o Poder” in FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Graal. 2012. p.138-140

³⁰ Id. “Os Intelectuais e o Poder” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Graal. 2012. p.138

pensamento de Foucault³¹, a partir da qual ele afirma que, ainda que seja possível estabelecer sistemas de dominação globais, esses seriam decorrentes da incorporação de dispositivos específicos de poder e de suas táticas em estratégias globalizantes que poderiam se dar através de mecanismos como as instituições legais, administrativas ou econômicas. A relação entre essas duas esferas não seria, portanto, de determinação das instâncias específicas pelo Estado e suas políticas gerais; antes, Foucault assim caracteriza esse jogo:

Entre elas, nenhuma descontinuidade, como seria o caso de dois níveis diferentes (um microscópico e outro macroscópico); mas também nenhuma homogeneidade (como se um nada mais fosse que a projeção ampliada ou a miniaturização do outro); ao contrário, deve-se pensar em duplo condicionamento, de uma estratégia, através da especificidade das táticas possíveis e, das táticas, pelo invólucro estratégico que as faz funcionar.³²

Aqui, Foucault faz surgir uma concepção de que o poder está pulverizado por todo o corpo social. O que lhe interessa em suas análises é determinar os *focos locais* onde formas muito específicas de poder são exercidas. É por isso que quando Foucault pensa na constituição familiar e no modo como se organizam relações de poder em seu interior, ele evita explicações que afirmam ser o pai uma figura do Estado em sua versão microscópica. O que encontramos é uma investigação do conjunto constituído por todas as figuras que compunham a família típica do século XIX. Esse conjunto será pensado como um corte temporário em matrizes de transformação específicas de um dispositivo formado naquele *foco* com vistas a resolver um problema específico, nesse caso, o cuidado com os hábitos sexuais das crianças.

Nessa perspectiva, Deleuze, em seu texto dedicado ao pensamento foucaultiano, afirma que Foucault desenvolveu uma nova topologia a respeito do poder, apresentando, então, dois sentidos bastante diferentes, senão paradoxais, ao termo “local” no que se refere ao poder: “o poder é local porque nunca é global, mas não é local ou localizável porque é difuso.”³³ Quanto à sua localidade, as relações de poder são pensadas sempre

³¹ A respeito da função metodológica da inversão no pensamento foucaultiano, cf. BUTLER, Judith. “Inversões Sexuais” in PASSOS, Isabel C. Friche. *Poder, Normalização e Violência*. Incursões Foucaultianas para a Atualidade. Minas Gerais. Editora Autêntica. 2013. (Coleção Estudos Foucaultianos). p.102-104.

³² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. A Vontade de Saber. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.109.

³³ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa. Portugal. Edições 70. 2012. p.43.

com referência a dispositivos específicos, de forma que o objeto da investigação será a técnica ou tecnologia de poder que funcionaria em focos específicos como a família, as instituições psiquiátricas, os hospitais, quartéis, prisões etc., no que cada um desses “lugares” possui de singular. Em relação ao fato do poder não ser localizável, encontramos a reiterada recusa foucaultiana de pensar a capilaridade dos poderes como decorrentes de uma penetração extensiva dos poderes do Estado na sociedade.

Outro ponto que serve como orientação às pesquisas foucaultianas é não atribuir às relações de poder um caráter autosubsistente e exterior a outros tipos de relações, às quais as primeiras viriam se acrescentar para produzir um excesso de repressão. Foucault afirma que os mecanismos de poder são produzidos no escopo mesmo de outras relações, funcionando como efeito e causa das mesmas onde essas produzem partilhas, diferenciações, assimetrias; as relações de poder não seriam, portanto, um acréscimo a outros procedimentos, aos quais serviria como uma instância de recondução ou fixação, mas antes, possuiriam um caráter imanente que integraria essas relações a partir de suas próprias configurações.³⁴ Desse modo, as relações familiares não possuiriam uma configuração natural à qual as relações de poder viriam corromper, estabelecendo configurações mais despóticas; antes, é no próprio estabelecimento das relações de parentesco em diferentes formas que se configuram dissimetrias que condicionam essas relações de poder exercidas nesse nível.

A partir dessa perspectiva, podemos compreender a movimentação de Foucault ao definir três tipos de relações que os seres humanos estabelecem com seu meio e entre si: “capacidades objetivas”, “relações de comunicação” e “relações de poder”³⁵. Por capacidades objetivas, Foucault compreende aquelas técnicas pelas quais os indivíduos buscam desenvolver competências de ação finalizada e de agência sobre sua realidade, como as técnicas de produção de bens; quanto às relações de comunicação, o filósofo tem em mente os jogos de produção de significados e comunicação característicos aos sistemas simbólicos das sociedades humanas; por sua vez, as relações de poder são aquelas nas quais um indivíduo ou grupo pretende ter agência sobre outros indivíduos ou grupos. Se essa distinção parece contradizer a afirmação anterior sobre as relações de

³⁴ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. São Paulo. SP. Paz e Terra. 2014. p.102.

³⁵ Cf. Id. “O Sujeito e o Poder” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. IX) p.129-131

poder como não sendo um “acréscimo de repressão”, podemos nos desvencilhar desse mal-entendido ao remetermos à afirmação feita por Foucault de que essas relações estariam sempre imbricadas umas nas outras, com diferentes coeficientes de predominância variando de acordo com o caso concreto a ser examinado.

Como último princípio presente nos trabalhos de Foucault, encontra-se a perspectiva de não considerar o funcionamento dos mecanismos de poder como repressivos ou violentos, nem tampouco considerá-los como estratégias ideológicas que tentariam produzir o acordo ou o consenso daqueles que busca submeter; a perspectiva foucaultiana considera os mecanismos de poder como táticas de “condução das condutas” daqueles a eles sujeitados:

É um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera no campo de possibilidade em que vem inscrever-se os comportamentos de sujeitos agentes: ele incita, ele induz, ele desvia, ele facilita ou torna mais difícil, ele amplia ou ele limita, ele torna mais ou menos provável; no limite, ele obriga ou impede absolutamente; mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou sobre sujeitos agentes, e isso enquanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.³⁶

Destarte, Foucault pensará as relações de poder como formas de agir distintas da violência ou do consenso, ainda que, dificilmente, aquelas possam se exercer sem usar esses recursos. Essa distinção se dá pelo fato de que a violência é ação de uma força sobre um corpo que tem por finalidade dobrá-lo ou quebrá-lo; o consenso, por sua vez, é o ceder de uma força para que outra possa agir em seu lugar; já as relações de poder, na forma como Foucault as compreende, são ações de forças sobre outras forças. É nessa concepção agonística das relações de poder que Deleuze vai perceber um profundo nietzschianismo³⁷ presente no pensamento foucaultiano, uma vez que tanto o uso da violência quanto do consenso seriam “a poeira levantada pelo jogo das relações de

³⁶ FOUCAULT, Michel. “O Sujeito e o Poder” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. IX). p.133.

³⁷ Tal como o afirma Deleuze, Foucault busca se distanciar da compreensão tradicional para a qual o poder agiria por violência ou concessão. Como alternativa, Foucault apresenta a hipótese do poder funcionar como uma relação de disputa entre agentes assimétricos e, muitas vezes, opostos. É o que Edgardo Castro chama de “hipótese Nietzsche”. No início de *Em Defesa da Sociedade*, Foucault esclarece que havia trabalhado com essa hipótese até ali e que desejaria, nesse curso, analisar a adequação de seu emprego quanto à análise do funcionamento do poder nas sociedades ocidentais. Cf. FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p.14-18; CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Um percurso por seus temas, conceitos e autores. 2ª Edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2016. p.324-326

força” pressupondo sempre uma certa disposição em uma trama das relações de poder.³⁸

É por essas precauções autoimpostas que não se pode falar de uma nova teoria do poder em Foucault. Antes, o que o filósofo tentou estabelecer foi os princípios para uma “análítica do poder”, ou seja, a “definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo.”³⁹

Assim é que em um texto no qual Foucault retoma seu percurso, o filósofo apresenta sua análise das relações de poder como derivada de uma perspectiva que consistiria em tomar as formas de resistência a certas tecnologias de poder no cotidiano como ponto de partida para a pesquisa do funcionamento dessas tecnologias em si. Essas movimentações de resistência serão caracterizadas como transversais, uma vez que não concernem especificamente a um tipo de ordenamento jurídico de um país, mas, antes, atravessam diferentes países e realidades econômicas, políticas e/ou sociais; voltadas especificamente aos efeitos de poder produzidos naquelas instâncias que se buscam questionar; imediatas, uma vez que buscam resistir a instâncias que se encontram em contato direto com aqueles que resistem e, ao mesmo tempo, pelo fato de não se pôr a transformação dessas situações em um futuro mítico que seria o tempo “após a revolução”.

Esses movimentos de resistência fazem frente a processos que buscam isolar certas categorias de indivíduos de uma vida comum precisamente em decorrência de sua individualidade de louco, delinquente, perverso etc.; elas se orientariam contra os efeitos de poder gerados pela competência e pelo saber. Dessa forma, essas lutas, mais do que voltadas contra o Estado ou a violência de uma classe sobre outra, se dão contra toda forma de sujeição pela subjetividade, pela relação que os indivíduos estabelecem consigo.⁴⁰

Nesse ponto, Foucault caracteriza essas lutas como resistências às técnicas de *sujeição*, em contraste com as lutas contra a *dominação*, nas quais se procuraria combater os processos de submissão de um grupo (étnico, social ou religioso) a outro, e as lutas de *exploração*, que separam os indivíduos daquilo que produzem com seu

³⁸DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa. Portugal. Edições 70. 2012. p.46

³⁹FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.90.

⁴⁰FOUCAULT, Michel. “O Sujeito e o Poder” in *Genealogia da Ética. Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. IX). p.121-123

trabalho.⁴¹ Nos parece claro, através dessas afirmações, a importância e a ligação entre as análises foucaultianas a respeito dos mecanismos de poder e aquelas concernentes à genealogia dos modos de subjetivação, uma vez que

Com estas análises, buscam-se formas de resistência a um tipo de subjetividade que, desde o começo da modernidade, aparece como uma produção dos saberes e dos poderes que se exercem em nossa sociedade, escapando de seus pontos mais vivos que são as instituições.⁴²

Portanto, uma vez entendido a singularidade da interrogação foucaultiana a respeito das relações de poder, devemos agora nos voltar para o conceito que permitirá a Foucault desenvolver suas análises a respeito de algumas configurações locais, concretas e específicas dessas relações de poder. Trata-se do termo *dispositivo*. É a partir desse conceito que o filósofo poderá desenvolver apreciações pontuais da configuração de determinadas relações de poder através de sua pesquisa genealógica.

1.2. O Conceito de *Dispositivo* e os Agenciamentos Concretos

A importância desse conceito para o pensamento foucaultiano pode ser aferida a partir das palavras de Deleuze quando diz, em sua última conferência pública, que “a filosofia de Foucault é frequentemente apresentada como uma análise dos „dispositivos“ concretos.”⁴³ Em sua obra sobre o pensamento foucaultiano, esse filósofo aponta que os livros de Foucault possibilitaram uma série de inovações quanto à discussão a respeito das práticas de poder ou dominação a partir daqueles “princípios” que mencionamos anteriormente. Entretanto, o que nos parece mais importante nesse momento é que, na interpretação deleuziana, torna-se explícita a relação entre essa nova perspectiva analítica e os estudos de cada caso do qual Foucault se ocupou. Como afirma Deleuze⁴⁴, nas argumentações apresentadas em livros como *Vigiar e Punir* e *A Vontade de Saber*, o que se encontrava era uma nova concepção do funcionamento do poder que respondia a uma necessidade de reformulação das discussões dos grupos de esquerda a respeito dessa questão após as movimentações de maio de 1968. Essa inovação estaria

⁴¹ Id. Ibid. p.123

⁴² PORTOCARRERO, Vera. *As Ciências da Vida*. De Canguilhem a Foucault. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2009. p.243.

⁴³ DELEUZE, Gilles. “O Que é um Dispositivo?” In *Dois Regimes de Loucos*. Textos e Entrevistas (1975-1995). São Paulo. Editora 34. 2016. p.359.

⁴⁴ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa. Edições 70. 2012. p.40-41.

organizada em torno da noção de *diagrama*.

O diagrama seria um mapa das relações de poder de segmentos de determinada sociedade em certo momento de sua história. É aquilo que Deleuze chama de “máquina abstrata”⁴⁵. Essa máquina seria composta de funções não especializadas voltadas para matérias não formadas. Para compreendermos essa definição de “máquina abstrata”, é proveitoso recorreremos ao modo como Foucault trata a questão do panoptismo em *Vigiar e Punir*⁴⁶. Mais do que uma estrutura arquitetônica com vistas a garantir que os prisioneiros estivessem sobre perpétua suspeita de vigilância, o panoptismo é também uma disposição, uma racionalidade de controle que pode ser aplicada em instituições variadas desde que se mantenham certas condições. Como define Foucault:

[...] o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é um diagrama de um mecanismo de poder levado a sua forma ideal: seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado por um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico.⁴⁷

Foucault nos mostra que uma necessidade fundamental para o desenvolvimento do hospital militar foi o funcionamento de uma “máquina panóptica abstrata” que submetesse seus pacientes a uma constante vigilância de modo a monitorar e administrar suas condutas, bem como o desenvolvimento de suas enfermidades e o risco de contágio entre pacientes portadores de enfermidades contagiosas diferentes⁴⁸. Dessa forma, o panóptico não se encontraria restrito à instituição em que surgiu, mas antes poderia ser empregado em qualquer contexto onde o olhar de uma instância de poder se configurasse como um operador de controle da conduta de indivíduos que, portanto, seriam levados a produzir determinados comportamentos por si mesmos, uma vez que se soubessem sobre perpétuo constrangimento possível. Máquina que faria funcionar “um poder contínuo e de custo irrisório”⁴⁹.

Portanto, o panóptico, ou melhor, o “panoptismo”, bem como as demais

⁴⁵ Cf. Id. Ibid. p.55-56

⁴⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Nascimento da Prisão. 41ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2013. p.195-196.

⁴⁷ Id. Ibid. p.194.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. “A Incorporação do Hospital na Tecnologia Moderna” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. (Ditos e Escritos vol. VII). 2016. p.453.

⁴⁹ Id. “O Olho do Poder” in *Repensar a Política*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. (Ditos e Escritos vol. VI). 2010. p.116.

tecnologias presentes nas análises foucaultianas, são pensadas como disposições que buscam estabelecer determinadas relações de poder em certas direções. Entretanto, devemos retomar o estudo de Deleuze, uma vez que a máquina abstrata, ou o diagrama, não pode ser separado ontologicamente dos agenciamentos ou “máquinas concretas” onde ela se efetiva. Essa relação entre as disposições das relações de poder e as máquinas concretas não se daria por uma espécie de determinação infraestrutural ou ideológica. Na verdade, a máquina abstrata funciona como *causa imanente* desses dispositivos concretos⁵⁰. Para Deleuze, uma causa imanente é aquela em “que se atualiza em seu efeito, que se integra em seu efeito, que se diferencia em seu efeito. Ou melhor, a causa imanente é aquela cujo efeito a atualiza, integra e diferencia”⁵¹.

Dessa forma, não devemos pensar que as relações de poder determinariam os dispositivos concretos com vistas a garantir sua permanência; antes, é a constituição desses dispositivos que engendra, reestrutura ou dissolve essas relações através e a partir deles mesmos. Como explicita Paul Veyne em *Foucault. Seu Pensamento, Sua Pessoa*⁵², o pensamento foucaultiano sempre trabalha em cima de singularidades históricas, e não para extrair-lhes verdades gerais, mas para compreender os desdobramentos singulares de um acontecimento.

Edgardo Castro, por sua vez, ressalta em seu *Vocabulário* a importância fundamental que teve a questão dos dispositivos para o desenvolvimento das pesquisas genealógicas de Foucault. Sendo o objeto de descrição desse tipo de análises, esse termo aparecerá na obra do filósofo francês relacionado a uma variedade de campos, tais como “dispositivos disciplinares”, “dispositivos carcerários”, “dispositivo de aliança”, dentre outros.⁵³ Em acordo com o próprio Foucault, Castro aponta que é através desse conceito que se poderá passar de uma análise das condições de possibilidade de formação de certos discursos com valor de verdade para uma análise voltada para as práticas e circunstâncias que possibilitam ou determinam a modificação dessas condições.

Assim, quais são os elementos a serem considerados quando se analisa um

⁵⁰ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa. Edições 70. 2012. p.56-57

⁵¹ Quanto às funções atualizadoras, integradoras e diferenciadoras dos dispositivos concretos em relação às disposições das relações de poder, nos parece mais proveitoso remeter às palavras do próprio Deleuze, cf. Id. Ibid. p.56-58.

⁵² VEYNE, Paul. *Foucault. Seu Pensamento, sua Pessoa*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011. p.86-88

⁵³ CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Um Percurso pelos seus Temas, Conceitos e Autores. 2ª Edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2016. p.124

dispositivo? Foucault define esse conceito como um

[...] conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: do dito, tanto quanto do não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo propriamente é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.⁵⁴

Portanto, um aspecto da mais alta importância para uma análise que se constrói em relação a dispositivos é desvendar a forma específica de relação entre esses elementos, como por exemplo, quando um discurso vem suscitar uma instituição, ou legitimá-la ou, ainda, mascarar o seu funcionamento. Como nos aponta J. F. Bert em seu trabalho sobre a importância do pensamento foucaultiano para as ciências sociais, é por colocar os problemas em termos de dispositivos, que Foucault será questionado por muitos que não aceitarão a diferença dos tipos de materiais analisados e a relação estabelecida entre eles pelo filósofo quando de suas análises sobre o problema da loucura, das prisões ou da sexualidade.⁵⁵

Outra característica que precisa ser levada em conta a respeito de um dispositivo é o fato deste estar sempre voltado, em sua gênese, para alguma “urgência” específica que determina o seu caráter estratégico. Aqui, é preciso que entendamos o que Foucault compreende enquanto *estratégia* de um dispositivo; para tanto, cabe-nos recorrer ao conceito de *tática* para melhor contrastar uma e outra. Se Foucault faz certas vezes um uso indiscriminado desses termos, por outras ele os coloca em uma relação de complementaridade e composição. É dessa forma que, em um trecho de *A Vontade de Saber*, poderemos compreender com mais clareza a forma que as táticas se relacionam umas com as outras para compor a estratégia de um dispositivo:

[...] as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas. Se, de fato, são inteligíveis, não é porque sejam efeito, em termos de causalidade, de uma outra instância que as explique, mas porque atravessadas de fora a fora por um cálculo: não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou decisão de um sujeito, individualmente; não busquemos a equipe que preside a sua racionalidade; nem a casta que governa, nem os grupos que controlam os aparelhos do Estado, nem aqueles que tomam as decisões econômicas mais importantes, gerem o conjunto da rede de poderes que funciona em uma sociedade (e a faz funcionar); a racionalidade do poder é a das *táticas* muitas

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. “O Jogo de Michel Foucault” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX). p.45

⁵⁵ BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. São Paulo. Parábola. 2013. p.152-153

vezes bem explícitas no nível limitados em que se inscrevem – cinismo local do poder -, que, encadeando-se entre si, invocando-se e se propagando, encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente *dispositivos de conjunto*: lá, a lógica ainda é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver mais ninguém para tê-las concebido e poucos para formulá-las: caráter implícito das *grandes estratégias anônimas*, quase mudas, que coordenam *táticas loquazes*, cujos “inventores” ou responsáveis quase nunca são hipócritas; (grifos nossos)⁵⁶

Nesse trecho, podemos encontrar uma série de aspectos cruciais para a compreensão de como um dispositivo se forma; primeiramente, como mencionado acima, as táticas que compõem um dispositivo são sempre voltadas a objetivos e “alvos” específicos e “loquazes”, o que garante que é em relação a problemas, situações ou conjunturas muito específicas que esses elementos irão se constituir como manobras a encaminhar os objetos sobre o qual atuam à condição desejada; em segundo lugar, os *dispositivos de conjunto* se formam a partir da conjugação de táticas diversas e, no entanto, “próximas”, que de alguma forma ressoam e/ou ecoam outras táticas; é apenas a partir dessas conjugações, muitas vezes imprevistas, que se formularão as *estratégias anônimas*, anônimas precisamente por não terem uma “Razão” que as elabore, mas uma racionalidade de composição.

Para melhor compreender esse movimento, tomemos um dos exemplos privilegiados por Foucault, que recorre a ele tanto em uma conferência sobre o tema na universidade de Toronto, quanto em uma entrevista logo após a publicação de *A Vontade de Saber*: a questão da intervenção da psiquiatria na máquina penal. Foucault apresenta que o apoio mútuo desses dois movimentos se deu por necessidades bastante particulares a cada uma delas em relação a um problema que concernia diferentemente a esses campos, a saber, aqueles crimes em que eram colocados em questão alguns princípios básicos da máquina de responsabilização jurídica, tais como a motivação do crime, a inviolabilidade de certas relações, como a familiar etc. Quanto às intervenções da psiquiatria em casos como esses, Foucault aponta que, ao firmar-se como campo da medicina no início do século XIX, a psiquiatria precisava não apenas se certificar que possuía um objeto propriamente científico a ser estudado, mas também que tinha um “perigo a combater.” A medicina do século XIX convertia-se cada vez mais em uma medicina da higiene pública, logo, foi através de crimes que só podiam ser relacionados à loucura que a psiquiatria pôde impor-se como agente legítimo de proteção da saúde

⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.103

pública. Quanto ao aparelho judiciário, ao passar por um extenso processo de modificação do próprio regime de punição, com a adoção do encarceramento como forma privilegiada de punir, que passava a pensar a punição como uma intervenção na constituição dos sujeitos criminosos com vistas a corrigir aquela parte de sua natureza que os levava a cometer delitos, essa máquina judiciária precisava perscrutar o interior dos indivíduos de modo a lhes conferir penas coerentes. Dessa forma, através do apoio mútuo das necessidades a que buscavam responder a psiquiatria e o aparelho punitivo, constitui-se uma grande estratégia que disseminou os poderes de normatização social a esferas e aspectos que antes lhes escapavam.⁵⁷

Sendo esses os processos que constituem um *dispositivo*, convém agora apontar de que forma Foucault delineia seu desenvolvimento e sua consolidação. Nessa ocasião, são apresentados dois momentos distintos: o primeiro deles, momento de sua formação, é quando um dispositivo surge através da conjugação dos diferentes elementos que o constituem com vistas a atingir um objetivo que lhe direciona como finalidade estratégica; o segundo momento é de sua consolidação enquanto dispositivo, quando, através de dois procedimentos, a saber, a *sobredeterminação funcional*, e o *preenchimento estratégico*,⁵⁸ busca estabelecer um estado de homeostase funcional em relação a si mesmo.

Em que consistem esses dois procedimentos? No primeiro desses procedimentos, a *sobredeterminação funcional*, o que se deseja é reajustar algumas consequências negativas do dispositivo à estratégia que o direciona. Quanto ao *preenchimento estratégico*, consiste mais em uma apropriação útil de um efeito inesperado. Aqui Foucault traz o exemplo da delinquência gerada nas prisões. Quando a prisão se converteu no meio mais eficiente de se punir em uma sociedade de normatização, essa mesma instituição produziu a constituição de um meio delinquente em seu interior. O que se pôde observar com o passar de alguns anos foi a apropriação desse meio para estratégias políticas e econômicas⁵⁹. No âmbito político, Foucault nos

⁵⁷ Para uma elaboração mais pormenorizada das análises de Foucault a respeito dessa questão, cf. FOUCAULT, Michel. “A Evolução da Noção de Indivíduo Perigoso na Psiquiatria Legal do Século XIX” in *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. V). p.2-13

⁵⁸ Id. “O Jogo De Michel Foucault” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. IX). p. 46

⁵⁹ FOUCAULT, Michel. “As Malhas do Poder” in *Segurança, Penalidade e Prisão*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012. (Ditos e Escritos vol. VIII). p.182

dá como exemplo a importância que a delinquência possui ao produzir uma sensação de insegurança generalizada que acaba por justificar um constante estado de vigilância policial nas sociedades ocidentais; quanto ao ganho econômico, o filósofo aponta a questão do tráfico e da prostituição, que normalmente surgem e se desenvolvem em um contexto de delinquência, e que canalizam uma série de lucros para circuitos comerciais como, por exemplo, o setor de hotelaria etc. Assim, o que se pode perceber no desenvolvimento histórico de um dispositivo é um processo constante de aperfeiçoamento desse último em relação ao seu objetivo ou estratégia.

Nesse ponto da discussão, é interessante desfazer um possível erro que se pode extrair da ideia de um “aperfeiçoamento” do dispositivo. Foucault nega explicitamente a metáfora do “organismo” para se referir a esses processos do dispositivo. Na verdade, o filósofo está pensando que um dispositivo qualquer funciona em relação a um jogo de forças, a certas relações assimétricas entre indivíduos, as quais esses buscam, de alguma forma, manobrar. Essas manobras podem ser de forma a intensificar certa conjuntura de forças, ou para mantê-las, ampliá-las em extensão ou invertê-las.⁶⁰ Portanto, o esquema explicativo que Foucault coloca em movimento aqui não é o de um organismo que busca estabilizar o funcionamento de diferentes órgãos, mas o da batalha, em que cada nova ocasião pede um novo movimento estratégico.

Essa forma de conceber os dispositivos no interior de uma disputa será fundamental para a delimitação desse conceito. Como foi mencionado anteriormente, Foucault afirma que a composição de um dispositivo se dá por elementos que podem ser muito diferentes, que, em suas táticas singulares e explícitas, se conjugariam de formas diversas em direção a um objetivo. Pois bem, nesse momento de sua explicação, Foucault afasta-se da ideia de que haveria um sujeito que determinaria a direção desse dispositivo com uma estratégia que interligasse todos aqueles elementos que o irão compor. Antes, o que se encontra é uma urgência que determina a constituição do dispositivo e que, em decorrência dos processos de sobredeterminação funcional e de preenchimento estratégico, produzirá uma coerência cada vez maior entre aqueles elementos de táticas singulares que os compõem⁶¹. É por esse motivo que Foucault

⁶⁰ Id. “O Jogo De Michel Foucault” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. IX). p.56

⁶¹ FOUCAULT, Michel. “O Jogo De Michel Foucault” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. IX). p.54-56

afirma

[...] que o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e nas instituições, servem de suporte a amplos processos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. Estes formam, então, uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, procedem a redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de série convergências desses afrontamentos locais. As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos esses afrontamentos;⁶²

Portanto, uma vez esclarecido a forma particular que Foucault investiga o funcionamento do poder, ou, para dizer mais precisamente, o funcionamento das relações ou tecnologias de poder; depois de apresentado o conceito que permitirá ao filósofo e a nós mesmos acessar esse nível de análise concretamente, a saber, através dos *dispositivos* que fazem funcionar essas relações, passemos agora a uma análise da problematização foucaultiana do *dispositivo de sexualidade* propriamente dito. Nosso objetivo é apresentar a singularidade desse dispositivo para o pensamento do filósofo, apontando os elementos que ele afirma comporem essa política contemporânea da sexualidade, bem como a forma que as táticas desses elementos constituem uma estratégia mais ampla que produz essa sexualidade como uma experiência típica e decisiva nas sociedades ocidentais desde o século XVIII.

1.3. Genealogia da Experiência Moderna da Sexualidade

Para compreendermos a importância do dispositivo de sexualidade para a modernidade, abordaremos primeiramente a relação que Foucault estabelece entre um dispositivo e a constituição de uma experiência. É importante lembrarmos que as análises foucaultianas, ao se apresentarem como historicistas, nominalistas e niilistas⁶³,

⁶² Id. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.102-103

⁶³ É dessa forma que Foucault, em seu curso de 1983 no Collège de France, apresentou as investigações que havia conduzido até então. Ao recusar o estudo de uma teoria do conhecimento, do poder ou do sujeito por práticas históricas que constituiriam determinada condição de discursos verdadeiro, de técnicas de controle e modos de existência, suas análises mostrariam seu historicismo; ao recusar a universalidade de certas questões, como a loucura, o crime e a sexualidade, substituindo-as por uma análise das formas historicamente singulares em que essas experiências se engendraram, estaria seu

não trabalham com a crença na universalidade de certos problemas humanos. Dessa maneira, o filósofo se interrogará a respeito da forma como tais “experiências” se constituíram através da ação de certos dispositivos sobre os corpos daqueles a quem buscam submeter. Entretanto é preciso esclarecer de que maneira Foucault compreende a noção mesma de “experiência” para que possamos compreender o papel que os dispositivos desempenham em sua construção.

Como aponta Edgardo Castro em seu *Vocabulário de Foucault*⁶⁴, esse termo é utilizado pelo filósofo francês de diferentes formas, sendo a partir de seus estudos a respeito da história da sexualidade que ele desenvolveria uma noção que lhe seria própria. Para melhor esclarecer de que maneira ele apresenta esse conceito, vejamos o que ele diz na primeira versão do texto de abertura ao segundo volume de *História da Sexualidade*. Nesse prefácio não publicado, o filósofo define claramente que o objetivo daquela série de livros não seria uma reconstituição de diferentes comportamentos sexuais, suas transformações, difusões, tampouco das maneiras como esses comportamentos foram representados em doutrinas científicas, filosóficas ou religiosas, mas como “uma forma de experiência historicamente singular”⁶⁵.

Para tanto, a investigação foucaultiana buscava se distanciar de outras que pensavam a sexualidade como uma energia subterrânea a toda configuração possível para uma sociedade que garantiria a variedade das suas condutas a partir de diferentes mecanismos repressivos. Antes, Foucault apresenta como objetivo de seu trabalho

[...] tentar decifrar como se constituiu nas sociedades ocidentais, a partir e a propósito de certos comportamentos, uma experiência complexa em que se liga um campo de conhecimento (com conceitos, teorias, disciplinas diversas), um conjunto de regras (que distinguem o permitido e o proibido, o natural e o monstruoso, o normal e o patológico, o que é decente e o que não o é etc.), um modo de relação do indivíduo consigo mesmo (pelo qual ele

nominalismo; ao substituir uma análise de práticas a sistemas de valores que permitiriam julgá-las por uma reflexão que insere os sistemas de valores em jogos inteligíveis porém arbitrários que os determinam, se veria seu nihilismo. Cf. FOUCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros*. Curso no Collège de France (1982-1983). 1ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2012. p.07.

⁶⁴ Castro afirma ser possível perceber ao menos três conceitos distintos de experiência: em um primeiro momento, haveria uma clara influência da fenomenologia nos trabalhos de Foucault, especialmente a introdução que ele escrevera para o livro *A Existência e o Sonho* de Ludwig Biswanger e sua própria *História da Loucura*; em um segundo momento, sua concepção estaria próxima da interpretação de alguns pensadores que se voltavam para a literatura e para a questão das experiências de dissolução do sujeito; por fim, haveria o que Castro denomina de “concepção propriamente foucaultiana de experiência” a partir de estudos relacionados às pesquisas para a sua história da sexualidade. Cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Um Percorso por seus temas, conceitos e autores. 2ª Edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2016. p.161-162

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. “Prefácio à *História da Sexualidade*” in *Genealogia da Ética, subjetividade e sexualidade*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. IX). p.207

pode se perceber como sujeito sexual no meio dos outros).⁶⁶

Dessa forma, a interrogação foucaultiana a respeito da sexualidade é voltada para as práticas que, a propósito de certos comportamentos, produziram uma realidade na qual os indivíduos se constituem e se reconhecem como sujeitos desejan-tes ou, mais especificamente, sexuais; em que esses comportamentos se tornam campo possível de saber; na qual um conjunto de normas e regras, provenientes de instituições variadas como a Igreja, a pedagogia, a medicina, buscam regular as formas de agir em relação a essa questão. Essas práticas que Foucault, relacionando-as com os diferentes momentos de seu pensamento, chamou de formas históricas de veridicção, procedimentos históricos de governamentalidade e pragmática histórica de si. É o entrelaçamento e sobreposição dessas práticas que acabam por constituir a sexualidade enquanto um “foco de experiência”⁶⁷.

O pensamento foucaultiano ocupou-se dessas três espécies de procedimentos de maneiras diferentes. Quanto às formas históricas de veridicção, Foucault concentrou suas pesquisas nas diferentes práticas que condicionavam a produção de um saber verdadeiro, bem como nos mecanismos que permitiriam distinguir os discursos verdadeiros dos falsos, jogos de poder que lhes seriam imanentes, o estatuto daqueles que seriam autorizados a produzir esses discursos e fazê-lo funcionar, assim como sua força de constringência, em suma, o que ele chamou de “política geral da verdade”⁶⁸.

Por sua vez, os procedimentos históricos de governamentalidade seriam técnicas pelas quais se buscava conduzir a ação dos indivíduos em determinadas direções, orientando suas condutas, pensadas como maneiras de se comportar diante de um campo de possibilidade, através de procedimentos mais ou menos refletidos e calculados⁶⁹. A essa modalidade específica de exercício de poder, o filósofo chamou de “governo”⁷⁰.

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. “Prefácio à *História da Sexualidade*” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX). p.208.

⁶⁷ Id. *O Governo de Si e dos Outros: Curso no Collège de France (1982-1983)*. 1ª Edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2010. p.04-07.

⁶⁸ Cf. Id. “Verdade e Poder” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Graal. 2012. p.52-54.

⁶⁹ Cf. FOUCAULT, Michel. “O Sujeito e o Poder” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX). p.133-134.

⁷⁰ O uso da palavra “governo” requer algumas explicações. Enquanto as traduções disponíveis em português utilizam a palavra “governo” para se referir a essas técnicas analisadas por Foucault, Alfredo Veiga-Neto apresenta a alternativa de se usar o termo “governo” sempre que o filósofo francês estiver se referindo a essas técnicas, e reservar a palavra “governo” quando o que estiver em questão forem as instituições tradicionalmente encarregadas da administração da vida pública. Por concordarmos

Por fim, a pragmática histórica de si seria um conjunto de técnicas que pelas quais os indivíduos poderiam realizar sozinhos ou com ajuda de outros uma série de operações sobre si com vistas a produzir uma modificação em suas ações e pensamentos, constituindo-se como sujeitos. São essas técnicas de reflexão sobre si, de conhecimento e exame de si, que Foucault chamou de “ética” ou “ascética” quando relacionadas a certos processos de subjetivação moral e as formas de assegurá-la⁷¹.

É ao colocar sua pesquisa nesses termos que Foucault poderá tratar sua atividade filosófica como uma “ontologia crítica de nós mesmos”⁷². Por essa expressão, o filósofo compreende uma atitude, um *êthos*, segundo a qual a “crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível”⁷³. Esse tipo de interrogação filosófica se traduziria em pesquisas de metodologia arqueológica e genealógica, direcionadas às práticas entendidas em suas racionalidades tecnológicas (enquanto dispositivos), assim como em relação a jogos estratégicos de liberdade.

Concebendo dessa forma sua atividade filosófica, Foucault pensará suas pesquisas como um exercício *genealógico*, que busca marcar a singularidade das experiências e não sua generalidade. Se em uma conferência radiofônica, o filósofo francês ainda pensa o corpo como espaço inescapável de qualquer experiência⁷⁴, com o advento da pesquisa genealógica será precisamente sobre esse ponto que se colocará a

que essa solução propicia uma diminuição de possíveis ambiguidades, acataremos à sugestão de Veiga-Neto. Cf. VEIGA-NETO, Alfredo. “Coisas de Governo...” in ORLANDI, Luis B. Lacerda. RAGO, Margareth. VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias Nietzscheanas. 1ª Edição. Rio de Janeiro. DP&A. 2002. p.19-21.

⁷¹ Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II*. O Uso dos Prazeres. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.32-37. Quanto a isso, Foucault aponta os processos de subjetivação ética diante dos comportamentos sexuais como o âmbito que lhe permitiu desenvolver suas pesquisas. Assim, em um primeiro momento, podemos dizer que o que interessou ao filósofo foram os processos de constituição de um sujeito ético. Entretanto, a partir da análise dos últimos cursos de Foucault no Collège de France, o filósofo italiano Maurizio Lazzarato afirma que os processos de subjetivação ética de que se ocupara Foucault nesses cursos estão indissociavelmente relacionados a uma subjetivação política, uma vez que “a necessidade de articular a transformação do mundo (das instituições, das leis) com a transformação de si, dos outros e da própria existência constitui, de acordo com Foucault, o problema específico da política, tal como ela se configura a partir de 1968”. Cf. LAZZARATO, Maurizio. “Enunciação e Política: Uma leitura paralela da democracia – Foucault e Rancière” in CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Foucault*. Filosofia e Política. 1ª Edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2011. (Coleção Estudos Foucaultianos). p.299.

⁷² FOUCAULT, Michel. “O Que são as Luzes?” in *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2013. (Ditos e Escritos II). p.368.

⁷³ Id. Ibid. p.368.

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. “O Corpo Utópico” in *O Corpo Utópico, As Heterotopias*. Posfácio de Daniel Defert. São Paulo. n-1 Edições. 2013. p.07-ss.

questão. Foucault afirma que é sempre a pergunta sobre a “origem” das experiências que deve ser colocada pela pesquisa genealógica. Entretanto, utilizando-se das diferentes palavras usadas por Nietzsche quanto a essa questão, Foucault aponta um sentido bastante específico para a “origem” que deve ser buscada. Não se trata daquela origem miraculosa normalmente procurada pelas pesquisas metafísicas, mas antes pela *Herkunft* e pela *Entstehung* de tais experiências.

A *Herkunft* seria a *proveniência* de algo. Entretanto, é importante que se desfaça a confusão segunda a qual se poderia pensar que a pesquisa da proveniência de certas experiências buscaria restituir uma continuidade às mesmas; antes, o que Foucault pretende ao colocar problemas sob esse prisma é

[...] manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou, ao contrário, as inversões completas -, os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e que nós somos - não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente.⁷⁵

Destarte, a busca pela *proveniência* de algo como a sexualidade, por exemplo, buscará reconstruir os diferentes processos que, vindo de lugares diversos, cada qual com sua história própria e sua própria parcela de descontinuidades, conjugam-se quase que “acidentalmente” para compor determinado aspecto da existência humana. Como afirma Foucault ainda uma vez: “A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo”⁷⁶

Quanto à *Entstehung*, essa seria a análise do ponto de surgimento de algo, de sua *emergência*. Aqui, o questionamento genealógico deveria recair sobre “o princípio e a lei singular de um aparecimento.”⁷⁷ Quando coloca uma questão nesses termos, Foucault está preocupado em compreender o que permitiu que determinada relação se estabelecesse entre elementos distintos que possibilitou uma transformação em seus usos e, por conseguinte, seu sentido. Esse procedimento ficará claro quando abordarmos as modificações das técnicas de exame e de direção de consciência no próximo capítulo e como isso constituiu uma parte bastante importante para o funcionamento do *dispositivo de sexualidade*.

⁷⁵ Id. “Nietzsche, a genealogia e a história” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Graal. 2012. p.63.

⁷⁶ Id. Ibid. p.63-64

⁷⁷ Id. Ibid. p.65

São nesses termos que Foucault buscará compreender que técnicas de poder produziram certas formas de subjetivação através de determinadas experiências em seu contato com os corpos que desejavam submeter. Sendo o corpo em sua articulação com a história o ponto mesmo em que deve se situar a genealogia, podemos encontrar uma referência específica desses procedimentos em *Vigiar e Punir*, quando o filósofo esclarece de que forma o corpo se encontra imbricado com a história:

Os historiadores vêm abordando a história do corpo há muito tempo. Estudaram-no no campo de uma demografia ou de uma patologia históricas; encararam-no como sede de necessidades e de apetites, como lugar de processos fisiológicos e de metabolismos, como alvo de ataques microbianos ou de vírus: mostraram até que ponto os processos históricos estavam implicados no que se poderia considerar a base puramente biológica da existência; e que lugar se deveria conceder na história das sociedades a “acontecimentos” biológicos como a circulação de bacilos, ou o prolongamento da duração da vida. *Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais.* (grifos nossos)⁷⁸

É, portanto, nas diversas formas de investimento do corpo pelos mecanismos de poder que Foucault concebe o objeto por excelência da genealogia. Em um primeiro momento de suas análises⁷⁹, o filósofo ainda pensará essa ação política em termos de adestramento e sujeição com vistas a uma maior utilidade desses corpos em uma sociedade que desenvolvia um procedimento econômico industrial e que, portanto, precisava de indivíduos treinados e padronizados. É por essa razão que o podemos compreender essa primeira análise foucaultiana nos termos em que o próprio filósofo coloca em uma entrevista após a publicação de *Vigiar e Punir*:

Qual é o tipo de investimento do corpo que é necessário e suficiente para uma sociedade capitalista como a nossa? Eu penso que, do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, rígido, constante, meticuloso. Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias...⁸⁰

Entretanto, ao direcionar esse questionamento às práticas que compõem a experiência da sexualidade, Foucault apresentou uma análise bem mais nuançada. É em decorrência dos desenvolvimentos de suas análises anteriores que ele recusa o que chamou de “hipótese repressiva”, aquela segundo a qual o Ocidente moderno, burguês

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Nascimento da Prisão. 41ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2013. p.25

⁷⁹ Cf. Id. Ibid. p131-163

⁸⁰ Id. “Poder-corpo” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Graal. 2012. p.237

ou industrial, vinculou a verdade, o prazer e o poder na forma de uma censura que acabaria por ocultar um saber próprio do sexo e o tornando proscrito, com suas energias devendo ser empregadas nas máquinas de desenvolvimento industrial⁸¹. O que ele apresenta como proposta investigativa é que o dispositivo de sexualidade que se constituiu nas sociedades ocidentais modernas configurou como sua estratégia uma busca pela decifração da verdade desse aspecto da existência humana e a produção de um discurso que pudesse veiculá-la. Dessa forma, Foucault apresenta o dispositivo de sexualidade constituído por uma atitude descrita como uma *scientia sexualis*⁸².

De que modo Foucault concebe essa atitude? Abordando as diferentes maneiras que as civilizações ligaram determinadas relações de poder, a produção do prazer sexual e os discursos de verdade, o filósofo contrasta essa atitude ocidental moderna a uma outra que seria característica das civilizações orientais: a *ars erotica*. Enquanto essas civilizações teriam ligado prazer-poder-verdade a partir de um dispositivo no qual a verdade é extraída do próprio prazer, de suas qualidades e intensidades, e esse saber seria transmitido de um mestre para um aprendiz que deveria, portanto colocá-lo em prática tal como lhe fora instruído, nas sociedades ocidentais o que encontramos é um

Tipo de saber no qual o que é analisado é menos o prazer do que o desejo; no qual o mestre não tem por função iniciar, mas interrogar, escutar, decifrar; no qual esse longo processo não tem como finalidade uma majoração do prazer, mas uma modificação do sujeito (que se acha assim perdoado ou reconciliado, curado ou liberto).⁸³

É a “sexualidade”, enquanto experiência característica das sociedades ocidentais a partir do século XVIII, que se apresenta como correlata dessa ciência do sexo e do dispositivo de sexualidade que ela engendrou. Desse modo, ao buscar estabelecer a *genealogia* desse dispositivo, Foucault direciona a sua investigação para dois tipos de práticas que possibilitaram a produção de um discurso verdadeiro sobre o sexo: as diferentes técnicas de confissão e a forma como foram usadas para a auscultação de

⁸¹ Tal como aponta Didier Eribon em um de seus livros dedicados a Foucault, a expressão “hipótese repressiva” foi utilizada em *A Vontade de Saber* e nos textos desse período como uma forma de englobar diferentes elaborações teóricas que pensavam a relação entre prazer, poder e verdade nos termos de uma ação negativa da repressão ou da lei que acabaria por constituir certa disposição do desejo que deveria ser analisado e, posteriormente, modificado. Para uma descrição do contexto intelectual em que essas discussões se desenvolveram, cf. ERIBON, Didier. *Michel Foucault e seus Contemporâneos*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.. 1996. p.151-153.

⁸² Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.59-83.

⁸³ Id. “O Ocidente e a verdade do sexo” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX). p.04.

certa inquietude, na qual os pecados da carne tinham grande importância, presente na alma dos indivíduos durante o desenvolvimento histórico do cristianismo europeu; e a consolidação de um saber médico que ganhou cada vez mais relevância à medida que sua função deixou de ser apenas tratar do sofrimento dos enfermos e passou a ser, principalmente, o estabelecimento de uma norma para as condutas saudáveis, as sexuais certamente inclusas, em oposição às consideradas patogênicas.

Tal como aponta Jean-François Bert, o interesse de Foucault pelas técnicas de confissão remonta ao início da década de 1970, quando o filósofo buscava estabelecer as condições históricas para o surgimento de diferentes formas de veridicção⁸⁴. A partir do questionamento da gradativa importância que esses procedimentos ganharam no contexto das práticas jurídicas, Foucault apresenta algumas características que garantiram a eles sua eficiência:⁸⁵ as tecnologias de confissão produzem um tipo de discurso no qual o sujeito que fala é o próprio sujeito implicado no enunciado; ela está inserida em um tipo de relação de poder, pois sempre se encontra um *interlocutor* que não apenas solicita a confissão ou a impõe, mas também a avalia e “intervém para punir, perdoar, consolar, reconciliar”⁸⁶; consiste em um ritual que produz uma verdade tanto mais autêntica quanto mais obstáculos ele teve que suprimir; é uma prática que produz naquele que a realiza resultados independentes de suas consequências externas, resultados obtidos pela própria realização da enunciação, tais como sua inocência, seu resgate, sua purificação, sua salvação.

A questão das relações entre mecanismos de confissão e o cristianismo recebeu diferentes tratamentos pelo pensamento foucaultiano. Tal como aponta Phillipe Chevalier em *O Cristianismo como Confissão em Michel Foucault*⁸⁷, enquanto nos textos da década de 1970, Foucault parece se referir ao cristianismo como a configuração assumida pela Igreja a partir do século XIII, e a confissão como aquele processo no qual o fiel deveria procurar um padre ao menos uma vez por mês para revelar-lhe os mínimos detalhes que se relacionariam com os pecados cometidos desde

⁸⁴ Cf. BERT, Jean-François. *Pensa com Michel Foucault*. 1ª Edição. São Paulo. Parábola. 2013. p.112-113.

⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1. A Vontade de Saber*. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.69-70.

⁸⁶ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1. A Vontade de Saber*. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.70.

⁸⁷ CHEVALLIER, Phillipe. “O Cristianismo como Confissão em Michel Foucault” in CANDIOTTO, César; SOUZA, Pedro de. (orgs.). *Foucault e o Cristianismo*. 1ª Edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2012. (Coleção Estudos Foucaultianos). p.50-51.

o seu último encontro, a partir da década de 1980, o filósofo francês parece ampliar esses conceitos para os primeiros séculos da era cristã. É de acordo com a primeira das formulações mencionadas acima que Foucault parece compreender esse problema quando afirma, em *A Vontade de Saber*, que o cristianismo colocou as técnicas da confissão no centro da problemática da carne e de seus pecados, consolidando uma relação que fez da confissão “a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo”⁸⁸.

Desse dispositivo de confissão cristã, se apropriam uma variedade de práticas que buscam operacionalizar um saber a respeito dos indivíduos de diferentes maneiras, produzindo uma incorporação dessas técnicas em diferentes contextos e para finalidades diversas. É o caso das instituições judiciárias que, ao se constituírem cada vez mais como uma instância para a qual as sentenças se direcionam muito mais para a penitência do criminoso e sua “natureza” do que para a punição do crime, passam a atribuir grande valor a confissão enquanto prova⁸⁹. Essas apropriações das técnicas de confissão, juntamente com outros procedimentos como inquéritos e observações, produzem uma situação na qual cada indivíduo passa a ser um caso⁹⁰.

Com essa difusão das tecnologias de confissão, que assumiram então formas muito diferentes da confissão cristã de que fala Foucault, foi a psiquiatria, a partir do século XIX e, posteriormente, a psicanálise que maior atenção dedicaram ao sexo. Desse modo, o filósofo aponta que foram necessários certos procedimentos para que essas práticas pudessem articular os processos de extorsão da verdade e as exigências para a produção de um discurso científico. Esses procedimentos foram a codificação clínica do fazer falar, a hipótese de que o sexo, ou a sexualidade, teria uma causalidade geral e difusa, de que ela teria um princípio de latência que faria de seu funcionamento algo secreto, o desenvolvimento de um método de interpretação que conferiria o estatuto científico daquele que ouvia a confissão, seja psiquiatra ou psicanalista, e a circunscrição da sexualidade ao domínio da normalidade ou da patologia⁹¹.

É esse dispositivo, composto a partir da configuração mencionada, que produzirá

⁸⁸ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.70.

⁸⁹ Id. “A Evolução da Noção de „Indivíduo Perigoso” na Psiquiatria Legal do Século XIX” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V). p.11.

⁹⁰ Id. *Vigiar e Punir*. Nascimento da Prisão. 41ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2013. p.183.

⁹¹ Id. *História da Sexualidade*. A Vontade de Saber. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p. 73-76.

a “sexualidade” enquanto uma experiência, resguardando a esse termo as especificidades que lhe atribuiu o pensamento foucaultiano. Entretanto, uma vez que nosso problema é analisar as modalidades de controle biopolítico perpetrados a partir desse dispositivo, devemos considerar não só os mecanismos de governo que lhe são próprios, mas também a forma como são efetivados a partir da própria conduta dos indivíduos⁹². Para tanto, nos parece proveitoso recorrermos a algumas análises desenvolvidas pelo filósofo a partir do início da década de 1980. Esse movimento nos parece justificado, uma vez, que foi a respeito dos prazeres do sexo que o Ocidente interpelou obsessivamente os indivíduos a se reconhecerem enquanto sujeitos de desejo e a produzirem, a partir de procedimentos variados, uma relação consigo que envolve a verdade de sua subjetividade, a regulação de sua conduta e a construção de uma identidade.⁹³

1.4. As Relações de Poder e os Processos de Produção de Subjetividades

Portanto, devemos compreender de que forma Foucault concebe a os *processos de subjetivação*. É em um trecho de sua última entrevista que o filósofo apresenta uma definição do que ele compreende por esse termo: “Eu chamaria de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si.”⁹⁴ Se essa definição pode parecer à primeira vista assaz simples ou pouco esclarecedora, o fundamental dela se mostra no caráter processual que o filósofo atribui à constituição de uma experiência de si.

Em diferentes momentos da produção foucaultiana é possível encontrarmos certa insatisfação por parte do filósofo quanto à predominância da fenomenologia no ambiente acadêmico durante seus anos de formação, precisamente em decorrência do

⁹² Foucault, em sua última entrevista, afirmou que tentara colocar três grandes questionamentos ao longo de sua vida, a saber, um a respeito da verdade e de suas formações, outro a respeito do poder e de seus funcionamentos e ainda outro a respeito das condutas individuais. O filósofo disse então que esses problemas, tal como ele os colocava, só poderiam ser abordados relacionando-os, e que apenas a partir da questão da formação das condutas individuais que os demais problemas passaram a ser melhor compreendidos. Cf. FOUCAULT, Michel. “O Retorno da Moral” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V). p.247.

⁹³ Cf. Id. “Foucault” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V). p.230.

⁹⁴ Id. “O Retorno da Moral” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. V). p.256

fato de que esse método tem como ponto de partida uma análise dos predicados de um sujeito transcendental⁹⁵. Desse modo, podemos perceber uma movimentação de Foucault em direção a uma dessubstancialização do sujeito. É possível encontrar em seu pensamento uma preocupação constante em construir análises que modificassem esse caráter dado desse conceito. Em suas conferências sobre *A Verdade e as Formas Jurídicas*, realizadas na PUC- Rio em 1973, Foucault afirma que seu objetivo seria mostrar

[...] como as práticas sociais podem chegar a gerar domínios de saber que não somente evidenciam novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também dão origem a formas totalmente novas de sujeitos e sujeitos do conhecimento. O sujeito do conhecimento tem ele próprio uma história, a relação do sujeito com o objeto ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história.⁹⁶

Essa afirmação nos permite constatar que é possível encontrar em Foucault uma preocupação com os processos que constituiriam um sujeito ainda naquele momento em que o filósofo buscava construir uma arqueologia de saberes tais como a psiquiatria, anatomia patológica ou as ciências humanas. Entretanto, é no período genealógico que encontraremos uma preocupação mais aprofundada sobre as formas pelas quais diferentes práticas produziam processos de subjetivação, uma vez que, ao estudar certas atividades nomeadas pelo próprio pensador como “práticas divisoras”, ele afirma tentar encontrar os mecanismos que produziam sujeitos por oposição a certas divisões normativas. É o período dos estudos sobre a psiquiatria forense e o discurso jurídico.

É nesse momento que Foucault se aproxima dos processos de confissão e da forma como construía uma relação dos indivíduos consigo mesmos e que os levavam a se reconhecerem enquanto sujeitos loucos, delinquentes, pecadores, aberrantes de qualquer forma. Aspecto amplamente estudado no curso de 1974-1975, *Os Anormais*, Foucault retomará o estudo desses processos sobre outra chave a partir do curso denominado *Do Governo dos Vivos*, curso proferido durante o ano letivo de 1979-1980, no qual a questão da confissão é analisada em sua relação às técnicas de exame de

⁹⁵ Quanto à importância do sujeito transcendental para a fenomenologia e para o existencialismo francês, basta remeter ao que afirma Sartre sobre a fundamentação de um pensamento existencialista a partir do *cogito*. Sobre isso, cf. SARTRE, Jean-Paul. *O Existencialismo é um Humanismo*. 1ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2010. p.46.

⁹⁶ FOUCAULT, Michel. “A Verdade e as Formas Jurídicas” in *Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos X). p.131

consciência no mundo cristão a partir do século II, até chegar ao estudo desses procedimentos no mundo greco-romano, especialmente em *A Hermenêutica do Sujeito*. Como diz Foucault no resumo ao curso supracitado, no mundo antigo, o exame de consciência fazia parte de uma série de procedimentos relacionados ao cuidado de si e que permitiam a constituição de sujeitos através de processos que os voltavam para si mesmos.⁹⁷

Portanto, seguiremos aqui o que Edgardo Castro diz em seu *Vocabulário de Foucault*, a saber, que é possível encontrar dois usos do termo *subjetivação* em Foucault: em um deles, um sentido mais estrito, com o qual o pensador se referiria àqueles processos de constituição de si tais como postos em práticas pelas antigas escolas de pensamento grego; em um sentido mais amplo, o filósofo estaria se referindo também às práticas que agiriam sobre os indivíduos de modo a torná-los objetos de determinado saber⁹⁸. É de forma semelhante que, em seu livro sobre Foucault⁹⁹, Paul Veyne busca distinguir o que seria a “subjetivação” do que ele nomeia “estetização”. Aos processos que constituem uma determinada experiência de si, atravessada pelos dispositivos de seu momento histórico, Veyne reserva o termo *subjetivação*; já a *estetização* seria um conjunto de técnicas pelos quais os indivíduos buscam produzir transformações em si mesmo.

Márcio Alves da Fonseca, em *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*¹⁰⁰, afirma que ao estudar os processos de formação do indivíduo moderno, Foucault teria abordado esse problema através da investigação de *processos de objetivação do sujeito* e de *processos de subjetivação do sujeito*. Essa divisão nos permite pensar *processos de objetivação do sujeito* como aqueles nos quais o corpo humano seria tomado como objeto de uma prática, tal como as atividades de disciplinarização empregadas nos treinamentos militares, ou de um saber, como as ciências humanas, para que fosse atingida uma finalidade tal como sua melhor eficiência em uma atividade específica; os *processos de subjetivação*, por sua vez, consistiriam naqueles em que os indivíduos

⁹⁷ Id. “A Hermenêutica do Sujeito” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX). p.177-ss.

⁹⁸ CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Um Percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2ª Edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora. p.40

⁹⁹ VEYNE, Paul. *Foucault. Seu Pensamento, Sua Pessoa*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011. p.178-181.

¹⁰⁰ Cf. FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. 3ª Edição. São Paulo. EDUC. 2011. p.27-28

seriam levados a constituir certas formas específicas de relações consigo mesmo, com vistas a construir uma “identidade” na qual se reconheceriam e pela qual se responsabilizariam.

Ainda que apresentados separadamente, Fonseca tem claramente a preocupação de apontar que esses processos se sobrepõem, imiscuem ou são indissociáveis em alguns casos¹⁰¹. Essa ligação entre as duas formas que Foucault problematiza os processos de subjetivação serão apontadas pelo próprio Foucault como possuindo até mesmo uma certa relação histórica de apropriação, uma vez que aquelas técnicas de “estetização” das quais fala Veyne passaram por deslocamentos que as subsumem a práticas como a pedagogia, a psicologia, dentre outras, fazendo delas uma forma de “subjetivação”. O emprego dessas técnicas sobre essa forma caracterizará novas configurações de relações de poder. Como descreve Foucault:

Essa forma de poder se exerce sobre a vida cotidiana imediata, que classifica os indivíduos em categorias, designa-os por sua individualidade própria, liga-os a sua identidade impõe-lhes uma lei de verdade que lhes é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em *sujeitos* (grifos nossos). Há dois sentidos para a palavra “sujeito”: sujeito submisso ao outro pelo controle e pela dependência, e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos, essa palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete.¹⁰²

Tal como afirma Peter Pál Pelbart em *O Avesso do Niilismo*¹⁰³, a problemática das formas de constituição de si pode ser considerada uma maneira que Foucault descortinou para analisar o modo que essas novas relações de poder operavam na composição desses sujeitos. Se nos anos 1970, Foucault estudou mais especificamente a forma como técnicas específicas de poder funcionavam, afirmando que essas geravam sujeitos correspondentes ao seu exercício, com o estudo das técnicas de si, o filósofo busca compreender *como* se dá esse engendramento. É dessa forma que Sílvio Gallo, em *Do Cuidado de Si como Resistência à Biopolítica*,¹⁰⁴ aponta que a inflexão do trabalho foucaultiano para as questões da constituição e do governo de si são

¹⁰¹ Id. Ibid. p.30

¹⁰² FOUCAULT, Michel. “O Sujeito e o Poder” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. IX) p.123

¹⁰³ PELBART, Peter Pál. “Subjetivação e Dessubjetivação.” in *O Avesso do Niilismo*. Cartografias do Esgotamento. 2ª Edição. São Paulo. N-1 Edições. 2016. p.258

¹⁰⁴ GALLO, Sílvio. “Do Cuidado de Si como Resistência à Biopolítica” in CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.) *Foucault*. Filosofia e Política. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2011. (Coleção Estudos Foucaultianos). p.372

desdobramentos dos problemas já colocados por Foucault a respeito das modalidades de exercício do poder entendido como formas de governo das condutas daqueles que se busca assujeitar.

Dessa forma, nos parece de fundamental importância articular as análises foucaultianas a respeito dos mecanismos de poder e governo com suas pesquisas sobre os processos de subjetivação, especialmente no que concerne ao dispositivo de sexualidade, . No capítulo que se segue, consideraremos os estudos foucaultianos a respeito dos procedimentos de confissão, para que possamos perceber que tipo de estratégia de governo opera a partir deles bem como de que forma eles levam a constituir um sujeito desejante. Com isso, buscamos o modo de funcionamento de um dos principais recursos do dispositivo de sexualidade, restringindo, no entanto, a suas configurações ligadas ao cristianismo.

CAPÍTULO II

ADESTRAMENTO DO CORPO E CONFISSÃO DA ALMA

Como apresentado anteriormente, as ressonâncias entre os diversos momentos do percurso foucaultiano se produzem de modo constante e, algumas vezes, imprevistos. Dessa forma, os trabalhos sobre a genealogia da constituição de subjetividades encontram-se relacionados com as pesquisas a respeito das tecnologias de poder. É essa mútua implicação que norteou por caminhos diversos o percurso do pensamento foucaultiano nos anos 1970. Entretanto, com uma leitura atenta de seus livros, cursos e, especialmente, ditos e escritos desse período, nos é possível ver que esse trajeto não se deu de modo contínuo. Se em um primeiro momento, Foucault parece conceber esses processos de subjetivação de uma maneira em que o sujeito, ou melhor, as subjetividades constituídas pareceriam não possuir nenhuma agência sobre os dispositivos que lhes engendrariam, a partir de seu estudo do dispositivo de sexualidade, sua compreensão do processo se mostra mais nuançada. Se compreendermos que tal dispositivo se apresenta como um meio fundamental à governamentalidade biopolítica, por permitir uma articulação de uma sujeição das condutas tanto de indivíduos quanto de populações, seguiremos, nesse momento, a forma como é constituído seu eixo de atuação individual. No próximo capítulo, nos voltaremos para suas táticas de governo populacional.

Para tanto, nesse segundo capítulo, se buscará compreender de que forma o dispositivo de sexualidade produz sujeições individualizantes. Seguiremos aqui a divisão estabelecida por Dreyfus e Rabinow, presente em seu livro dedicado à totalidade do pensamento de foucaultiano, quando afirmam que há duas genealogias da constituição do indivíduo moderno no itinerário intelectual de Foucault: primeiramente, uma genealogia relacionada à formação do indivíduo enquanto objeto manipulável por certas técnicas e analisável por certos saberes¹⁰⁵; em segundo lugar, uma genealogia voltada para técnicas nas quais a subjetividade de um indivíduo se converte em objeto de saber para ele mesmo, desde que devidamente auxiliado por um perito¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Cf. DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para além do Estruturalismo e da Hermenêutica*. 2ª Edição revista. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2013. p.211-ss.

¹⁰⁶ Id. Ibid. p.230-234.

Esses processos, que podem ser compreendidos como uma *genealogia do indivíduo enquanto objeto* e uma *genealogia do indivíduo enquanto sujeito*, estão relacionados a duas tecnologias de poder específicas: o poder disciplinar e o poder pastoral, respectivamente. Passaremos agora à análise dessas duas técnicas de poder e de suas formas de sujeição individual.

2.1. Poder Disciplinar e Esquadrinhamento dos Corpos

As pesquisas a respeito do poder disciplinar estão relacionadas a algumas interrogações que Foucault se colocara quanto ao problema das relações entre saber e poder, numa tentativa de encontrar uma análise mais satisfatória a respeito das implicações mútuas de um sobre o outro ao invés de recorrer à simples problemática da ideologia e da falsificação do conhecimento. Assim, Foucault, no resumo de seu segundo curso no Collège de France, nomeado de *Teorias e Instituições Penais*, aponta uma primeira hipótese de trabalho desenvolvida ali:

[...] no que concerne ao saber, as relações de poder (com as lutas que as atravessam) não desempenham apenas um papel de facilitação ou obstáculo; elas não se contentam em favorecê-lo ou estimulá-lo, alterá-lo ou limitá-lo. Poder e Saber não estão ligados uma ao outro apenas pelos jogos dos interesses e das ideologias. Portanto, o problema não é somente determinar como o poder subordina o saber e o faz servir a seus fins, ou como se suprime dele impondo-lhe conteúdos e limitações ideológicas. Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento que, em si mesmo, é uma forma de poder ligado, tanto em sua existência como em seu funcionamento, a outras formas de poder. Em compensação, nenhuma poder se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de algum saber¹⁰⁷.

É a partir dessas pesquisas, juntamente com o seu trabalho desenvolvido no GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões) que Foucault acrescenta o domínio penal ao seu trabalho; ao mesmo tempo, ele retorna a interesses que já lhe serviram de objeto de pesquisa, tais como a medicina e a psiquiatria, mas dessa vez para estudar as formas de poder que são exercidas no interior desses saberes e daquelas instituições ligadas a eles. É em decorrência das investigações a respeito desses domínios e das formas como eles se misturam que Foucault desenvolve o conceito de *poder disciplinar*, tema central da

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. “Teorias e Instituições Penais” in *Segurança, Penalidade e Prisão*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. RJ. Forense Universitária. 2012. (Ditos e Escritos VIII). p.02.

obra *Vigiar e Punir* de 1975.

Nesse livro, Foucault parte de uma problemática específica da história das punições no Ocidente: a “suavização” das penas em relação aos suplícios impingidos aos corpos dos condenados. Partindo da hipótese segundo a qual essa modificação não teria acontecido pelo desenvolvimento de sentimentos humanitários, mas antes, pela modificação do papel do corpo em sua relação com os mecanismos de poder, o filósofo se pergunta sobre a possibilidade dessa transformação estar relacionada a uma mudança na forma predominante de exercício de poder nas sociedades europeias entre meados do século XVIII ao XIX. É a partir daí que Foucault apresenta o conceito de *poder disciplinar* como essa “nova” técnica de poder; se antes, essa forma de exercício de poder se encontrava restrita a certas instituições, a partir de então, tenderá a se espalhar por campos cada vez mais amplos e diversos da sociedade. A partir desse conceito, Foucault trata de apresentar as diferenças entre essa tecnologia de poder e aquela característica do exercício da soberania.

Uma primeira diferença era a escala de dominação que era imposta por essa nova tecnologia: não era o corpo em sua integridade indivisível que se buscava controlar, mas os menores detalhes de seu funcionamento, seus “movimentos, gestos, atitude, rapidez: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna”¹⁰⁸; outra diferença era o objeto do controle: não mais os resultados das ações, mas a economia dos gestos, portanto, a forma como esses gestos eram realizados; também quanto à modalidade havia uma diferença considerável, uma vez que será através de um esquadrinamento do tempo, do espaço, e dos movimentos que se buscará produzir um controle extensivo, constante e ininterrupto do corpo e de suas forças. Assim, tal como aponta André Duarte,

[...] o corpo mostra-se como instância privilegiada de atuação dos micropoderes disciplinares, sendo concebido como campo de batalha no qual se travam conflitos cotidianos entre as exigências sociais de normalização disciplinar institucional e as linhas de fuga e resistência¹⁰⁹.

Como afirma Foucault, essas técnicas não visariam apenas à dominação dos corpos daqueles a quem buscavam submeter, mas antes uma majoração das forças

¹⁰⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: Nascimento da Prisão. 41ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2013. p.132-133.

¹⁰⁹ DUARTE, André. *Vidas em Risco*: Crítica do Presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2010. p.218.

desses corpos tornando-os mais úteis através do desenvolvimento de aptidões, ao mesmo tempo em que se intentava aperfeiçoar as formas de sujeição desse corpo a uma instância específica de supervisão. Assim, o que se tem aqui é um aumento tanto na utilidade dos corpos quanto de sua docilidade, e uma se torna tanto mais intensa quanto a outra é desenvolvida¹¹⁰. A centralidade dessa transformação da relação entre formas de controle e sujeição e os corpos os quais buscava submeter pode ser relacionada com as modificações mais amplas que se sucederam nas sociedades europeias desse período. É o próprio Foucault que aponta a relação entre os desenvolvimentos dessas tecnologias e o percurso mesmo de uma sociedade industrial e capitalista, tal como fica claro nessa passagem:

Qual é o tipo de investimento do corpo que é necessário e suficiente ao funcionamento de uma sociedade capitalista como a nossa? Eu penso que, do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder deveria ser denso, rígido, constante, metucioso. Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias...¹¹¹

Esses investimentos serão constituídos então, através de quatro procedimentos: uma *arte das distribuições*, que visa dotar os elementos que compõem uma multiplicidade desorganizada de lugares seriais que garantiriam a sua inteligibilidade através de técnicas de separação, hierarquização e localização; um *controle das atividades*, que estabelece um ritmo específico para a realização de gestos voltados para o desempenho de determinadas funções, tais como exercícios militares, assim como atividades escolares etc., buscando sempre a otimização da relação tempo de execução/eficácia da realização; uma *organização das gêneses*, em que o desenvolvimento dos indivíduos é constituído em uma série que sempre se complexifica em direção a um ponto desejado, perpassando diversos níveis com vistas a alcançar uma maior eficiência e eficácia; e uma *composição das forças*, procedimento no qual o indivíduo funciona como um elemento que se conjuga com os demais dentro de um mecanismo mais amplo, tal como um batalhão que funcionaria tanto melhor quanto mais eficientemente os soldados que o compõem serão mais capazes em seus domínios específicos¹¹².

¹¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 41ª Edição. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2013. p.133-134.

¹¹¹ Id. "Poder-corpo." In. *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Editora Graal. p.237

¹¹² Para a exposição definitiva dos procedimentos que caracterizam o poder disciplinar, cf. Id. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 41ª Edição. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2013. p. 137- 163.

Esses procedimentos serão desenvolvidos com vistas a resolver problemas que se apresentavam àquela tecnologia típica da soberania. Para tanto, esses dispositivos disciplinares se constituem a fim de reduzir o dispêndio de recursos econômicos assim como políticos. Por exemplo, através do sistema de punições espetaculares que caracterizavam o regime punitivo do poder monárquico, gastava-se uma quantidade considerável de recursos e, apesar disso, havia uma grande descontinuidade de influência do poder soberano. Essa descontinuidade permitia que, em seus intervalos, se produzissem movimentos de resistência que acarretavam, às vezes, em grande prejuízo político. Era o caso de um líder separatista que poderia ser morto por desafiar a soberania de um rei e, precisamente em decorrência da crueldade exibida durante sua punição, passava a representar um mártir e integrava de maneira ainda mais eficiente um movimento pela insurgência. O que se queria era uma tecnologia de poder que fosse menos dispendiosa e mais eficiente¹¹³.

É nessa condição que se estrutura o poder disciplinar, não apenas com as técnicas mencionadas acima, mas também com certos mecanismos que visam garantir o funcionamento daqueles métodos de adestramento. Dentre esses mecanismos, Foucault nos apresenta a *vigilância hierárquica*, a *sanção normalizadora* e o *exame*. A *vigilância hierárquica* corresponde a uma necessidade de “um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.”¹¹⁴ Através do funcionamento dessa técnica, começa a se modificar o problema do enclausuramento em direção a um controle das movimentações. O que se deseja agora é um dispositivo capaz de ter sempre a vista aqueles que constituem as multidões caóticas que se busca submeter, de forma que se possa acompanhar em detalhes os desenvolvimento de cada um na direção em que se deseja, de sua cura, quando se tratar de um hospital, de sua aprendizagem, quando em uma escola, de sua produção quando em uma fábrica.

Entretanto, esses agenciamentos de vigilância se defrontavam com um problema de particular urgência: como produzir uma distribuição dos olhares que possibilite um resultado homogêneo? Quanto a essa preocupação, Foucault oferece uma leitura interessante, em que se conjugam o sonho de uma sociedade disciplinar com aquele de

¹¹³ FOUCAULT, Michel. “O Olho do Poder” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. SP. Graal. 2012. p. 329-330.

¹¹⁴ Id. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 41ª Edição. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2013. p. 165.

uma sociedade liberal tal como imaginada pelos contemporâneos da Revolução Francesa: uma sociedade transparente, sem pontos cegos nos quais os monarcas agissem arbitrariamente, onde se pudessem elaborar os esquemas que passariam por cima das leis; era preciso uma sociedade onde todos pudessem ser vistos, em que todos fossem conhecidos.¹¹⁵ Assim é que as instituições onde funcionava o poder disciplinar teriam, idealmente, um olhar que se colocaria sobre todos aqueles inseridos em seu funcionamento. Entretanto, pela impossibilidade de se produzir esse centro, emprega-se um funcionamento em pirâmide no qual se produz um sistema de vigilância contínuo e integrado que possibilita um esquadramento mais amplo sem, contudo, sacrificar a homogeneidade do resultado.¹¹⁶

O segundo desses mecanismos, a *sanção normalizadora*, por sua vez, consiste em uma maneira específica de punir através de mecanismos corretivos. Assim, em uma instituição disciplinar, o que passa a ser passível de punição é a própria inadequação à um resultado desejado; por exemplo, em uma escola, é o fato de um aprendiz não apresentar o rendimento desejado que passa a ser reprovável. Entretanto, essa punição se dá de uma forma corretiva, ou seja, ao invés de uma penalidade correspondente a um delito, o que se procura é reforçar aquela atividade em que foi apresentado um rendimento insatisfatório. Assim, o que norteia esse processo punitivo é uma *norma* que faz funcionar cinco operações:

[...] relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida “valorizadora”, a coação de uma conformidade a realizar. Enfim, traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa anormal.¹¹⁷

Por fim, o *exame*, que funciona como uma combinação desses dois procedimentos. Através desse mecanismo, cada indivíduo que se busca disciplinar passa a ser objeto de um olhar que possibilita transformá-lo em um objeto de saber; assim, se o poder monárquico procura sempre ser visto em seu esplendor, para o poder

¹¹⁵ Id. “O Olho do Poder” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. SP. Graal. 2012. p. 326-327.

¹¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 41ª Edição. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2013. p.169-170.

¹¹⁷ Id. *Ibid.* p.175-176.

disciplinar, o que importa é ver aqueles sobre os quais se deseja ter agência, ao mesmo tempo em que as instâncias de vigilância permanecem anônimas, invisíveis. Essa vigilância produz uma documentação que permitirá toda a produção de uma vasta rede documentária a respeito de cada indivíduo inserido nesse dispositivo. Assim, as escolas manterão o histórico de seus alunos, de forma que se possa facilmente consultar o seu percurso, verificando-se seus picos de desenvolvimento e aqueles pontos em que precisam ser aprimorados; o mesmo se dá em hospitais, onde os pacientes terão um registro onde consta a sua frequência de internações, o motivo das internações anteriores etc. Dessa forma, poder-se-á tomar cada indivíduo como um objeto de um saber na forma de um “caso”, no qual cada um deles fica preso a uma identidade biográfica. É dessa maneira que Foucault afirma a importância do exame como central para os procedimentos disciplinares de constituição dos indivíduos como objetos de saber, uma vez que

É ele que, combinando vigilância hierárquica com sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, da fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente¹¹⁸.

Aqui chegamos a um aspecto central para abordamos as formas de *sujeição/assujeitamento* produzidas por um dispositivo disciplinar: o engendramento de individualidades que podem ser caracterizadas como *celulares, orgânicas, genéticas e combinatórias*. Essa individualidade é considerada celular em decorrência de sua constituição a partir de “quadros taxonômicos” que são construídos com vistas a dividir, catalogar e relacionar cada indivíduo que se encontra submetido a tal processo a outros em semelhante situação. Assim é que um aluno pode ter seu desempenho comparado ao de seus companheiros de classe, ou um paciente que sofre de determinada enfermidade pode ter o seu tratamento acompanhado e analisado em sua eficiência quando comparado com outros que padecem daquela mesma doença¹¹⁹.

Quanto ao aspecto *orgânico* dessas individualidades, Foucault enfatiza a importância de um saber sobre o funcionamento do corpo enquanto organismo que possui suas propriedades específicas como requisito para o desenvolvimento de formas

¹¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: Nascimento da Prisão. 41ª Edição. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2013. p.183-184.

¹¹⁹ Id. *Ibid.* p.126-127

mais naturais ou espontâneas de desempenho e controle das manobras que são exigidas desses corpos. É a partir desses mecanismos que se produzirão saberes sobre o corpo; mas aqui, trata-se antes de um “corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual por essa mesma razão se anunciará um certo número de exigências de natureza e de limitações funcionais”¹²⁰.

Foucault também caracterizará a individualidade disciplinar como *genética*. Ao apresentar a individualidade desenvolvida pelo poder disciplinar dessa forma, o filósofo tem em mente a manipulação da temporalidade dos indivíduos em unidades consecutivas e integradas, de modo a organizar as suas vidas em processos evolutivos a partir da presença do “exercício.” Esse, por sua vez, seria uma modalidade de tarefa que, paradoxalmente, seria repetitiva e diferente. Repetitiva, por estar sempre circunscrita ao desenvolvimento de uma aptidão específica, como por exemplo, a escrita, a prática de determinado esporte, a operação de uma máquina industrial etc.; diferente, porque esses exercícios se constituem em gradações ascendentes quanto à sua complexidade¹²¹.

A última das características atribuídas por Foucault às individualidades produzidas pelas técnicas disciplinares é seu caráter *combinatório*. Ao se referir dessa forma a essas individualidades, o filósofo aponta para o fato de que todo indivíduo envolvido nessas técnicas pode funcionar como um elemento que se compõe com outros que carregam, por sua vez, suas predicções específicas, mas, ao mesmo tempo, que se conjugam entre si para garantir a eficiência de certo agrupamento no desempenho de uma função específica. Essas composições garantiam que, ao dispor certos corpos de determinada forma, o produto de suas forças fosse majorado em decorrência dessa disposição¹²².

Para concluir a maneira como Foucault descreve o funcionamento desse novo aparelho de poder, cabe compará-lo com aquelas formas tradicionais de julgo e submissão assim como apresentar uma das características consideradas das mais importantes pelo filósofo francês quanto ao poder disciplinar. Assim, se desde a Idade Média o modelo de poder régio se articulou como a forma que o poder era exercido e,

¹²⁰ Id. Ibid. p.132.

¹²¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 41ª Edição. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2013. p.136.

¹²² Id Ibid. p. 141

acima de tudo, a forma como ele se representava, a partir do final do século XVII o que aparece é uma nova modalidade de exercício do poder, que se dissemina por uma vasta extensão do tecido social, caracterizando o que ele chamou de sociedades disciplinares.¹²³ É importante mencionar que Foucault não entende com isso uma modificação tal que, nas sociedades disciplinares, há uma obsolescência daqueles mecanismos consagrados do poder monárquico; assim como os mecanismos disciplinares já poderiam ser encontrados em momentos anteriores ao século XVII. Tal como aponta Jean-François Bert, essas distinções foucaultianas remetem mais do que a mudanças substanciais nas organizações das sociedades, “à maneira como funcionam a dominação e as relações de força. Cada nova configuração comparece com seu lote de novas partilhas, de novas categorizações, de novas exclusões, que se articulam e se combinam entre si.”¹²⁴

Uma das características mais marcantes das sociedades disciplinares é o que Foucault, apropriando-se do conceito apresentado por Jeremy Bentham, chamou de seu *panoptismo*¹²⁵. Esse aspecto estaria presente na forma como, tanto nas instituições quanto nas sociedades disciplinares, o poder passa por uma dissociação do par ver-ser visto. A partir desse funcionamento panóptico, os mecanismos de poder não serão mais relacionados com a ação de uma figura específica, como o rei ou qualquer um que o represente, mas a uma disposição arquitetural que possibilite direcionar os movimentos, não importa se de corpos, de forças, de recursos. Esse direcionamento é garantido pela construção de um mecanismo de poder que seja, ao mesmo tempo, visível e inverificável. Visível, para que todos possam sempre ver que ele está presente; inverificável, para que nunca se saiba se ele de fato se ocupa de alguém em específico, mas que, ao mesmo tempo, sempre haja essa possibilidade. A partir desse

¹²³ Id. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.33.

¹²⁴ BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. São Paulo. Editora Parábola. 2013. p.115

¹²⁵ O Panóptico, tal como o seu nome indica, seria uma estrutura que possibilitaria “tudo ver”. Dispositivo arquitetônico em que uma torre é colocada ao centro de outro edifício em formato anelar. A torre possuiria janelas voltadas para o outro edifício, que por sua vez teria celas ocupando toda a sua espessura, com grandes janelas dos dois lados da cela, uma voltada para a torre no centro e a outra em seu lado oposto, de forma que um vigia colocado na torre possa ver, por efeito da contraluz, tudo o que se passa nas celas e, ao mesmo tempo, não possa ser visto por seus ocupantes. Assim, o ocupante de uma das celas não saberia quando estaria sendo observado ou não, mas saberia que sempre poderia estar sendo observado, o que o levaria a se comportar como sempre estivesse sob o olhar do vigia. A respeito desse tópico, conferir FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 41ª Edição. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2013. p.186-ss.

funcionamento que se produzirá o que Foucault chamou de “efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”¹²⁶.

Portanto, através de todos os seus mecanismos, o poder disciplinar pôde engendrar indivíduos de acordo com uma exigência de controle e usufruto que se apresentava como urgente nas sociedades que se urbanizavam e industrializavam a partir do século XVIII. É por essa razão que Márcio Alves da Fonseca afirma, em sua obra *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*, que o maior efeito das sociedades disciplinares, aquelas nas quais essas técnicas encontraram-se disseminadas de forma irregular por vários de seus espaços, foi

produzir uma individualidade que corresponda às expectativas de uma acumulação e uma gestão útil dos homens; produzir o indivíduo comum, de todos os dias e de todos os lugares, e não o indivíduo singularizado por atos e datas especiais; produzir um indivíduo que permita a extração de algo de todas as suas atividades e de seus momentos; produzir enfim, indivíduos dóceis e úteis¹²⁷.

É a partir do estudo das tecnologias que caracterizam o *poder disciplinar* que Foucault encontrará, cada vez mais, os indícios que lhe permitem pensar o indivíduo como algo que surge por volta do século XVII. Se em *As Palavras e as Coisas*¹²⁸, ele atribuía a invenção da forma homem à episteme moderna, a partir do surgimento daquilo que ele chamou de analítica da finitude, com sua viragem genealógica, a produção do indivíduo será pensada através das técnicas do *poder disciplinar*, assim como das ciências que surgem como saberes atrelados ao funcionamento dessas instituições ou que se apropriaram de alguns de seus procedimentos, tais como o *exame*, constituindo, assim, determinados sujeitos como seus objetos. Portanto, Dreyfus e Rabinow apresentam, em seu *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica*, o ponto de encontro entre saber e poder na feitura da individualidade típica das sociedades disciplinares:

O indivíduo moderno – objetivado, analisado e fixado – é uma realização histórica. Não há uma pessoa universal sobre a qual o poder tenha exercido suas operações, seu saber e seus inquéritos. Ao contrário, o indivíduo é o efeito e o objeto de um certo entrecruzamento de poder e saber. Ele é o

¹²⁶ Id. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 41ª Edição. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 2013. p.191-192

¹²⁷ FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. 3ª Edição. São Paulo. Editora da PUC-SP. p.76

¹²⁸ A respeito do surgimento do homem como produção da episteme moderna, cf. FOUCAULT, Michel. “O Homem e seus Duplos” in *As Palavras e as Coisas*. Uma Arqueologia das Ciências Humanas. 9ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2007. p.430-ss

produto de desenvolvimentos estratégicos complexos no campo do poder e de múltiplos desenvolvimentos nas ciências humanas.¹²⁹

Entretanto, ainda que esses procedimentos produzam aquilo a que nos referimos anteriormente como *processos de objetivação do sujeito*, será preciso aguardar o desenvolvimento da psiquiatria e seu acoplamento a funções judiciárias para que as tecnologias disciplinares ponham a funcionar *processos de subjetivação do sujeito*.¹³⁰ Pois, se o poder disciplinar operou a partir desses saberes e dessas instituições, faltava-lhe ainda o recurso a um mecanismo de confissão que será responsável pela singular força da sujeição produzida pelo *dispositivo de sexualidade*. Portanto, abordaremos agora a outra tecnologia que o filósofo apresenta como constituinte do indivíduo moderno, o poder pastoral.

2.2. Poder Pastoral e as Confissões da Alma

Se a importância do mecanismo de confissão se relaciona a um campo mais vasto, para além do problema da produção de uma verdade a respeito do sexo, de forma que, como afirma Castro em sua *Introdução a Foucault*, nenhuma outra prática foi abordada de forma tão extensa e sob tantas perspectivas diferentes¹³¹, Foucault indica que entre a confissão e a sexualidade, sempre houve uma imbricação muito forte, sendo a confissão a forma predominante de produção de verdade a respeito do sexo, e sendo o sexo, por sua vez, objeto privilegiado dos rituais de confissão¹³². Entretanto, para compreendermos a articulação das técnicas de confissão e a produção de uma verdade dos prazeres sexuais, é necessário recorrermos à questão do poder pastoral.

Se podemos encontrar referências a essa tecnologia de poder no pensamento foucaultiano no início de 1974¹³³, é somente quatro anos depois que o filósofo aborda essa questão diretamente. Ao buscar restabelecer a genealogia de uma técnica específica

¹²⁹ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault*. Uma Trajetória para além do Estruturalismo e da Hermenêutica. 2ª Edição Revista. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2013. p.210.

¹³⁰ Sobre essa distinção, cf. FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. 3ª Edição. São Paulo. Editora da PUC-SP. p.27-28

¹³¹ CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte. Autêntica. 2015. p.129

¹³² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1*. A Vontade de Saber. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.68-70.

¹³³ É em sua aula de 09 de janeiro de 1974, no curso sobre o poder psiquiátrico, que Foucault se refere ao domínio exercido pelo psiquiatra alienista como uma forma de “direção”, relacionando-o a noções provenientes à pastoral de Carlos Borromeu. Cf. Id. *O Poder Psiquiátrico*. Curso dado no Collège de France (1973-1974). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2006. (Tópicos). p.218.

de poder definida como governo, Foucault afirma que a ideia de que se pode governar os homens não deriva de uma tradição política grega ou romana, mas em um Oriente pré-cristão e que teria se consolidado com o estabelecimento dessa religião¹³⁴. De fato, como assinala Câmara Leme em *A Desrazão, a confissão e a profundidade do homem europeu*¹³⁵, a própria constituição de uma experiência do cristianismo, na acepção foucaultiana do termo, deriva de uma conjunção dessa modalidade de exercício de poder, com uma hermenêutica do eu e um processo de subjetivação pensado como mortificação de si.

Assim, de que forma Foucault caracteriza essa tecnologia? É na primeira de duas conferências realizadas na Universidade de Standford que o filósofo nos oferece sua definição mais sistemática¹³⁶. Em primeiro lugar, esse poder não se exerce sobre um território, tal como regularmente se dá quanto ao poder político, mas sobre um rebanho, entendido como uma multiplicidade dispersa de indivíduos, que só encontram no próprio pastor o motivo de seu agrupamento; em segundo lugar, o pastor deve possuir uma atitude de benevolência constante e definitiva para com os membros de seu rebanho, garantindo a provisão diária de suas necessidades e a condução de todos a um fim último de bem-estar, aqui pensado como a salvação; por fim, o dever do pastor para com seu rebanho não é motivado pela honra ou glória, mas por um dever religioso, por uma *devoção*.

Apresentada como uma primeira configuração do problema, Foucault afirma que, a partir desses princípios estabelecidos pelos textos hebreus, o cristianismo vai constituir a singularidade dessa técnica a partir de algumas modificações. Em primeiro lugar, o tema da salvação se torna mais complexo. Se o pastor era responsável pela salvação de todo o rebanho, no cristianismo, essa salvação adquiriu uma conotação específica regido pelo que Foucault chamou de princípio de distributividade integral e paradoxal¹³⁷. De acordo com esse princípio, o pastor deveria conduzir à salvação não apenas a totalidade do grupo, mas cada indivíduo que o compunha. A salvação

¹³⁴ Cf. Id. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.166-168.

¹³⁵ CÂMARA LEME, José Luís. “A Desrazão, a Confissão e a Profundidade do Homem Europeu” in CANDIOTTO, César; SOUZA, Pedro de. (orgs.). *Foucault e o Cristianismo*. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2012. (Estudos Foucaultianos). p.30.

¹³⁶ FOUCAULT, Michel. “„Omnes et Singulatim”: Uma Crítica da Razão Política” in *Estratégia, Poder-saber*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012. (Ditos e Escritos IV). p.352-353.

¹³⁷ Id. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.222-224.

individual adquiria, assim, tamanha importância que o pastor deveria arriscar a segurança de todo o rebanho para garantir que nenhuma ovelha fosse perdida. Paradoxalmente, era dever do pastor também, retirar uma ovelha corruptora do interior do grupo se isso pudesse acarretar na sua perdição.

A essa condição geral da salvação, Foucault acrescenta quatro outras características ao poder pastoral tal como definido pelas instituições cristãs: o princípio de responsabilidade analítica, segundo o qual o pastor deve se responsabilizar pela totalidade dos atos cometidos por cada uma dos fiéis sobre seus cuidados; princípio de transferência exaustiva e instantânea, pelo qual os méritos e deméritos do rebanho são considerados como seus pelo pastor; princípio de inversão do sacrifício, em que o pastor deve expor a sua própria vida e alma aos perigos da danação eterna se, com isso, puder garantir a salvação de seu rebanho; e o princípio de princípio de correspondência alternada, que afirma que, quanto mais trabalhoso for o caminho para a salvação das ovelhas que compõem um rebanho, tanto maior o mérito do próprio pastor¹³⁸.

São essas características que singularizam a problemática da salvação em um poder pastoral próprio ao cristianismo. Foucault aponta também a forma específica em que se organiza a relação de obediência à lei no interior dessa tecnologia. Quando pensada em relação a um poder soberano, a obediência se mostra motivada pelo respeito ao contrato que instaurou aquela soberania ou, por temor a uma punição qualquer; na lógica do poder pastoral cristão, a obediência se dá enquanto finalidade para si mesma, enquanto “instância de obediência pura”¹³⁹. A obediência é pensada como forma de conduta altamente valorizada, na qual um indivíduo deve se submeter a seu pastor de modo integral, acatando mesmo àquelas ordens cujo sentido lhe escapa, e de modo definitivo, uma vez que não se obedece para alcançar um fim determinado, mas para atingir um estado de humildade que se caracteriza pela abnegação da própria vontade. É essa negação de si em termos que se querem constantes e definitivos que caracteriza a *apatheia* em sua formulação cristã¹⁴⁰.

¹³⁸ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.224-228.

¹³⁹ Id. Ibid. p.230.

¹⁴⁰ Foucault esclarece que o termo *apatheia* significa ausência de *pathê*, ausência de paixões. Entretanto, como assinala o filósofo, esse termo possui compreensões significativamente distintas quando se compara o cristianismo e o mundo grego. Enquanto que para os filósofos da Antiguidade a *apatheia* era uma condição que apontava para o indivíduo que possuía um controle de si, que não era servo do que lhe acontecia, para o cristianismo, essa noção denotava uma renúncia de si por parte do indivíduo, o exato

Por fim, é na relação dos indivíduos com a verdade que o poder pastoral se distingue de outras tecnologias. Inicialmente, o pastor seria responsável pelo ensino das verdades que compõem a fé cristã. Entretanto, a especificidade do poder pastoral é que esse mecanismo demanda que se constitua um saber relacionado a cada indivíduo, um saber não apenas dos pecados públicos, da sua conduta, mas também, e principalmente, de seus pensamentos. É o que leva Foucault a questionar

[...] como é que, na cultura ocidental cristã, o governo (governo) dos homens exige, de parte dos que são dirigidos, além de atos de obediência e de submissão, “atos de verdade” que tem de particular o fato de que se requer que não apenas que o sujeito diga a verdade, mas diga a verdade a propósito de si mesmo, das suas faltas, dos seus desejos, dos seus estados de alma, etc.¹⁴¹

É diante dessa problemática que as técnicas de confissão serão empregadas em relações que se estabeleceram com problematizações fundamentais para o estabelecimento e desenvolvimento do cristianismo, tais como a necessidade de se assegurar uma transformação genuína naqueles que buscavam a conversão a então nova fé, a questão da salvação da alma e da remissão dos pecados. Foucault se dedicou a uma análise pormenorizada de cada uma dessas problemáticas tais como se desenvolveram a partir do século II da era cristã¹⁴². Entretanto, em nossa pesquisa, percorreremos apenas aquelas análises que versam sobre aspectos que consideramos pertinentes no interior da economia do dispositivo de sexualidade tal como definido anteriormente.

Seguindo Foucault, a questão da confissão atrelada à problemática dos prazeres no mundo cristão, condensadas em seus múltiplos aspectos sob a problemática da “carne”, aparece como a concretização mais visível de um processo que se iniciou no interior do cristianismo desde o século II, e que requeria dos indivíduos não só atos de fé, nos quais exibissem a sua convicção naquilo que estavam proferindo a respeito da doutrina cristã, mas manifestações de sua própria verdade. A questão dessas técnicas é examinar tudo aquilo que possa estar escondido nas “dobras da alma”. Assim, a confissão como revelação da verdade daquele que fala fazia parte de um dispositivo

oposto dessa vontade de ser senhor de si. Para essas questões, cf. Id. Ibid. p.235-236.

¹⁴¹ Id. *Do Governo dos Vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). 1ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2014. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.291.

¹⁴² Tal pesquisa se encontra na maior parte das aulas ministradas por Foucault no curso de 1980-1981, a saber, FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). 1ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2014. (Coleção Obras de Michel Foucault), em especial, nas aulas de 06, 13 e 20 de fevereiro em relação ao batismo; 27 de fevereiro e 05 de março para a penitência canônica; e 12, 19, 26 de março para o exame e a direção de consciência em sua relação com a remissão dos pecados.

mais amplo de *exame de si mesmo*. Entretanto, a confissão se mostrava como um elemento fundamental, uma vez que esse exame de si normalmente era formalizado em um contexto de interação com ao menos um membro da comunidade eclesiástica, que detinha o poder de extinguir uma dívida com o mal¹⁴³.

O *exame de si mesmo* ou de consciência consistia em uma técnica que se mostrava relacionada com as diversas formas de *direção de consciência*, técnicas essas que, por sua vez, remontam ao mundo greco-romano. A direção de consciência consistia em uma relação entre dois indivíduos na qual um deles se submetia ou se referia ao outro para a tomada de decisão em um evento de ordem privada, ou seja, em um evento para o qual não havia prescrição jurídica ou política. Assim, há uma série de características que Foucault aponta como estruturantes dessa técnica, por exemplo, a questão da submissão da vontade de um participante ao outro. Foucault diz que esse “submeter-se ou referir-se” não pode ser compreendido como uma transferência de soberania individual, pois o que se quer não é que o outro queira, mas que a própria vontade esteja em acordo com a vontade daquele que exerce a função de diretor. Por conseguinte, essa relação deve ser estabelecida de modo voluntário; não pode haver coação à obediência nem uma sanção em caso de desacordo entre as vontades. Se essa última acontecer, essa relação de direção simplesmente deixa de existir. Outro aspecto importante seria que essa relação não se estabeleceria para alcançar um fim específico, como riqueza ou felicidade, por exemplo, mas para estruturar uma forma de relação daquele que busca a direção consigo mesmo, que pode se colocar em termos de perfeição, autocontrole, etc.¹⁴⁴.

Era no interior dessas práticas de direção de consciência que aparecia como etapa fundamental desse processo, esse outro procedimento: o *exame de consciência*. Essa técnica, por sua vez, se mostrava de suma importância para a direção de consciência por ser “o ponto de articulação, na medida em que era o meio pelo qual a influência do diretor sobre o dirigido podia se realizar e o elemento pelo qual o dirigido podia adotar a operação do diretor.”¹⁴⁵ Era somente se o dirigido examinasse a si mesmo e oferecesse o que encontrava ao diretor que esse último poderia oferecer

¹⁴³Id. Ibid. p.94.

¹⁴⁴FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). 1ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2014. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.208-211.

¹⁴⁵Id. Ibid. p.214.

alguma orientação.

Entretanto, quanto a esse exame de si, seguimos aqui a interpretação dada por Salma Muchail e Márcio Alves da Fonseca em *Foucault, Mestre do Cuidado*, quando apontam que essa verdade buscada pelos sujeitos nesses processos é pensada de modo bastante distinto. Quando relacionada aos usos desses procedimentos no mundo greco-romano, o que se buscava era a “verdade” que poderia ser lida nos gestos e nas ações dos indivíduos que tinham por objetivo modificar a si mesmos com vistas a dar às suas vidas certo estilo; quanto ao uso dessas técnicas pelos membros da igreja cristã dos primeiros séculos, o que se procurava era a “verdade” última da natureza da constituição dos sujeitos, o que se queria era responder à pergunta “o que somos?”¹⁴⁶

Portanto, com essas práticas fica explícito a conjunção entre essa busca pela própria verdade e sua manifestação a outra pessoa que ofereceria alguma forma de orientação de modo a produzir uma espécie de aperfeiçoamento. Entretanto, para que a apropriação que dará forma à sua aplicação do mundo cristão pudesse acontecer, foi preciso que se efetuasse uma série de modificações nas características desses procedimentos.

Assim, Foucault aponta três grandes contrastes entre a forma como a direção de consciência era praticada nos contextos da filosofia grega e romana e no cristianismo:

Esquemáticamente, pode-se dizer que, na instituição monástica, a relação com o mestre assume a forma de uma obediência incondicional e permanente que diz respeito a todos os aspectos da vida e não deixa, em princípio, ao noviço nenhuma margem de iniciativa; se o valor dessa relação depende da qualificação do mestre, nem por isso deixa de ser verdade que, por ela mesma, a forma da obediência, qualquer que seja o objeto ao qual se refira, detém um valor positivo; enfim, se a obediência é indispensável entre os noviços e os mestres são, em princípio, antigos, a relação de idade não é suficiente nela mesma para sustentar esse tipo de relação – ao mesmo tempo porque a capacidade de dirigir é um carisma e a obediência deve constituir, sob a forma da humildade, uma relação permanente consigo mesmo e com os outros.¹⁴⁷

Essa obediência, Foucault afirma, era pensada em conexão com três palavras que equivaleriam a uma regulação das formas como os membros das comunidades monásticas se relacionavam com os outros, com o mundo, e consigo mesmos: *subditio*, *patientia* e *humilitas*. Em que consistiam essas palavras? A *subditio* seria aquele

¹⁴⁶ FONSECA, Márcio Alves da. & MUCHAIL, Salma Tannus. “Editar Foucault” in MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, Mestre do Cuidado*. Textos sobre A Hermenêutica do Sujeito. São Paulo. Edições Loyola. 2011. p. 15-16

¹⁴⁷ FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). 1ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2014. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.293.

princípio pelo qual o monge deveria ser submisso, não importa se às ordens de seus superiores ou companheiros ou de outro qualquer; na verdade, toda e qualquer ação de um monge deveria ser tomada como em relação a uma ordem a se submeter ou a uma permissão que lhe fora concedida.¹⁴⁸ Quanto à *patientia*, ela se referiria a duas coisas, a saber, a total passividade, não-resistência às ordens, e, ao mesmo tempo, à capacidade de a tudo resistir ou suportar. Assim, esses dois aspectos desse termo se conjugariam para garantir uma total aceitação da ordem do mundo. Por fim, *humilitas*, que seria a obrigação de sempre se colocar abaixo dos outros e, no limite, pensar em si como indigno de querer o que quer que seja, como devendo nada querer. Mas, para que se produza essa relação de obediência é preciso que haja primeiro o exame do que se passa no interior daqueles que buscam essa direção.

Essa questão do exame de consciência era marcada pela *discretio*, um tema recorrente na sabedoria antiga e que se relacionava à capacidade de separar aquilo que estava confusamente junto e, ao mesmo tempo, julgar a melhor forma de se conduzir sem incorrer em excessos de nenhuma das extremidades possíveis.¹⁴⁹ Entretanto, Foucault aponta que há uma dificuldade para os homens exercerem essa *discretio*. Essa dificuldade seria devida à presença constante do diabo diante do homem, não importa quão próximo esse esteja da santidade, pois essa influência maléfica poderia facilmente se insinuar como sugestão de intensificação do rigor ascético para que, debilitando o corpo sempre mais, fosse mais difícil para o monge em questão resistir a tentações, ou, como mencionado anteriormente, instaurar um germe de vaidade no coração daqueles que se acreditavam cada vez mais próximo de Deus¹⁵⁰.

Aqui, vê-se retornar o velho problema que se encontrava na preparação do batismo: o da presença do diabo no homem; mas, uma vez que se trata de um momento pós-batismal, portanto, depois da purificação da alma da presença do Espírito maligno, esse não poderia estar sediado na alma dos homens. Por conseguinte, será no corpo do homem que se encontrará a presença do diabo. Será através de sensações, sugestões, impressões nascidas no corpo que ele tentará levar adiante os seus empreendimentos, quando esse conjunto de sensações der origem a pensamentos. Assim, o objeto do

¹⁴⁸ Id. Ibid. pp.246-248.

¹⁴⁹ Id. Ibid. p.263.

¹⁵⁰ FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). 1ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2014. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.267.

exame de consciência tal como se constitui no monaquismo será essa influência do diabo, a origem de pensamentos que, mesmo se apresentando como em concordância com os desígnios da fé, possam ter sua origem nas movimentações do diabo no corpo dos fiéis¹⁵¹.

Entretanto, somente a realização dessa auscultação dos pensamentos não será suficiente para alcançar a *discretio* cristã. Será preciso também apresentar o resultado desses exames como uma confissão a outra pessoa. Como mostra Foucault, é nessa confissão que se realizará a *discretio*, e isso por uma série de questões intrínsecas ao próprio ato. Em primeiro lugar, pela questão do enrubescimento, pois, se uma ideia mostra-se difícil de ser comunicada, é por ter a sua procedência no mal; outro aspecto relevante é que, tendo sido Satanás banido para as trevas, nada que provenha dele consegue suportar a luz. Assim, ao revelar um pensamento que tenha sido inspirado pelo mal, esse perderá sua influência sobre aquele que o confessa; em terceiro lugar, que quando se confessa, há o deslocamento daquele pensamento que estava no coração para fora de si. Expulsão mecânica através do próprio ato de falar.¹⁵² Dessa forma, vemos se acoplar aquilo que caracterizará fortemente a confissão como se apresenta enquanto sacramento a partir do século XIII: a busca pela profundidade da verdade de si, a expressão dessa verdade a outra pessoa e a purgação do mal que está contido no interior de si mesmo.

Essa conjunção acontecerá no interior de uma instituição específica do cristianismo no período medieval: a constituição do sacramento da penitência e da confissão a partir do Concílio de Latrão. O que se encontrava antes disso era a “penitência tarifada”, procedimento no qual o fiel, ao cometer um pecado, deveria confessá-lo ao padre ou ao bispo que, de acordo com um sistema próximo de um código jurídico, deveria submeter-lhe uma forma de expiação para “sanar” os efeitos do pecado.¹⁵³ Ora, a partir do Concílio de 1215, o que se estabelece é que todo fiel deve se confessar ao menos uma vez por ano, ou uma vez por mês ou mesmo por semana quando se tratasse de membros do clero. Estabelece-se, assim, uma continuidade, devendo aquele que confessava remeter não apenas a um pecado específico, mas a todos

¹⁵¹ Id. Ibid. p.268-269.

¹⁵² Id. Ibid. p.276-277.

¹⁵³ FOUCAULT, Michel.. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. p. 147-148.

os pecados acontecidos desde a última confissão, uma continuidade que era garantida pela insistência que se confessasse sempre para o mesmo padre. Buscava-se estabelecer também uma exaustividade, pois todos os pecados, não importa se esses parecessem graves ou não, deveriam ser examinados em detalhe para que o padre pudesse determinar a gravidade dos mesmos e a melhor forma de penitência a ser realizada.¹⁵⁴

A partir desse novo sacramento, altera-se uma questão fundamental a respeito do ato de reconhecimento das falhas, pois, se naquela confissão realizada nas instituições monásticas, o próprio ato de confissão trazia benefícios quanto à expulsão do diabo do interior dos indivíduos, não importando a quem essa confissão fosse feita, a partir do século XIII, apenas o padre possibilitará que o efeito benéfico da confissão se efetive. Como afirma Foucault, os padres passam a ser mais do que nunca os “guardiães das chaves do reino do céu”¹⁵⁵. Com essas mudanças, Foucault afirma que o mecanismo de confissão estará na forma que o encontramos inserido no dispositivo de sexualidade. Diante dessa configuração das tecnologias de confissão, podemos asseverar com o que afirma Frédéric Gros em seu texto elaborado como *Situação do Curso de A Hermenêutica do Sujeito*:

É isto, para Foucault, a confissão: uma maneira de submeter o indivíduo, requerendo-se dele uma introspecção indefinida e o enunciado exaustivo de uma verdade sobre ele mesmo. [...] A partir daí, e por um longo tempo, o destino do sujeito verdadeiro no Ocidente estará fixado, e procurar sua verdade íntima será sempre continuar a obedecer. Mais genericamente, a objetivação do sujeito em um discurso verdadeiro não adquire historicamente sentido senão a partir dessa injunção geral, global, permanente de obedecer: somente sou sujeito da verdade, no Ocidente moderno, no princípio e no termo de uma sujeição ao Outro.¹⁵⁶

Se essa é a forma de confissão que compõe o dispositivo de sexualidade tal como apresentado por Foucault, cabe agora compreender de que forma essa problemática da periculosidade do outro no interior de si mesmo se converte em uma ferramenta central no interior desse dispositivo. Isso será possível através da *pastoral da carne*. Para tanto, nos voltaremos para a constituição do conceito de *carne* como corpo atravessado pela concupiscência e na importância que esse conceito adquiriu nas práticas de confissão.

¹⁵⁴ Id. Ibid. p. 149-150.

¹⁵⁵ Id. Ibid. p.151.

¹⁵⁶ GROS, Frédéric. “Situação do Curso” in FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. Curso no Collège de France (1981-1982). 3ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010.(Coleção Obras de Michel Foucault). p.617.

Se a tecnologia da confissão foi composta entre práticas tão diversas e a respeito de domínios e problemas diferentes no interior da instituição eclesiástica, sua pertinência maior quanto ao dispositivo de sexualidade foi naquele emparelhamento mencionado acima entre uma produção da verdade de si mesmo e a purgação ou neutralização do mal. Porém, através de uma série de deslocamentos, o que se pode perceber é que houve uma saturação, nesses procedimentos, de uma preocupação com as insinuações e com aqueles pecados relacionados com a concupiscência.¹⁵⁷ Vai se produzir, assim, toda uma modificação da forma como esse desejo será submetido à confissão que, por sua vez, pedirá a construção de uma “teoria” a respeito do funcionamento dessa sensualidade erótica que justifique ou fundamente a intensidade e a forma específica de atenção que lhe será conferida. É essa a função do conceito de *carne* tal como foi constituído no cristianismo.

Como mencionado anteriormente, a preocupação de que se mostrasse a verdade nas diferentes formas em que as técnicas de confissão eram empregadas era que se pudesse averiguar que o diabo não se encontrava mais presente dentro daqueles que buscavam a salvação. Entretanto, é em relação ao monaquismo que Foucault encontra o problema da concupiscência pela primeira vez. Essa *concupiscência* aparece como uma imbricação da vontade do indivíduo com uma movimentação involuntária que seria própria do corpo, e que seria capaz de sugerir pensamentos que, em última instância, eram capazes de levá-lo ao pecado.¹⁵⁸ Os pecados em questão eram aqueles comumente agrupados sobre o problema da “fornicação”.

Será em decorrência dessas especificidades que Foucault afirma que o combate à fornicção se encontra em uma posição diferenciada quanto ao enfrentamento aos demais vícios, pois em nenhum deles trata-se de combater um vício que é, “ao mesmo tempo inato, natural, corporal em sua origem e que deve ser inteiramente destruído, como esses vícios da alma tais como a avareza e o orgulho.”¹⁵⁹ Para avaliar o desenvolvimento desse combate, um fenômeno corporal específico aparece como “analisador privilegiado”: a poluição. Compreendida como manifestação exemplar desse

¹⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1. A Vontade de Saber*. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.21

¹⁵⁸ Id. “O Combate da Castidade” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014.(Ditos e Escritos V). p.110.

¹⁵⁹ FOUCAULT, Michel. “O Combate da Castidade” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014.(Ditos e Escritos V). p.105.

princípio autônomo que se encontra no corpo, a poluição seria o indicador privilegiado de como funcionaria a concupiscência. Esse funcionamento tem suas estratégias especificadas nos textos desse período, tal como mostra Foucault: os ataques da carne, entendidos como movimentos que arrebatam a vontade; pensamentos voluptuosos que se produzem no espírito; a excitabilidade diante de impressões que chegam do mundo exterior, quando não se consegue olhar uma mulher sem ser tomado por cobiça; aparecimento de pensamentos voluptuosos quando se toca em aspectos da existência humana que se avizinham de uma experiência sexual, por exemplo, quando se lê algo a respeito da reprodução humana; um sonho no qual uma imagem feminina exerce uma influência sobre aquele que sonha.¹⁶⁰

É através dessas estratégias que a concupiscência surge como movimentação involuntária no interior do indivíduo, movimentação essa que ele acolhe ou rechaça com sua própria vontade. Assim, a relação do indivíduo com esse movimento que se dá em seu interior será de constante exame de seus pensamentos e impressões com vistas a perceber em quais deles essa concupiscência se esconde e para que, uma vez encontrados, seja possível dissociar sua vontade própria daqueles movimentos involuntários do corpo que podem dar origem a pensamentos pecaminosos. Pode-se perceber então que a partir dessa questão da concupiscência a problematização moral dos atos sexuais não terá mais a forma de um código de conduta que deverá ser respeitado, “os elementos postos em jogo são os movimentos do corpo e da alma, as imagens, as percepções, as lembranças, os personagens do sonho, o curso espontâneo do pensamento, o consentimento da vontade, a vigília e o sonho.”¹⁶¹ É dessa forma que o problema da concupiscência e as técnicas de exame e direção de si se apresentarão sobrepostas nesse período.

Não serão em termos muito diferentes que a questão se apresentará no século seguinte, em especial, em Agostinho. Em uma meditação agostiniana a respeito da possibilidade de haver atos sexuais no Éden, Agostinho constrói uma teoria que será de considerável importância para a construção da ideia de “carne” na Idade Média. Ele afirma que, antes do pecado original e, portanto da queda, o homem podia dispor de todas as partes de seu corpo de modo ordenado e voluntário, inclusive de seu sexo. Com o ato de rebeldia do homem contra Deus, o que ele passa a experimentar são as

¹⁶⁰ Id. Ibid. p.108-109.

¹⁶¹ Id. Ibid. p.109.

excitações involuntárias que passam a caracterizar a relação do homem com o seu sexo.¹⁶²

Aqui, Foucault afirma que a questão da sexualidade em Agostinho também irá se transformar em uma observação dos movimentos de excitação e expressão involuntária que podem decorrer de um princípio autônomo dos órgãos sexuais que Agostinho chamará de *libido*. A libido seria um componente mesmo da vontade dos indivíduos, ela é o componente dessa vontade quando essa excede os desígnios que Deus estabeleceu para ela. O que caracterizará o exercício de confronto com essa libido será um ininterrupto voltar-se para si a fim de perceber, dentre os movimentos da vontade, quais deles advém da libido.¹⁶³ É todo esse deslocamento do problema que permitirá a Foucault afirmar que, em Agostinho, o problema da impureza espiritual não assume a forma da relação ilegítima entre dois, mas a de uma relação consigo. É essa constituição do problema sexual que possibilitará o aparecimento do problema da masturbação como central na Idade Média.

São esses processos que irão culminar na constituição do conceito de *carne*, forma fundamental de percepção da sexualidade durante o predomínio cristão dessa problemática. Em que consiste essa noção de “carne”?

Trata-se de um corpo que é atravessado por toda uma série de mecanismos chamados “atrações”, “titilações”, etc.; um corpo que é a sede das intensidades múltiplas de prazer e deleitação; um corpo que é animado, sustentado, eventualmente contido por uma vontade que consente ou não consente, que se compraz ou se recusa a se comprazer. Em suma: o corpo sensível e complexo da concupiscência¹⁶⁴

É essa noção de carne que vai estruturar uma nova forma de compreensão do funcionamento da concupiscência no corpo. Assim, Foucault conjuga duas concepções que determinam a ação da concupiscência nos seguintes termos: inicialmente, um impulso surgido na mecânica do corpo mesmo, que proporcionaria uma sensação de deleite ou de excitação; essa excitação daria ensejo a um processo de pensamento no qual o indivíduo se colocaria a examinar prazeres possíveis associados com aquela parte do corpo de onde emana a excitação e, ao mesmo tempo, apresenta todas essas possibilidades como pensamentos aceitáveis; por fim, a vontade dá consentimento aos

¹⁶² FOUCAULT, Michel. “Sexualidade e Solidão” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V). p.98.

¹⁶³ Id. Ibid. p.100.

¹⁶⁴ Id. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.173.

pensamentos assim apresentados; e eis que vem o momento de deleite propriamente dita.¹⁶⁵

São esses processos de auscultação da carne e de seus movimentos no interior da alma que serviram como condições históricas de possibilidade para o que Foucault chamou de “constituição típica do sujeito ocidental moderno”¹⁶⁶. A singularidade dessa constituição específica é apontada pelo filósofo a partir de alguns aspectos, tais como uma identificação analítica, pela qual os indivíduos são levados a elaborar de uma imagem relacionada com seus méritos e deméritos próprios, entendidos como uma disposição única que singulariza aquele indivíduo enquanto sujeito; uma individualização por sujeição, em que a renúncia de si, a fuga de uma forma de egoísmo, seria fundamental para a orientação dos indivíduos; e uma individuação que se dá pelo reconhecimento de uma verdade própria dos indivíduos¹⁶⁷.

Entretanto, se os processos de subjetivação característicos dos indivíduos submetidos a um poder de tipo pastoral eram voltados para uma “renúncia de si”¹⁶⁸, nas sociedades ocidentais modernas, através de uma sobreposição desse mecanismo disciplinar objetivante e desse mecanismo pastoral subjetivante, se produzirá um direcionamento desse processo em busca a uma identificação dos indivíduos consigo mesmos. É nessa conjuntura que Foucault parece discernir um outro tipo de relação de poder entre os seres humanos: à constituição de uma relação de domínio tal como em contextos coloniais, ou a exploração que expropria os indivíduos da riqueza produzida por eles, o filósofo aponta a existência de uma racionalidade de sujeição que “liga o indivíduo a ele mesmo e garante, assim, sua submissão aos outros”¹⁶⁹.

Assim, é a partir dessa genealogia dos indivíduos, tanto em sua constituição enquanto objeto, a partir dos procedimentos de exame característicos do poder disciplinar, quanto enquanto sujeitos, em decorrência da produção de uma verdade que lhes seria própria, procedimento fundamental para o funcionamento do poder pastoral, que podemos perceber de que forma dispositivo de sexualidade atua em seu âmbito

¹⁶⁵ FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.163

¹⁶⁶ Id. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.244.

¹⁶⁷ Id. Ibid. p.242-243.

¹⁶⁸ Id. “„Omnes et Singulatim”: uma Crítica da Razão Política” in *Estratégia, Poder-saber*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012. (Ditos e Escritos IV). p.362.

¹⁶⁹ Id. “O Sujeito e o Poder” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX). p.123.

mais capilarizado. Nosso próximo movimento é apontar de que forma esse dispositivo, ao ser inserido em uma estratégia mais ampla de ação de medicalização da vida das populações, poderá se constituir também como uma tecnologia de governo biopolítico. Esperamos com isso ampliar nossa análise quanto à maneira como o biopoder exerce seu controle através desse dispositivo.

CAPÍTULO III

O SABER-PODER PSQUIÁTRICO E A PRODUÇÃO DO *HOMO SEXUALIS*

Tendo apresentado de que forma Michel Foucault compreende que as tecnologias utilizadas para uma hermenêutica do desejo no mundo cristão possibilitaram diferentes técnicas de governo dos homens, bem como processos de subjetivação que implicavam em formas de sujeição de si, cabe-nos agora abordar o segundo eixo que permitiu a constituição de um dispositivo que produzirá a experiência moderna da sexualidade. É nas práticas e discursos produzidos pela psiquiatria a partir do século XIX que o filósofo francês encontrará esse outro grupo de técnicas que possibilitam o exercício de uma forma de poder que Foucault chamou de *biopolítica*.

Portanto, para que possamos complementar a análise já feita com a que se segue e, por fim, apresentar as relações do dispositivo de sexualidade na economia do biopoder, nesse capítulo, trataremos de apresentar de que forma a biopolítica se configura para o pensamento foucaultiano, quais problemas específicos ela coloca, em que domínio ela se exerce, o que a caracteriza enquanto singular diante de outras tecnologias de poder. É em relação a esses problemas que Foucault analisa o surgimento da medicina social e dos impactos decorrentes de seu prestígio nas sociedades ocidentais a partir do fim do século XVIII, início do século XIX, o que o levou a chamá-las de “sociedades de normalização.” Por fim, trataremos da questão propriamente específica desse capítulo, a saber, de que forma as práticas e discursos psiquiátricos fazem funcionar um saber-poder a respeito da sexualidade que produz uma normatização de condutas e, ao mesmo tempo, processos de produção de formas assujeitadas de sujeitos.

3.1. A questão da biopolítica

Tendo sido considerada pelo filósofo francês como uma das questões centrais do primeiro volume de sua *História da Sexualidade*, a questão do biopoder parece não ter recebido a atenção que Foucault esperava quando da recepção imediata de seu livro.¹⁷⁰ Essa situação se modificou intensamente quando, em 1995, o filósofo italiano Giorgio

¹⁷⁰ FOUCAULT, Michel. “O Jogo de Michel Foucault” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX). p.70.

Agamben publicou o primeiro volume de seu projeto *Homo Sacer*¹⁷¹, em que chamava a atenção para a pertinência desse conceito às análises da política da segunda metade do século XX em diante. A partir daí, termos como biopoder e biopolítica adquiriram e continuam a adquirir uma imensa variedade de significados e usos que podem servir para qualificar

a metafísica dos genocídios, para caracterizar as políticas de exclusão de grandes parcelas da população, para designar as forças que formatam nossos corpos, para rotular os modos de subjetivação alternativos de feministas, homossexuais, de presidiários, das multidões em sua produção imaterial, como a face oculta e denunciada do estado de direito, como a essência totalitária de toda forma de soberania, como a visão de mundo ocidental que sacraliza a vida individual ou o processo vital da espécie, como de salvaguarda que da dignidade da vida, como o movimento de resistência dos corpos aos processos de sua sujeição.¹⁷²

Porém, uma vez que esse termo parece abarcar tão vasta gama de sentidos, tornando, ao seu uso, sempre imprescindível um esclarecimento prévio, na presente pesquisa, consideraremos apenas as formas em que ele foi empregado por Michel Foucault, em especial quando suas formulações a esse respeito se relacionarem de modo mais estreito com a questão do dispositivo de sexualidade e com os seus efeitos. De tal modo, faz-se necessário que iniciemos por constatar que, mesmo no interior do pensamento foucaultiano, o problema colocado pela biopolítica assumiu configurações várias e, por vezes, conflitantes.¹⁷³ O primeiro uso que o filósofo faz desse termo, na conferência *O Nascimento da Medicina Social*¹⁷⁴, proferida na UERJ em 1974, ele a define como um âmbito muito específico de suas análises: aquele das relações de poder que passariam por e a partir da transformação sofrida nas práticas médicas e de sua socialização a partir do século XVIII.

Naquela ocasião, Foucault buscava chamar a atenção para o fato de que a medicina moderna, que nascia em fins daquele século, não era uma forma individualizada de exercício da prática médica, subsumida nas relações contratuais entre os serviços médicos e sua clientela, mas justamente o contrário. Para Foucault:

¹⁷¹ Cf. AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer I. O Poder Soberano e a Vida Nua*. 2ª Edição. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2010.

¹⁷² FARHI NETO, Leon. *Biopolíticas. As Formulações de Foucault*. 1ª Edição. Florianópolis. Cidade Futura. 2010. p.17.

¹⁷³ Para um acompanhamento, ainda que breve, do desenvolvimento dessa questão e de suas modificações para Foucault, cf. PELBART, Peter Pál. *Vida Capital. Ensaios de Biopolítica*. 1ª Edição. São Paulo. Iluminuras. 2011. p.55-59.

¹⁷⁴ FOUCAULT, Michel. "O Nascimento da Medicina Social" in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.402-424.

[...] o capitalismo que se desenvolveu a partir do final do século XVIII e começo do XIX, inicialmente, socializou um primeiro objeto, o corpo, em função da força produtiva, da força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua mais apenas pela consciência ou pela ideologia, mas também dentro e com o corpo. Para a sociedade capitalista, importava, antes de tudo, a *biopolítica*, o biológico, o somático, o corporal. O corpo era uma realidade *biopolítica*. A medicina, uma estratégia *biopolítica*. (grifos nossos) ¹⁷⁵

Como podemos ver, a biopolítica aqui remete especificamente aos usos do corpo humano enquanto força de trabalho que passam a ser passíveis de aprimoramento em decorrência dos conhecimentos derivados da medicina, entre outros saberes. Essa primeira formulação será matizada no decorrer dessa conferência, quando Foucault se voltar para o que ele caracterizou como “três etapas de formação da medicina social”¹⁷⁶; a constituição de uma medicina de Estado na Alemanha ainda não unificada do século XVIII, a criação de uma medicina urbana na França ao final desse mesmo século e uma medicina voltada para as classes trabalhadoras na Inglaterra de meados do século seguinte.

Como podemos perceber através da leitura de outros textos desse período, as consequências políticas do desenvolvimento da medicina social parecem a Foucault como um traço decisivo para a formação das sociedades ocidentais modernas e para o seu funcionamento. É por esse motivo que o filósofo francês vai pensar essas sociedades que passam por intensas transformações como “somatocracias”, ou seja, sociedades que se colocam, como um dos seus problemas centrais, o cuidado com o corpo, a saúde do corpo e a vida biológica de seus membros¹⁷⁷. Ou ainda, quando em um texto de 1977 que condensa e resume o conteúdo de suas conferências no Rio, ele afirma que o surgimento explícito de uma “nosopolítica” seria um dos traços distintivos das sociedades ocidentais uma vez que, para essas, as questões relacionadas à saúde e à doença passam a ser pensadas como incumbência de todos¹⁷⁸.

Se essas foram as primeiras formulações foucaultianas quanto à questão da

¹⁷⁵ FOUCAULT, Michel. “O Nascimento da Medicina Social” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.405.

¹⁷⁶ Id. Ibid. p.405.

¹⁷⁷ Cf. Id. “Crise da Medicina ou Crise da Antimedicina?” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.377.

¹⁷⁸ Cf. Id. “A Política da Saúde no Século XVIII” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.358-359.

biopolítica, ao apresentá-la publicamente no capítulo final de *A Vontade de Saber*¹⁷⁹, o filósofo já demonstra certas modificações na sua compreensão dessa questão. Como veremos, essas mudanças vão nortear o desenvolvimento desse conceito no interior de seu pensamento. No capítulo referido, Foucault apresenta a biopolítica como uma modificação radical na forma como “o poder” se relaciona com a vida daqueles que busca submeter. O que se passa aqui é um momento político maior na história do ocidente de acordo com o pensador francês: é a entrada da vida no domínio da política, a tomada de aspectos biológicos da vida humana nos cálculos e estratégias dos pontos onde se exerceria algum poder¹⁸⁰.

Tradicionalmente, o poder se relacionava com a vida de seus súditos de modo indireto, ou seja, era por poder ceifá-la que o poder soberano exercia algum tipo de influência sobre a vida daqueles que estavam sujeitos a ele. Portanto, o que encontramos é uma série de mecanismos que funcionariam pela lógica do confisco e da extorsão: tanto de seus trabalhos, de suas riquezas e, em última instância, de suas próprias vidas. É por isso que Foucault apresenta o funcionamento desse regime como operando através de duas possibilidades: “causar a morte ou deixar viver”¹⁸¹.

O que o filósofo apresenta agora como *biopoder* é uma transformação desse regime. A partir de seu advento, o poder passará a operar através de diferentes técnicas, como por exemplo, a incitação, o reforço, a vigilância, que funcionarão com o propósito “de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas”¹⁸². O biopoder será então um novo modo de funcionamento do poder, um novo *diagrama*, tal como apresentado por Gilles Deleuze em seu livro dedicado ao pensamento foucaultiano¹⁸³.

Esse novo regime investe diretamente sobre a vida dos que deseja submissos, através de seus corpos e das energias destes. É um funcionamento que tratará de gerenciar modos de vida e que, só em seu limite, far-se-á impor a morte sobre quem quer que seja. É em decorrência desse novo regime que Foucault dirá, invertendo a fórmula anterior, que o biopoder passa a causar a vida, no sentido de direcioná-la para

¹⁷⁹ Id. “Direito de morte e Poder sobre a Vida” in *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 1ª Edição São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.145-174.

¹⁸⁰ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2014. p.154.

¹⁸¹ Id. Ibid. p.146.

¹⁸² Id. Ibid. p.146.

¹⁸³ Uma vez que já expusemos esse conceito e sua importância para a compreensão das análises foucaultianas a respeito de diferentes tecnologias de poder no primeiro capítulo, limitamo-nos a referir ao próprio texto deleuziano. Cf. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa. Edições 70. 2012. p.55-56.

configurações específicas, ou devolver à morte, enquanto abandono ou execução paliativa¹⁸⁴.

A que Foucault atribui essa transformação notável no funcionamento dos dispositivos de poder? Às limitações das técnicas características de um poder soberano para lidar com uma sociedade que se modificava profundamente no decorrer do século XVIII nos países da Europa Ocidental. Em decorrência do crescimento demográfico e do processo de urbanização do continente europeu, assim como do desenvolvimento de um capitalismo industrial, os mecanismos típicos de um poder soberano apresentaram limitações tanto à sua eficiência política quanto econômica. Desse modo, esse novo funcionamento das tecnologias de poder terá como meta administrar o que se passa com esses agrupamentos humanos tanto no que concerne aos mínimos detalhes de suas ações quanto nos efeitos que poderão ser produzidos por essas mesmas ações quando pensadas em uma perspectiva de grupo¹⁸⁵.

É por compreender o biopoder como uma resposta a esses problemas que Foucault afirmará, ainda em *A Vontade de Saber*¹⁸⁶, que esse novo regime se desenvolveu entre dois eixos de tecnologias de poder: a *anatomopolítica dos corpos*, equivalente àqueles dispositivos que funcionariam sob o modo do poder disciplinar, e a *biopolítica das populações*, também chamados de controles reguladores. Entre essas duas tecnologias de poder, Foucault compreende haver certa independência e, ao mesmo tempo, alguma influência mútua.

Quanto à independência, o filósofo a atribui¹⁸⁷ ao fato de que, historicamente, essas tecnologias tiveram um desenvolvimento isolado, uma vez que a anatomopolítica já começa a aparecer de modo mais consistente e amplo no final do século XVII, extrapolando os muros das instituições em que se engendrou, enquanto a biopolítica propriamente dita só começa a se consolidar ao final do século XVIII, com o aparecimento de certos saberes como a estatística e com os primeiros levantamentos a respeito das taxas de mortalidade e natalidade na Inglaterra desse período. Outro

¹⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2014. p.149.

¹⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.210.

¹⁸⁶ Id. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2014. p.150.

¹⁸⁷ Cf. Id. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.210.

aspecto que garantirá certa autonomia ao funcionamento dessas duas tecnologias é seu campo de influência; se as disciplinas funcionam em um âmbito local, normalmente, através de certas instituições, e tem como alvos os corpos que se deseja individualizar, e adestrar em seus mínimos detalhes, a biopolítica ou os mecanismos reguladores, agem em um âmbito global, mais propriamente estatal, e tem por objeto a população como um grupo de indivíduos que possuem características específicas de uma espécie biológica, tais como índices de morbidade, vulnerabilidade a determinadas doenças etc.

Quanto à sua conjugação, Foucault a caracteriza ao pensar alguns dispositivos concretos que permitiriam produzir, ao mesmo tempo, “a sujeição dos corpos e o controle das populações”¹⁸⁸. Em relação a esses cruzamentos, Foucault dará o exemplo da “polícia” tal como funcionara no século XVIII, para demonstrar que, ao mesmo tempo em que se produzia um esquadramento das cidades com vistas a regular a circulação dos corpos em seu interior, era possível monitorar a frequência de certos eventos e tomar nota quanto à sua periculosidade e eventuais medidas de contenção para reconduzi-los a níveis aceitáveis.

Outro aspecto que possibilita a essas duas tecnologias um funcionamento em conjunto é o que Foucault chamou de “atuação da norma”¹⁸⁹. Uma vez que o poder sobre a vida se exerceria com vistas a medir, avaliar, qualificar e hierarquizar os seus modos de ser em acordo com as estratégias em movimento, a lei como instrumento típico do poder não se apresentará mais como um mecanismo eficiente. Agora, serão necessárias técnicas e táticas corretivas, do lado do poder disciplinar, e reguladoras, no campo da biopolítica. É essa distinção que permitirá ao biopoder exercer uma função produtiva, uma vez que seus dispositivos, ao invés de buscarem proibir certas realidades, terão por finalidade produzi-las no interior do que compreende como normalidade¹⁹⁰. Como dirá Foucault, uma sociedade de normalização será aquela em que se cruzam os mecanismos da norma disciplinar transversalmente com os

¹⁸⁸ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2014. p.151.

¹⁸⁹ Aqui, cabe-nos ressaltar que o conceito de “norma” tal como o busca elaborar Foucault não se origina do campo jurídico, mas especialmente dos saberes médicos e pedagógicos. Sobre isso, cf. FONSECA, Márcio A. da. “Entre Monstros, onanistas e incorrigíveis. As noções de „normal” e „anormal” nos cursos de Michel Foucault no Collège de France” in ORLANDI, Luiz B. Lacerda; RAGO, Margareth; VEIGANETO, Alfredo (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias Nietzscheanas. Rio de Janeiro. DP&A. 2002. p.243-244.

¹⁹⁰ PORTOCARRERO, Vera. *As Ciências da Vida. De Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2009. p.201.

mecanismos da norma reguladora¹⁹¹.

Assim, se Foucault apresentou o biopoder como esse novo regime no qual é, sobretudo, sobre o aspecto mais imediatamente biológico da vida que os dispositivos de poder produziram seus efeitos, é no decorrer do curso de 1977-1978, *Segurança, território, população*, que a dimensão da regulação das populações, o eixo da biopolítica, vai ganhar tamanha importância que os termos *biopolítica* e *biopoder* passarão a equivaler enquanto sinônimos¹⁹². Seguindo Edgardo Castro em sua *Introdução a Foucault*, esse curso nos parece de importância imprescindível para o desenvolvimento do pensamento foucaultiano sobre a biopolítica e sua relevância para o desenvolvimento de toda a pesquisa de Foucault, uma vez que

[...] por um lado, ele [o curso] nos oferece uma nova interpretação das relações históricas entre os diversos dispositivos de poder, mais ordenada e sem as ambiguidades que podia suscitar o vocabulário empregado em seus trabalhos anteriores. Por outro, introduz a noção de dispositivos de segurança em relação com a biopolítica e a distinção entre normação e normalização.¹⁹³

Nesse momento, abordaremos brevemente essas especificações conceituais realizadas por Foucault para que possamos conferir à biopolítica uma constituição mais clara enquanto tecnologia de poder que investe um campo específico da existência humana, com suas táticas próprias e com vistas a alcançar resultados relativamente identificáveis. É esse movimento investigativo que nos possibilitará chegarmos a um conceito central no pensamento tardio do filósofo francês: o conceito de *governamentalidade*. Uma vez compreendido por quais meios essa forma específica de relação de poder funciona, passaremos ao questionamento sobre como a medicina social, enquanto prática de higienização da sociedade, unindo-se a um racismo de Estado característico do biopoder, poderá fazer funcionar um controle biopolítico dos indivíduos e das populações a partir do dispositivo de sexualidade.

¹⁹¹ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: Curso do Collège de France (1975-1976). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.213.

¹⁹² Especialmente a primeira aula, na qual Foucault afirma que começaria o estudo do biopoder, mas ao caracterizá-lo, deixa claro que se trata apenas daquele pólo que se ocupa das populações, em clara diferença aos dispositivos disciplinares, ainda que os cruzamentos desses últimos com aqueles sejam considerados em suas análises. Cf. Id. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.03-06.

¹⁹³ CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. 1ª Edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2015. p. 109.

3.2. A noção de governamentalidade

Pensando na especificidade do pólo biopolítico mencionado anteriormente, Foucault apresentará o surgimento da população enquanto problema político condicionante e fundador do que chamou de biopolítica e, a partir de então, também, de biopoder. Como aponta Foucault, a palavra “população” já fazia parte de um vocabulário político há um bom tempo, mas apenas relacionada a problemas de povoamento de regiões que foram devastadas por alguma calamidade e que, portanto, deveriam ser reconduzidas à sua normalidade¹⁹⁴.

A população enquanto problema biopolítico se coloca de modo diferente, uma vez que, como afirma Foucault¹⁹⁵, com o desenvolvimento das sociedades industriais na Europa do século XVIII, foi necessário se confrontar com três grandes espécies de problemas que derivavam desses amontoamentos de indivíduos que formavam as novas cidades.

Em primeiro lugar, as intervenções das práticas políticas não se voltariam a um sujeito abstrato contratante de um pacto social e portador de direitos; tampouco, a um corpo individual que se deveria adestrar, mas a processos que constituiriam a humanidade em sua materialidade mais imediata, processos que a caracterizariam como conjunto de seres biológicos tais como seu nascimento, sua fecundidade, sua produção e morte. Portanto, o que surge aqui é o fato de a humanidade não constituir apenas um gênero, mas uma espécie.

Em segundo lugar, aparecerão os processos que podem causar alguma incapacidade dos elementos que compõem as populações: problema das enfermidades, dos acidentes, da velhice também¹⁹⁶. É em relação a esse aspecto, juntamente com outros que analisaremos mais adiante, que Foucault pensará a importância adquirida

¹⁹⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.88. Nessa aula especificamente, Foucault busca retrair a genealogia dessa palavra em sua relação com as diferentes práticas de exercício de poder. Assim, após essa primeira configuração, o filósofo apresentará uma problemática da população pensada enquanto substrato do poder soberano, de modo que sempre se consideraria o crescimento numérico da população como um fortalecimento do poder em seus múltiplos aspectos; por fim, aparecerá aquilo que o filósofo entende como nível de realidade, com sua própria lógica e racionalidade, e que demandará a construção de técnicas refletidas para uma intervenção eficiente nesse domínio com vistas a produzir efeitos desejados.

¹⁹⁵ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: Curso do Collège de France (1975-1976). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.204.

¹⁹⁶ Id. Ibid. p.205.

pela medicina social enquanto prática de higiene pública, assim como a toda uma variedade de recursos previdenciários que teriam por meta minimizar os efeitos de acontecimentos como os mencionados acima.

Por fim, esse esforço de engendramento de uma tecnologia política capaz de abordar os problemas específicos colocados pela população terá que se confrontar com os problemas da espécie humana em relação com um meio que possui, por sua vez, suas características próprias, como fertilidade ou infertilidade, predisposição para o contágio de certas doenças etc. Os ambientes que serão considerados nessas análises poderão ser tanto naturais como constituídos pela própria ação humana, quando se considerará o problema das cidades¹⁹⁷.

O enfrentamento dos problemas postos por essas questões é a emergência da “população” enquanto problemática central para o pensamento político da modernidade ocidental como a compreende Foucault. O reconhecimento da população como um nível de realidade que possuiria suas próprias características de funcionamento, regularidades e racionalidade, reconhecimento que só se fez possível pela emergência da estatística enquanto saber quantitativo dos fenômenos da população, produz o surgimento de um conjunto de novas táticas e técnicas de ação política em âmbito governamental. Essas ações não terão por finalidade o aumento ou a manutenção do poder soberano, tais como aquelas que constituem os instrumentos típicos de um pensamento político tradicional no ocidente europeu, mas a salvaguarda do bem-estar da população e o melhoramento de suas condições de existência; não terão por instrumentos privilegiados as leis enquanto vontade de um poder soberano que traduz a vontade geral, mas antes, o manuseio ou a manipulação da população no seu funcionamento típico; essas técnicas só se mostrarão eficientes na medida em que forem levados em consideração os processos relacionados à população, o que chamamos hoje de “economia”¹⁹⁸.

A esse novo modo de exercício de poder, Foucault designará *governo*, para diferenciá-lo da soberania e do poder disciplinar, uma vez que, para o filósofo, seu funcionamento seria distinto em comparação com essas outras tecnologias de poder¹⁹⁹. O *governo* será pensado então não como uma instituição, mas como uma

¹⁹⁷ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: Curso do Collège de France (1975-1976). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.206.

¹⁹⁸ Id. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.138-141

¹⁹⁹ Cf., a esse respeito, Id. *Ibid.* p155-156.

“atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais”.²⁰⁰ É por Foucault pensar o *governo* enquanto atividade, prática, tecnologia que Alfredo Veiga-Neto sugere, no texto de abertura a *Imagens de Foucault e Deleuze*²⁰¹, reservar essa palavra à sua acepção tradicional, enquanto instituição administrativa, e, ao conceito foucaultiano, remeter com o neologismo *governamentalidade*.

Dessa forma, ao colocar o problema da biopolítica em termos de técnicas de governo, Foucault acaba por instituir um novo campo de investigação: a *Governamentalidade*. O filósofo assim apresenta esse conceito:

Por “governamentalidade,” entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder que tem como alvo principal, a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os *dispositivos de segurança*. Em segundo lugar, por “governamentalidade,” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “*governo*” sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isso, por um lado, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, acho que se deveria entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, tornado nos séculos XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, “governamentalizado.”²⁰²

A partir dessa primeira formulação do conceito, Foucault nos aponta pelo menos três significados distintos que estabelecem diferentes relações entre si. Dessa forma, a primeira definição apresentada indica que a governamentalidade é precisamente esse

²⁰⁰ Id. *Nascimento da Biopolítica*: Curso dado no Collège de France (1978-1979). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.432.

²⁰¹ VEIGA-NETO, Alfredo. “Coisas de Governo...” in ORLANDI, Luis B. Lacerda. RAGO, Margareth. VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias Nietzscheanas. Rio de Janeiro. DP&A. 2002. p.19-21.

²⁰² A presente citação foi retirada de FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade” in *Estratégia, Poder-saber*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012 (Ditos e Escritos IV). p. 296-297. Entretanto, as palavras em itálico diferenciam da referida tradução por compreendermos que elas possuem uma carga conceitual maior para a argumentação foucaultiana e para a nossa própria. Assim, optamos por seguir aqui as escolhas de Alfredo Veiga-Neto, já mencionadas acima, quanto a “governo” e a de André Duarte quanto aos “dispositivos de segurança” ao invés de “dispositivos de segurança” como encontramos na referida tradução. Por fim, devemos mencionar que o trecho em questão foi comparado à versão em francês para que nos certificássemos que a própria “letra foucaultiana” permitiria essa variação de termos. Cf. VEIGA-NETO, Alfredo. “Coisas de Governo...” in ORLANDI, Luis B. Lacerda. RAGO, Margareth. VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias Nietzscheanas. Rio de Janeiro. DP&A. 2002. p.19-21, quanto ao termo “governo”; DUARTE, André. *Vidas em Risco*: Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2010. p.240-ss. a respeito da expressão “dispositivos de segurança”; e FOUCAULT, Michel. “La Gouvernamentalité” in *Dits e Écrits II*. 1976-1988. Édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald avec la collaboration de Jacques Lagrange. Paris. Quarto Gallimard. 2001. p.655 para citação do original em francês.

agenciamento, esse dispositivo composto por técnicas de governo, saberes que de alguma forma condicionariam essas técnicas, ou ao menos aperfeiçoariam seus funcionamentos, bem como instituições que se ocupariam de questões caras à saúde da população, como por exemplo, instituições previdenciárias, vigilância sanitária etc.

Em sua segunda definição, Foucault apresenta a governamentalidade como um processo histórico ou genealógico que levou as técnicas de governo a se sobreporem àquelas caras ao poder soberano ou ao disciplinar. Aqui, cabe remetermos que o filósofo francês não afirmava ter havido uma substituição dessas grandes tecnologias de poder pela governamentalidade, mas antes, que a preponderância cada vez maior dessa forma específica de racionalidade política fará com que, tanto o poder soberano quanto o disciplinar, tenham suas táticas reelaboradas com vistas a servir a uma maior governamentalização da vida²⁰³.

Por fim, Foucault apresenta a governamentalidade como uma nova forma de funcionamento do Estado, uma nova lógica que lhe estabeleceria novas funções e novos instrumentos. Assim, o Estado, na Idade Média, era evocado apenas para proferir pareceres sobre um litígio qualquer e fazer cumprir as leis canônicas e civis; o Estado administrativo teria como responsabilidades garantir o funcionamento de certas instituições no interior de seu território; o Estado governamentalizado, por sua vez, para além das ocupações que lhe foram legadas historicamente, passa a agir também como uma força reguladora do funcionamento de “sua população” como um todo, a fim de produzir uma espécie de equilíbrio generalizado de suas funções²⁰⁴.

Portanto, a partir da questão da governamentalidade, Foucault poderá complementar as suas análises a respeito dos micropoderes com uma investigação a respeito do Estado e de suas próprias tecnologias políticas, evitando as limitações apontadas pelo filósofo francês a respeito da ideia do Estado como ponto original de todo exercício de poder²⁰⁵. O Estado não é o ponto de surgimento da

²⁰³ Quanto às formas de assimilação de técnicas relativas ao poder soberano e as disciplinas nessa nova racionalidade, cf. FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade” in *Estratégia, Poder-saber*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012 (Ditos e Escritos IV). . p.294-296.

²⁰⁴ Id. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. (Coleção Obras de Michel Foucault). 2010. p.207.

²⁰⁵ Cf. DUARTE, André. *Vidas em Risco*. Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2010. p. 235-236, onde encontramos a afirmação de que “com ele [o conceito de governamentalidade], Foucault finalmente encontrou uma terminologia adequada para designar e analisar „a atividade que consiste em reger a conduta dos homens em um contexto e por meios de instrumentos estatais”, sem ter de recorrer a qualquer conceito de Estado ou mesmo à „instituição de

governamentalidade, bem como as tecnologias de governo não são instrumentos exclusivamente estatais. Antes, o que podemos perceber a partir das análises foucaultianas é que essa tecnologia de poder, que se desenvolveu atrelada a práticas variadas, permitiu que o Estado, já existente, se configurasse da forma como o conhecemos na modernidade ocidental²⁰⁶.

A governamentalidade seria, portanto, a racionalidade política que possibilitaria a constituição do biopoder e de suas tecnologias de regulamentação das populações. Como mencionamos acima, são os dispositivos de seguridade que constituem os instrumentos mais específicos de uma política governamentalizada. Desse modo, passemos a uma análise do que Foucault entende por esse conceito para que possamos compreender de que modo as sociedades ocidentais, do século XVIII em diante, puderam produzir, através de uma medicina social que seria, acima de tudo, uma política de seguridade pensada como higiene pública, um controle nesses termos através no âmbito do dispositivo de sexualidade.

3.3. Os Dispositivos de Seguridade: operadores da Biopolítica.

Portanto, que tipos de dispositivos são esses que surgem no final do século XVIII e que, no entanto, não são aqueles mecanismos típicos dos poderes disciplinares? Foucault assim apresenta seu funcionamento, tomando como exemplo de acontecimento a ser abordado por esse tipo de dispositivo, o caso específico do roubo:

Dispositivo de seguridade que vai, para dizer as coisas de maneira absolutamente global, inserir o fenômeno em questão, a saber, o roubo, numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as reações do poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo. Enfim, em terceiro lugar, em vês de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir.²⁰⁷

Além dessas características, Foucault analisa o funcionamento dessas técnicas, e suas diferenças tanto aos dispositivos típicos do poder soberano quanto das tecnologias

governo", os quais supõem a existência de uma estrutura política institucionalizada, pronta e acabada, organizada para visar a fins claramente determinados e hierarquicamente coordenados, sendo entendida como a instância prioritária de condensação de todo o poder".

²⁰⁶ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.159-162.

²⁰⁷ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.09.

disciplinares, em relação a três problemas específicos: primeiramente, a questão do espaço; em segundo lugar, as suas formas de reação a acontecimentos aleatórios, aos desastres; em terceiro lugar, o processo de normalização que opera através deles. Portanto, de que forma operam os dispositivos de seguridade em relação aos espaços e em que se diferenciam dos dispositivos disciplinares? Para desenvolver essa questão, Foucault contrapõe dois projetos de construção de cidades. Em um deles, de uma cidade chamada Richelieu, o projeto visa construir uma cidade onde não havia nada, e, para tanto, se utiliza do modelo do acampamento militar para estruturar sua construção.²⁰⁸

Esse planejamento consistia em criar um espaço fechado, onde se constituiria uma organização artificial da multiplicidade ali residente, tendo em vista as funções que se desejaria ver cumpridas, garantindo sua diferenciação e controlando suas vias de comunicação.

Por sua vez, em um projeto analisado a respeito da construção da cidade de Nantes, tem-se um funcionamento bastante distinto. Nesse projeto, busca-se explorar as características já presentes em uma determinada região, portanto, é preciso trabalhar sobre uma realidade constituída; em segundo lugar, o que se busca não é conduzir minimamente os caminhos percorridos dentro dos muros da cidade, mas maximizar os aspectos positivos de uma realidade e diminuir ou compensar seus aspectos negativos; em terceiro lugar, os cálculos serão focados precisamente na diversidade de funções que podem ser assumidas por um elemento; por fim, aspecto de suma importância, será preciso considerar um futuro provável da cidade, portanto, será preciso avaliar as suas probabilidades de desenvolvimento²⁰⁹.

A partir do estudo que produz Foucault sobre o planejamento de reforma dessa cidade na primeira aula do curso referido, o que o filósofo aponta é o surgimento de uma nova racionalidade e realidade de ação política através do que ele conceitualiza então como *meio*. Mas a que remeteria esse conceito e qual seria sua relação com os dispositivos de seguridade? O filósofo define esse termo como “o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro”²¹⁰. Assim, o meio enquanto conceito permitiria compreender a reverberação difusa de certos acontecimentos

²⁰⁸Id. Ibid. p. 21.

²⁰⁹FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.26-27.

²¹⁰Id. Ibid. p.26-27.

enquanto catalisadores para outros. O meio é pensado, nessa ocasião, como o espaço de atuação dos dispositivos de seguridade por excelência, uma vez que esses teriam por objetivo administrar séries diversas de acontecimentos parcialmente aleatórios a partir do controle da circulação de suas causas e efeitos.

Em relação ao segundo ponto, Foucault analisa as estratégias propostas de modo a gerenciar acontecimentos que se produzem de modo imprevisto; como exemplo, o filósofo toma as técnicas para minimizar os efeitos danosos produzidos pela escassez de alimentos. No caso das táticas disciplinares, o que se encontra é uma séria de decretos que visavam controlar a produção e a inserção de grãos no mercado, ao mesmo tempo em que se criava uma rede de vigilância que, certificando-se da quantidade de grãos nos depósitos, de que não seriam contrabandeados etc., garantiriam que essas leis fossem cumpridas. Todos esses processos eram utilizados para evitar que, através de táticas de controle da produção, não se fizesse os preços sobre os grãos subirem demasiadamente de forma que não se pudesse pagar por eles, evento que poderia levar a um levante popular. Os dispositivos de segurança funcionarão a partir de uma rede completamente diferente de elementos.

Nessa perspectiva, o importante será analisar o cultivo de grãos levando em consideração as diversas etapas que envolvem a sua produção, assim como os diversos eventos que podem exercer alguma influência no processo. A partir daí, procurar-se-á modos de regulação desses processos que possam ser exercidos a partir deles mesmos. É o caso do mecanismo pensado pelos fisiocratas para a solução do problema da escassez alimentar²¹¹.

²¹¹ De acordo com essa lógica, o aconselhável seria permitir um amplo grau de liberdade quanto ao estabelecimento de preços sobre os cereais e, ao mesmo tempo, sobre a exportação dos mesmos. Assim, se houvesse uma safra ruim, o aumento de preços já seria previsto para um primeiro momento. Ao final do período no qual fora possível abastecer o mercado, os preços subiriam ainda mais pela rarefação do produto; se isso poderia levar alguns agricultores a armazenar suas produções com vistas a colocá-las no mercado apenas quando dessa segunda alta dos preços, a influência dos mercados externos, que exportariam para esse país também interessados na possibilidade de grandes lucros, poderia sobrecarregar a oferta, fazendo com que os preços caíssem inadvertidamente. Dessa forma, os produtores do mercado interno seriam forçados a colocar os cereais em circulação de modo a garantir seus rendimentos, estabilizando a primeira alta dos preços. As importações, por sua vez, abasteceriam o mercado sem causar uma abundância prejudicial ao mesmo. Por fim, ainda que a escassez, enquanto produção insuficiente de alimentos para determinada parcela de uma população nacional, essa não se concretizaria como realidade definitiva, uma vez que sempre se encontraria uma oferta desses cereais, ainda que a preços mais altos. De acordo com essa racionalidade, a própria lógica da produção de alimentos evitaria a produção de um evento catastrófico de fome, ao mesmo tempo em que impediria um aumento exorbitante dos preços desses produtos. Tudo o que seria necessário para que se alcançasse tal resultado era um mecanismo que garantisse aos produtores e vendedores certa liberdade ao estabelecer o preço que quisessem sobre o seu

Assim, quanto a esse segundo aspecto dos dispositivos de seguridade, Foucault pensará em três grandes diferenças em relação aos dispositivos disciplinares: primeiro, enquanto os dispositivos disciplinares têm uma tendência centrípeta, criando um espaço cerrado que se submeteria aos seus procedimentos da maneira mais intensa possível, um dispositivo de seguridade, por sua vez, possui uma inclinação centrífuga, pois para que possa funcionar em casos como o da escassez alimentar, é preciso que amplie sua rede de ação para aspectos cada vez mais distantes do problema específico que busca regular; em segundo lugar, se o poder disciplinar não ignora o mais ínfimo dos detalhes relacionados ao domínio que busca controlar, para esses dispositivos de segurança, é fundamental certo grau de “inobservância”. É preciso que algumas questões não sejam reguladas para que possam produzir efeitos reguladores; em terceiro lugar, enquanto os dispositivos disciplinares agem através de prescrições, de forma a conduzir uma realidade específica, os dispositivos de segurança atuam na “realidade mesma” das coisas, manobrando com os processos que estão presentes naquele fenômeno que se intenta regular²¹².

O terceiro exemplo utilizado na explicação foucaultiana é a relação desses dispositivos com certa “função normalizadora” presente em cada um deles. Foucault já havia usado o conceito de norma e seus correlatos para tratar da homogeneidade que se buscava atingir com os processos disciplinares. Entretanto, uma vez que nesses casos a norma se estabelecia como um modelo anterior aos indivíduos e seus desempenhos que deveriam, então, se aproximar dela, o filósofo passa a pensar então que, o que opera nesses procedimentos é uma *normação*. Já nos dispositivos de seguridade, o que acontece é uma análise a respeito da probabilidade de ocorrência de algo, como uma doença, que visa estabelecer uma normalidade, compreendida como estado aceitável ou adequado daquela doença, que orientará a ação de mecanismos preventivos ou compensatórios. Portanto, é apenas em relação a essa forma de funcionar dos dispositivos de seguridade que Foucault usará o termo *normalização*²¹³.

Para apresentar a forma em que os dispositivos de seguridade operam essa função de normalização, Foucault traz o exemplo das campanhas de vacinação contra

produto. Cf. FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.52-53.

²¹² FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. (Tópicos). 2008. p58-61.

²¹³ Id. Ibid. p.74-75; 82-83.

varíola, ocorridas no início do século XIX. Nessas ocasiões, as instituições responsáveis, ao fazerem uso da estatística, produziram índices que relacionavam os casos dessa doença com certas regularidades, como por exemplo, faixa etária na qual a doença se desenvolvia mais facilmente ou tinha maior gravidade, quais as condições sociais nas quais a doença aparecia mais comumente. A partir daí, seria elaborado um quadro contendo todas essas informações; esse quadro é o que Foucault chamou de “curva de normalidade da varíola.” Em seguida, da generalidade desses casos, buscava-se construir ramificações que especificassem os principais fatores de risco para o contágio, assim como em quais casos havia maior perigo de morte. Por conseguinte, as instituições de medicina social deveriam conduzir os índices mais preocupantes a uma maior proximidade com aquela curva de normalidade²¹⁴.

Portanto, é a partir desses dispositivos de seguridade que a governamentalidade pôde se estabelecer como forma preeminente da política em tempos de biopoder. Essa lógica política se mostra atenta à população, pensada como uma espécie de efeito de variáveis sobre as quais o poder não podia agir baseando-se no velho esquema do mando e da obediência. Questões como a condição dos meios de subsistência, assim como os costumes, valores, e, certamente, as leis, poderiam produzir resultados sobre a população, exigindo uma nova ação por parte das instituições administrativas. Destarte, o esquema de uma vontade soberana impondo-se a um corpo de súditos não será mais a forma mais eficiente de se alcançar o objetivo de uma estratégia política qualquer; ao contrário, a população exige mecanismos que possam “atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise ou reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população”²¹⁵.

Um segundo aspecto que será levado em consideração por essa racionalidade governamentalizada é a questão do interesse coletivo a partir dos desejos individuais. Aqui, o importante será possibilitar a produção de certos efeitos desejados sobre as populações a partir das inclinações pessoais daqueles que as compõem. Por exemplo, se uma cidade sofre com os efeitos de uma intensa concentração demográfica em uma de suas regiões, seria preciso criar incentivos para que outras áreas da cidade fossem habitadas, como moradias por preços mais baixos, oferta de serviços essenciais e

²¹⁴FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. (Tópicos). 2008. p.81-83.

²¹⁵Id. Ibid. p.94.

comerciais. Portanto, a questão não será como impedir o livre exercício das vontades individuais em benefício de uma vontade geral, tal como se apresentava o problema em termos de soberania, mas favorecer esse desejo, desde que, com isso, possam produzir-se os efeitos que se queira na população²¹⁶.

Por fim, esse tipo de poder passa a englobar certos eventos que, se parecem arbitrários ou particulares em uma esfera individual de análise, se caracterizam como pertinentes em âmbito tanto político quanto econômico quando tomados em suas faces coletivas e em relação a longas extensões de tempo. Portanto, esses eventos apresentam certa regularidade e, ao mesmo tempo, uma inteligibilidade que permitirá uma forma de ação sobre esses eles²¹⁷.

Desse modo, com a governamentalidade e através dos dispositivos de seguridade, um outro tipo de exercício de poder se consolida no Ocidente, um poder “incitativo cuja ação é orientar e regular os comportamentos coletivos mobilizando novos conhecimentos sobre a sociedade e sua evolução”²¹⁸. Esse novo procedimento não substitui aqueles modos já existentes, como o poder soberano e o poder disciplinar, mas lhes confere uma nova organização, funcionando como princípio organizador de coerência das táticas de cada um deles. Essa complementaridade será de fundamental importância para nossas análises a seguir.

Seguiremos agora o fio que conecta as análises foucaultianas a respeito da medicina social, e especialmente a psiquiatria, para questionar se essa prática característica de nossa modernidade funcionará enquanto um dispositivo de seguridade. Nossa intenção será compreender de que forma as práticas dessa especialidade médica, ao retomarem dispositivos presentes nas práticas de confissão, bem como agenciamentos relacionados ao poder disciplinar e à biopolítica, podem de fato produzir um gerenciamento das condutas a partir da experiência da sexualidade tal como se caracteriza na modernidade tardia.

²¹⁶ Id. Ibid. p.95-96.

²¹⁷ Id. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). 2ª Edição. São Paulo. SP. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.206-207.

²¹⁸ BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. São Paulo. Parábola. 2013. p.132.

3.4. Medicalização da Vida e Avanço do Biopoder

Para seguirmos adiante em nossa investigação, devemos recorrer àqueles textos mencionados na abertura desse capítulo. Dessa forma, buscamos compreender como aquelas formulações iniciais a respeito da questão do biopoder ainda se mostram pertinentes para as análises posteriores realizadas pelo filósofo. Portanto, investigaremos a forma como a medicina social fez funcionar dispositivos de poder que garantiram um certo exercício de governamentalidade.

Começamos então por retomar as funções de normação e normalização a que referimos. Em certo momento de seu percurso, Foucault apresenta como “sociedades de normalização” aquelas em que se cruzariam esses dois processos de normatização, aqueles levados adiante pelos dispositivos disciplinares e aqueles relacionados às tecnologias biopolíticas. Pois bem, é precisamente por se voltar para uma política que visa exercer sobre a vida “um poder positivo, [...] encarregando-se de maximizar suas potencialidades, tanto no nível individual quanto no populacional”²¹⁹ que a medicina adquirirá um papel de suma importância, sendo a ciência ou o saber do normal e do patológico por excelência²²⁰.

A partir dessa constatação, Foucault investiga genealogicamente a consolidação da medicina social enquanto prática de primeira importância para a história política do ocidente. Será em meados do século XVIII e início do XIX que o genealogista encontrará as práticas que solidificam a medicina em sua constituição contemporânea, apontando para a sua pertinência para os jogos de poder. Essa relevância política será estudada por Foucault a partir de duas estratégias principais, a primeira delas sendo incorporação do saber e das práticas médicas nos mecanismos do Estado, estratégia denominada por Fahri Neto²²¹ como “estatização da medicina”, e a segunda sendo a crescente autoridade que as instituições, práticas e discursos médicos adquirem sobre toda a extensão da sociedade.

Esses processos são estudados por Foucault através do percurso de socialização

²¹⁹ COSTA, Roberta L. D. “Vida, política e estética da existência em Michel Foucault” in COSTA, Roberta L. D. FERNANDES, Dorgival G. MARINHO, Cristiane Maria. SOUSA, Antônio Alex P. de. VERAS, Elías F. (orgs.) *Michel Foucault: Ressonâncias Contemporâneas*. Curitiba. CRV. 2017. p.120.

²²⁰Cf. FOUCAULT, Michel. “A Extensão social da norma” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.395.

²²¹ FAHRI NETO, Leon. *Biopolíticas. As Formulações de Foucault*. Florianópolis. Cidade Futura. 2010. p.23.

da medicina, tal como mencionado anteriormente, que se deu por três caminhos: a estatização e normação das práticas médicas na Alemanha, a criação de uma medicina urbana na França e o desenvolvimento de uma medicina operária na Inglaterra. O que podemos perceber através desses três movimentos históricos é como a medicina é subsumida e, ao mesmo tempo produz uma transformação, sobre as tecnologias do poder soberano, das disciplinas e do biopoder. É interessante apontarmos também que esses diferentes regimes de investimento do poder, em sua relação com as práticas médicas, terão suas fronteiras atravessadas, permitindo a essas técnicas uma interpenetração mútua.

É dessa forma que Foucault apresenta a importância do surgimento de uma “polícia médica”, tal como fora chamada então, na Alemanha do século XVIII²²². Em um contexto de constante hostilidade entre os pequenos Estados que compunham essa região, desenvolve-se um saber que tem por finalidade reger as relações de forças entre esses governos, uma ciência do Estado que visava compreender o que fortalecia e o que enfraquecia uma instituição como essa. Como um desses problemas, surge a população como aspecto fundamental da força de um Estado. Será preciso então cuidar da população em geral para que se possa dispor de uma maior produtividade, portanto, maior riqueza, bem como de um exército maior etc. A população aparece aqui como substrato da força de um governo.

Devido a essa preocupação, o que nasce nesse momento é um policiamento médico que produzirá essa estatização da medicina de quatro formas diferentes. Primeiro, ao implementar o recolhimento de informações em hospitais sobre a morbidade de uma população, suas epidemias bem como endemias, com vistas a produzir uma cartografia das relações entre esses fenômenos. O que temos aqui é o princípio de um dispositivo de seguridade. Em segundo lugar, é a própria prática médica que será normatizada, uma vez que o Estado se encarregará de estabelecer uma padronização da formação dos futuros médicos. Em terceiro lugar, a partir dessas informações recolhidas, uma instância administrativa passaria a se ocupar das políticas de resposta a esses eventos endêmicos. Por fim, a criação de esquemas piramidais de responsabilização médica sobre o território, que remeteria, em última instância, a um

²²² FOUCAULT, Michel. “O Nascimento da medicina social” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.407-408.

alto funcionário de Estado²²³.

Portanto, podemos encontrar o primeiro movimento de socialização da medicina nessas práticas de sua estatização. O que se passa aqui é uma modificação dos modos do poder soberano de incidir sobre a vida de seus súditos. Dessa forma, teremos o emprego de táticas relacionadas ao poder disciplinar e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de mecanismos de regulação das populações. O que se constitui então é “uma série de instrumentos responsáveis por estabelecer e implementar uma determinada política pública, relativa a um setor específico da atividade social, nesse caso a medicina ou a saúde da população”²²⁴.

No que concerne ao desenvolvimento de uma medicina urbana, Foucault aborda essa questão a partir do medo, da angústia e da sensação de insegurança evocadas em relação ao processo de urbanização e crescimento das grandes cidades europeias do século XVIII. Dentre as inúmeras incertezas que essa nova forma de vida implicava, encontrava-se aquela quanto aos ambientes de grande pestilência, como os abatedouros públicos e, principalmente, os cemitérios para indigentes²²⁵.

É como uma resposta aos problemas posto por essas questões que o pensamento médico fará funcionar o velho esquema tático do combate à peste²²⁶. Seguindo essa estratégia, buscava-se mapear a circulação de todos os elementos que poderia produzir um alastramento de contágio, ao mesmo tempo em que se exercia uma constante vigilância sobre o estado em que se encontravam o maior número de habitantes possíveis, buscando discriminar aqueles que estavam enfermos daqueles que não estavam, e entre o primeiro grupo, ainda os diversos graus de adoecimento, sempre mantendo um registro constante que era endereçado às instâncias deliberativas. Quanto a essa função, a transformação do hospital, de uma casa de assistência a um dispositivo terapêutico, terá um papel de importância considerável²²⁷.

Essas estratégias, que apontam a relevância da administração do espaço para a sua efetividade, permitiram à medicina exercer alguma influência sobre quatro campos

²²³ Id. Ibid. p.409.

²²⁴ FAHRI NETO, Leon. *Biopolíticas*. As Formulações de Foucault. Florianópolis. Cidade Futura. 2010. p.36.

²²⁵ FOUCAULT, Michel. “O Nascimento da medicina social” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.412.

²²⁶ Cf. Id. *Vigiar e Punir*. Nascimento da Prisão. 41ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2013. p.187-188

²²⁷ Cf. Id. “A Incorporação do hospital na tecnologia moderna” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.455.

de problemas colocados pelo processo de urbanização e a aglomeração de pessoas que se lhe seguia: o problema das localizações, onde o que se buscava compreender era a relação entre os atributos naturais dos lugares, assim como as mudanças sazonais desses atributos, poderiam facilitar a o desenvolvimento de determinadas doenças; o problema das coexistências, tanto entre si quanto em face de outras questões como, a presença de animais, a circulação de água e de ar (o problema dos miasmas) etc.; o problema das habitações, que pediam intervenções mais propriamente urbanísticas; e o problema dos viajantes e da possível difusão de doenças por um território mais amplo²²⁸.

Ao encarregar-se dessas práticas, a medicina passou por algumas transformações que Foucault acredita ser de considerável importância. Em primeiro lugar, o contato da medicina com outros saberes, tais como a química e a fisiologia, que acabaram por favorecer um desenvolvimento para o discurso médico e uma ampliação de seu campo de influência. Em segundo lugar, a medicina pôde passar de uma análise do meio a uma análise das influências do meio sobre o organismo e, por fim, a uma análise do próprio organismo. Finalmente, o aparecimento da questão da salubridade e da insalubridade enquanto condições materiais capazes de garantir, ou não, a saúde dos indivíduos e das populações, aspecto especialmente importante para nós, uma vez que são esses problemas que ampliarão a amplitude da atividade médica em direção a uma higiene pública²²⁹.

O terceiro processo estudado por Foucault²³⁰ será a criação de uma medicina propriamente voltada às classes de despossuídos na Inglaterra do século XIX. Seguindo o movimento de urbanização, nasce um proletariado que se coloca como problema sanitário para as cidades. Em razão de sua própria penúria, essas pessoas acabaram por produzir verdadeiros nascedouros de certas enfermidades que se proliferariam de forma indiscriminada, podendo causar crises epidêmicas. A partir desse problema, Foucault vê se constituir uma estratégia que ele considerará típica da medicina ocidental que consistiria em produzir dispositivos assistenciais para essas populações, que funcionariam como uma forma de monitoramento e contenção de doenças relacionadas à despossessão.

²²⁸ Id. “O Olho do poder” in *Repensar a Política*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2010. (Ditos e Escritos VI). p.111.

²²⁹ FOUCAULT, Michel. “O Nascimento da medicina social” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.418-419.

²³⁰ Cf. Id. *Ibid.* p.419-ss.

Outro aspecto fundamental do desenvolvimento dessa “medicina operária” será a realização de uma análise funcional da pobreza. Através desse processo, Foucault vê aquilo que ele chamara, em outro momento²³¹, de *preenchimento estratégico*. Ao desmontar a categoria mais genérica dos “infelizes”, essa medicina estabelecerá diversos extratos dessa população, buscando tratar aqueles que podem ser reinseridos nos circuitos de produção e minimizar os impactos negativos que seu abandono poderia gerar para a sociedade em sua totalidade. O que caracterizará esse processo é uma “decomposição utilitária da pobreza, na qual começa a aparecer o problema específico da doença dos pobres em sua relação com os imperativos de trabalho e a necessidade de produção”²³².

São esses processos que constituirão a relação entre medicina e política nas sociedades ocidentais contemporâneas. Essa governamentalização da vida operada por essa política médica será mantida através de algumas táticas que possibilitarão o funcionamento de diferentes operações. A primeira delas foi a constituição, ou a reconfiguração, das relações familiares. Ao produzir um novo sistema de cuidados na relação pais-filhos, a família passa a ser um instrumento privilegiado quando se quiser agir sobre os indivíduos e as massas ao mesmo tempo, como veremos no exemplo privilegiado da questão da sexualidade infantil. Outro aspecto fundamental será a transformação cada vez mais intensa da medicina de uma arte terapêutica a um saber que busca orientar, por vezes de modo autoritário, as condutas mais variadas da coletividade. A medicina enquanto higiene pública torna-se uma técnica geral da saúde. É em decorrência dessa expansão dos campos de interesse e influência das práticas médicas que Foucault caracterizará às nossas sociedades como “Estados médicos abertos”²³³, uma vez que a medicina não conheceria mais campo que lhe fosse externo.

Entretanto, se a medicina se tornou uma prática política para a qual não haveria exterior, é importante esclarecer que esse saber não se constituiu como ponto de origem das diferentes estratégias de poder nas sociedades ocidentais, mais antes, uma tecnologia à qual recorreram diversos agenciamentos que buscavam fazer funcionar

²³¹ Cf. Id. “O Jogo de Michel Foucault” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX). p.46.

²³² Id. “A Política da saúde no século XVIII” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.360.

²³³ Cf. FOUCAULT, Michel. “Crise da Medicina ou Crise da Antimedicina?” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII). p.386-388.

diferentes governamentos sobre todo o campo da experiência dos indivíduos. Assim

[...] o poder medical não pertence ao médico; ao contrário, ele o agencia, o põe em jogo, o instrumentaliza. O poder medical é um aspecto da configuração política geral, resultante do jogo das diferentes forças ativas e em relação umas com as outras, numa dada sociedade. Compõem o poder medical, além dos médicos e de seus pacientes, os serviços e departamentos de saúde dos Estados, os departamentos de obras públicas, as empreiteiras privadas, as diferentes classes econômicas e seus interesses, os hospitais, as universidades, os centros de formação técnico-medical, a indústria do diagnóstico, a indústria farmacêutica.²³⁴

Tendo abordado a forma como a medicina se converte em tecnologia política, cabe-nos agora nos perguntar de que forma essa medicalização abarcará a experiência da sexualidade e produzirá, através da psiquiatria, formas de governo em consonância com as demandas características do biopoder.

3.4. O Dispositivo de Sexualidade como Fator de Normalização das Condutas

É em relação com essa constituição da medicina social que devemos pensar o lugar que a psiquiatria adquire nas estratégias biopolíticas, especialmente, em sua relação com o problema específico da sexualidade. Buscaremos explicitar de que forma Foucault compreende que, ao expandir seu domínio de interferência, o saber produzido pela psiquiatria, bem como as tecnologias de governo que fará funcionar, vai subsumir todo um vasto campo de condutas possíveis. É remetendo essas condutas a uma investigação a respeito da sexualidade que a questão da verdade do sexo, ou mais, especificamente, do sexo verdadeiro, se mostrará de fundamental importância para um efetivo controle biopolítico.

Para tanto, seguiremos a investigação realizada por Foucault a respeito do que ele chamou de “generalização do poder psiquiátrico”, tema abordado intensivamente nos seus cursos de 1973-1974 e 1974-1975, *O Poder Psiquiátrico* e *Os Anormais*, respectivamente, bem como em conferências do período. É a partir desse processo que o filósofo nos permitirá compreender o ponto de ligação entre o dispositivo de sexualidade e o biopoder. Dessa maneira, se Foucault dedicara boa parte de *O Poder Psiquiátrico*²³⁵ a uma análise do funcionamento das tecnologias de controle exercidos

²³⁴ FAHRI NETO, Leon. *Biopolíticas*. As Formulações de Foucault. Florianópolis. Cidade Futura. 2010. p.46.

²³⁵ Após uma introdução em que busca distinguir uma representação tradicional do poder como exercício

no interior dos asilos nas primeiras três décadas do século XIX, é a partir da aula de 16 de janeiro de 1974 que ele passa a abordar a questão da ampliação dos âmbitos de ingerência da psiquiatria.

Será em relação a duas táticas específicas que a psiquiatria melhor será instrumentalizada, sendo a primeira os crimes que eram cometidos sem motivação aparente, conhecidos então como “crimes de instinto”, e a segunda, a questão do reordenamento das configurações familiares. É numa região de atravessamento desses dois eixos que poderemos compreender o que o filósofo entende por uma “generalização do poder psiquiátrico”.

A respeito dos crimes de instinto, Foucault afirma que, ao se confrontar com uma série de casos para os quais o sistema jurídico não conseguia reconhecer as motivações do réu, nos quais o seu feito contradizia frontalmente o histórico de seu comportamento, houve um cruzamento dos saberes próprios de um dispositivo judiciário com aquele produzido pela psiquiatria. Para o filósofo, o caso de Henriette Cornier é exemplar. Essa figura, uma mulher que trabalhava como cuidadora de crianças em Paris, certa vez pediu a uma vizinha que entregasse sua filha a seus cuidados por alguns minutos. Quando a vizinha em questão foi até Henriette Cornier, essa lhe diz que matou a criança, cortando lhe a cabeça, o que de fato ocorreu. Ao investigar as motivações de Cornier, a justiça e a psiquiatria não conseguem estabelecer motivação nenhuma, nem no domínio da razão, tampouco no do delírio. Desse modo, os psiquiatras recorrem à noção de “instinto” como força à qual Henriette não poderia resistir ²³⁶.

Como assinala Foucault, nas primeiras três décadas do século XIX, essa noção se apresenta como um conceito limite no saber psiquiátrico, sendo evocado quando nenhuma outra explicação pode conferir inteligibilidade a um crime²³⁷. Como no caso de Henriette Cornier, uma vez que as instituições judiciárias não conseguem estabelecer nenhuma relação entre os personagens envolvidos, nem sequer justificar o crime a partir

da soberania dessa nova forma que se inaugura nos asilos, Foucault passa a analisar que tipos de táticas estruturariam a terapia clássica daquela psiquiatria alienista do início do século XIX, chegando à definição de que o poder psiquiátrico seria um “suplemento de poder dado à realidade”. A esse respeito, cf. especialmente as aulas de “19 de dezembro de 1973” e “09 de janeiro de 1974” in FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico*. Curso dado no Collège de France (1973-1974). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2006. (Tópicos). p.179-208; 217-240.

²³⁶ FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). 2ª Edição. São Paulo.

WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.110.

²³⁷ Id. Ibid. p.118-119.

de um delírio qualquer, elas recorrem à ideia de que o que se passou foi um episódio de loucura parcial, na qual apenas uma parte do comportamento é afetada, e que essa afecção seria decorrente de uma movimentação instintiva.

É em relação a esses crimes e a esses indivíduos, que não apresentariam nenhum traço de loucura a não ser pelo próprio “ato monstruoso”, que a psiquiatria então consegue se configurar como um agente de higiene pública, uma vez que a loucura, em certas manifestações extremas, se configura como um perigo à vida social ao qual apenas um especialista, alguém de olhar treinado, poderia perceber seus sintomas, possibilitando minimizar seus impactos danosos na sociedade²³⁸. Se o conceito de “instinto” encontra-se reduzido a um espaço tão específico no interior do discurso psiquiátrico, ao realizar essa articulação entre os dispositivos judiciário e psiquiátrico, essa noção será fundamental para uma ampliação dos domínios de atuação das tecnologias de poder relacionadas com a prática psiquiátrica.

Para além desse eixo de desenvolvimento da psiquiatria, encontramos na preocupação por um reordenamento da estrutura familiar um movimento alternativo para a generalização da agência desse saber. Essa reorganização da disposição familiar se deu de formas variadas de acordo com a especificidade da situação dessas famílias. Desse modo, como mencionamos acima, o desenvolvimento dos grandes centros urbanos colocou uma série de problemas para a consolidação de uma vida saudável. É buscando diminuir os altos índices de mortalidade infantil que foram necessárias certas manobras com vistas a produzir uma regulamentação de comportamentos com considerável influência sobre esses eventos.

É o caso de um estreitamento das relações entre os membros daquelas famílias burguesas que tinha por objetivo um maior cuidado com as crianças por parte dos próprios pais ao invés de uma imensa criadagem que as compunha ao fim do século XVIII. É também o caso do que se chamou de moralização dos costumes das classes operárias. Nesse caso específico, a questão era evitar o abuso sofrido por crianças por parte dos membros mais velhos da família através de uma repartição restritiva dos espaços da casa. Assim, enquanto a tática usada para um estreitamento dos laços nas famílias burguesas é uma vigilância a ser exercida sobre o problema da masturbação infantil, nas famílias operárias o problema a ser observado é o incesto descendente.

²³⁸ Id. “A Evolução da noção de „indivíduo perigoso” na psiquiatria legal do século XIX” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V). p.09.

Como podemos perceber, a questão do erotismo se encontra no cerne dessas duas preocupações²³⁹.

A respeito dessa investida antimasturbatória, convém assinalar algumas características que a tornaram curiosamente singular: a primeira delas é que essa campanha desarticula a masturbação tanto da problemática da “carne” quanto de um contexto de patologia sexual tal como se vê surgir no século XIX²⁴⁰; a segunda delas é que essa cruzada assume um discurso verdadeiramente programático, através de exortações e manuais, endereçados tanto aos pais ou demais responsáveis quanto aos jovens em si, e não como um discurso analítico. Desse modo, os procedimentos táticos dos quais essa campanha se serve se mostram relevantes para a maneira como a sexualidade será definida enquanto experiência.

O primeiro movimento tático foi o de relacionar os prejuízos decorrentes desse hábito com certos comportamentos praticados por essas crianças. É o que Foucault chamou de “patologização do hábito”. Esse processo se deu principalmente a partir de uma potência causal atribuída à masturbação, que, por um lado, poderia gerar uma doença total que se caracterizaria por um esgotamento generalizado das funções corporais, e por outro, funcionava como fator concorrente as disfunções fisiológicas para desenvolver diversas enfermidades como meningites, degenerações ósseas, doenças cardíacas etc.²⁴¹.

É em relação com essas questões que se poderá compreender a centralidade da observação das condutas das crianças e os males relacionados à masturbação. Paralelamente a toda uma causalidade patológica lesional do corpo, surge esse outro fator patogênico que seria difuso, uma vez que poderia originar qualquer doença possível, extensivo, pois possui um tempo de ação imprevisível, podendo ser a causa de doenças que venham a se desenvolver anos depois da adolescência, período de maior perigo de prática desse hábito, e histórico ou biográfico, já que é a forma que um

²³⁹ FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.237-238.

²⁴⁰ Como afirma Foucault, a questão da masturbação encontra-se aqui completamente a parte de uma problematização moral do desejo; quanto à problemática da patologia sexual do século XIX, essa investida contra a masturbação não relaciona esse hábito a uma noção de sexualidade, tanto infantil quanto adulta, traçando na verdade uma distinção muito clara entre essa prática e a sexualidade adulta e relacional. Cf. Id. Ibid. p.203-204.

²⁴¹ Cf. FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*: Curso no Collège de France (1974-1975). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.207-209.

indivíduo se conduziu que determinará a quais patologias ele poderá ser sujeito²⁴².

É essa transformação que fará da família um pequeno núcleo centrado numa relação entre pais e filhos, em que esses terão seus corpos sobre constante proximidade do olhar daqueles. Entretanto, se por um lado os pais parecem deter toda a autoridade nessa relação de vigilância, eles devem por sua vez se remeter sempre a outra instância que exercerá em relação a eles uma função de predominância e orientação: o saber médico. É com o vínculo entre as crianças em perigo e o saber médico que os pais passam a assumir essa função de proximidade e vigilância tão intensa, e isso de duas formas: a primeira delas é a respeito da confissão. Quanto a esse aspecto, vê-se surgir toda uma discussão concernente ao seu papel nessa campanha e a quem ela poderia ser feita, se aos pais ou a um médico, ao que se coloca que somente ao médico cabe servir-se desse recurso, e isso pela questão de sua eficácia para o processo terapêutico.²⁴³ A segunda forma é através de uma aplicação das técnicas e instrumentos de prescritos pelos médicos como métodos preventivos quanto à masturbação. Aqui, encontram-se justificadas toda uma série de procedimentos que ainda serão praticados até o final do século XIX, como a cauterização do clitóris, precauções de se amarrar o pênis etc.

Dessa forma, esse processo vai desempenhar um papel fundamental no estabelecimento do dispositivo de sexualidade uma vez que a inserção da medicina nas questões de uma ética familiar constitui

[...] uma engrenagem médico-familiar (que) organiza um campo ao mesmo tempo ético e patológico, em que as condutas sexuais são dadas como objetos de controle, de coerção, de exame, de julgamento, de intervenção. Em suma, a instância da família medicalizada funciona como princípio de normalização. É essa família, à qual foi dado todo o poder imediato e sem intermediário sobre o corpo da criança, mas que é controlada de fora pelo saber e pela técnica médicos, que faz surgir, que vai poder fazer surgir agora, a partir das primeiras décadas do século XIX, o normal e o anormal na ordem do sexual²⁴⁴.

Se foi primeiramente em relação ao problema específico da masturbação que foi possível estabelecer essa ligação entre a medicina e as condutas pertinentes ao espaço familiar, a infância será de fundamental interesse para a psiquiatria e a generalização de seu dispositivo de saber-poder, na medida em que ela se configura como um saber da anormalidade. Isso se dá porque, ao investir sobre a infância, a psiquiatria se convertera

²⁴² Id. Ibid. p. 210.

²⁴³ Id. Ibid. p.217-220.

²⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.221.

em uma técnica política de análise e agência a respeito de uma amplitude de condutas.

Esse investimento se deu em decorrência da problematização da figura da “idiotia”. Se no final do século XVIII a idiotia ainda é pensada como uma forma de alienação que resulta numa diminuição da suscetibilidade do indivíduo à realidade, tal como o furor seria o oposto, a partir do século seguinte, essa condição será diferenciada daquela dos alienados em geral. Isso se dá em decorrência da noção de “desenvolvimento”. Como nos mostra Foucault,²⁴⁵ enquanto as diversas formas de alienação são pensadas como estados patológicos que se sucederiam sobre os indivíduos, a idiotia seria antes um bloqueio no desenvolvimento de suas funções normais. Se o idiota é aquele que se encontra entravado em seu desenvolvimento, a lógica de suas ações estará submetida a uma semelhança formal com aquela pertinente as ações das crianças.

É dessa forma que, a um investimento que buscava estabelecer quais comportamentos infantis possuíam um potencial patogênico, vê-se surgir também uma auscultação das condutas dos indivíduos adultos em que se busca perceber um funcionamento análogo àquelas típicas da infância. A partir dessa articulação, a psiquiatria pôde tornar virtualmente qualquer conduta como pertinente ao seu campo de ingerência. Além disso, Foucault aponta também que foi em decorrência desse agenciamento que a psiquiatria pôde se relacionar com uma variedade de temas relevantes para uma neurologia e para uma biologia evolucionista. No cerne dessa articulação está a noção de “estado”²⁴⁶.

A partir dos problemas colocados pelo estado de idiotia, a psiquiatria poderá chegar a um dos pontos centrais para a constituição do dispositivo de sexualidade: o “instinto sexual”. Como havíamos mencionado, a noção de “instinto” estava reservada para aqueles casos em que uma ação não podia ser justificada nem por um cálculo causal razoável nem por uma relação com um delírio. Antes, a mecânica do instinto era de tal forma que um comportamento qualquer se dava como irresistível e involuntário. Da problematização da masturbação juvenil e de seu caráter etiológico, foi possível relacionar aquela a racionalidade do funcionamento instintivo e a economia dos

²⁴⁵ Cf. Id. *O Poder Psiquiátrico*. Curso dado no Collège de France (1973-1974). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2006. (Tópicos). p.260-263.

²⁴⁶ A respeito desses processos de generalização do domínio da psiquiatria, cf. FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.267-269.

prazeres perversos.

Essa conjugação se dará através do conceito de “instinto sexual” tal como aparece em meados do século XIX. Em sua primeira aparição propriamente psiquiátrica, no livro de Heinrich Kaan *Psychopathia Sexualis*²⁴⁷, o instinto sexual surge como uma dinâmica dos órgãos sexuais tal como a fome seria uma dinâmica dos órgãos de nutrição, que estaria presente no homem desde sua infância, tal como o demonstram as brincadeiras e curiosidades infantis que já polarizariam as relações entre os sexos; que encontraria sua finalidade última na cópula entre sexos diferentes, mas que, por estar presente desde muito cedo, está exposto a toda uma série de possibilidades de arranjos patológicos, por uma relação com a *phantasia*, ou com a imaginação, que determinaria os descaminhos no desenvolvimento desse instinto. São esses arranjos que constituirão uma *patologia sexual*, da qual a masturbação será apenas uma forma possível²⁴⁸.

Como afirma Foucault²⁴⁹, é nesse momento, em meados da década de 1840, que a sexualidade se constituiu como fundamental para a psiquiatria. Ao potencial etiológico que era conferido à masturbação desde o fim do século XVIII, veio acrescentar-se, por essa relação do instinto sexual com a imaginação, um domínio específico de doenças mentais e de desordens propriamente sexuais que seriam geradas por condutas sexuais perversas. É para justificar a potência causal suplementar no domínio do patológico que se recorreu à análise de um caso referido ao soldado Bertrand. Foucault aponta que ao pesquisar esse caso, um psiquiatra chamado Michéa afirma que esse soldado, que fora a julgamento por profanar túmulos e violar cadáveres em estágio de decomposição avançada, evidenciava a ação do instinto sexual como aquele mais imperioso dos instintos, e que teria como “finalidade” a realização do prazer, ainda que não relacionado ao ato da cópula fértil, tal como pode ser aferido nos casos de masturbação, ou em casos de mulheres que já passaram pela menopausa. Se a questão central do instinto sexual é a efetivação do prazer, todo e qualquer instinto terá que ser remetido a ele quanto à sua realização, fazendo que toda uma série de anormalidades de condutas sejam pensadas em sua relação com a concretização de uma forma de prazer aberrante²⁵⁰.

²⁴⁷ Seguimos aqui as referências de Foucault. Cf. Id. Ibid. p.243.

²⁴⁸ Id. Ibid. p.245.

²⁴⁹ Id. Ibid. p.246.

²⁵⁰ FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.251.

Se se encontra então um desvio na psiquiatria que a conduz de um saber a respeito das patologias do instinto (sexual) a uma forma de saber a respeito da anormalidade das condutas (sexuais), apresenta-se para ela a necessidade de resolver um certo paradoxo: ter passado por uma despatologização do objeto de seu saber e, ao mesmo tempo, fazer funcionar um poder de constrangência que é eminentemente médico. É essa situação que Foucault caracterizará como o paradoxo característico da psiquiatria do século XIX.

Como afirma Foucault²⁵¹, esse paradoxo será abordado através da construção de grandes edifícios teóricos que, ao invés de refletir a situação em que se encontrava a psiquiatria, era exigida para fazer funcionar essa tecnologia de controle das condutas. O primeiro passo foi a construção de uma nova nosografia, e isso através de três processos: a construção de uma série de síndromes que conjugam de forma coerente certas excentricidades que não podem ser tratadas enquanto sintomas, mas que apresentam seu caráter aberrante em si mesmo. É nesse contexto que surgem os primeiros estudos a respeito da homossexualidade e do masoquismo.²⁵² O segundo movimento dessa nosografia foi a importância que o estudo do delírio readquiriu. Diferentemente da psiquiatria do século XVIII, em que o delírio era o que caracterizava a alienação em seu cerne, nessa nova configuração, o que conta é sua relação com a dinâmica dos instintos e com a economia do prazer. É dessa maneira que serão analisados os delírios de perseguição, de posse dentre outros, em sua relação com a coerência de uma síndrome específica. Por fim, o que aparece como terceira característica é o aparecimento da noção de “estado”. Esse conceito surge como um fundo causal que se encontraria apenas nos “sujeitos anormais”, mas que não consistiria em uma patologia em si, porém ele poderia dar origem a uma variedade de doenças que poderiam ser de caráter fisiológico, psicológico.

Esse conceito de “estado” demanda, por sua vez, outra construção teórica que possa esclarecer e diferenciar que tipo de corpo poderia gerar esse fator. É para responder essa pergunta que a psiquiatria realiza um investimento teórico a respeito da hereditariedade. Desse modo, uma série de hábitos desviantes, tais como alcoolismo ou a masturbação, podem comprometer o desenvolvimento de toda uma fauna de condutas

²⁵¹ Id. Ibid. p.271.

²⁵² Id. Ibid. p.272-273.

irregulares através de uma degeneração do organismo como um todo ²⁵³. Através dessa figura do degenerado, a psiquiatria pôde configurar-se em uma instância de observação e influência sobre toda a forma de conduta atípica para agir como forma de proteção da sociedade contra a desordem.

Diante dessa configuração, a psiquiatria, em sua associação com o dispositivo de sexualidade, se configura como uma tecnologia política fundamental para um regime de biopoder. Isso se dá, primeiramente, pelo fato de que, ao observar minimamente as condutas sexuais no âmbito familiar, o que se busca é produzir certos efeitos em nível populacional. A família se mostra, assim, como um segmento estrategicamente privilegiado quando se intenta modificar as condutas de uma população, especialmente quanto a questões relacionadas ao comportamento sexual²⁵⁴. Dessa forma, a tática psiquiátrica do dispositivo de sexualidade funcionará com as características de uma tecnologia política denominada “polícia”.

Essa concepção de polícia, entretanto, carrega algumas singularidades em contraste com os usos contemporâneos do termo. Ao analisar os textos do século XVIII que apresentam em que consistiria essa instituição²⁵⁵, Foucault a apresenta como uma instância administrativa paralela à justiça, ao exército e ao tesouro que, dessa forma constituem o Estado que, por sua vez, se ocuparia da vida dos homens em suas relações com o território, com aquilo que produzem, com suas condições de saúde e de segurança, que agiria sobre esses domínios de forma singular, pois, ao se ocupar da saúde dos indivíduos, não o faria com vistas a curá-los, mas de forma a minimizar os processos de periculosidade para as suas vidas; tudo isso visava a um desenvolvimento máximo dos benefícios que se podem extrair da vida em sociedade e, em decorrência disso, ao desenvolvimento da potência do Estado.

Dessa forma, podemos dizer que a forma como o dispositivo de poder-saber da psiquiatria se constitui e se relaciona com os diferentes usos das técnicas de confissão para compor o dispositivo de sexualidade só foi possível a partir do processo que, ao atribuir uma importância cada vez maior a uma preocupação em relação aos problemas

²⁵³ FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). 2ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault). p.274-275.

²⁵⁴ Id. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.139.

²⁵⁵ Id. “„*Omnes et Singulatim*”: Uma Crítica da Razão Política” in *Estratégia, Poder-saber*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012. (Ditos e Escritos IV). p.371-373.

da população, deu condições para o surgimento de um Estado de governo²⁵⁶. Esse processo, que Foucault denomina como característico da racionalidade política contemporânea, é descrito como uma “uma integração dos indivíduos em uma comunidade ou em uma totalidade [que] resulta de uma correlação permanente entre uma individualização sempre levada mais adiante e a consolidação dessa totalidade”²⁵⁷. É a partir desse prisma que nos parece esclarecer-se a centralidade atribuída pelo filósofo ao dispositivo de sexualidade enquanto situado como um nó entre os dois eixos das tecnologias políticas que compõem o biopoder²⁵⁸.

É dessa maneira que o dispositivo de sexualidade, em seu cruzamento dos processos de subjetivação que lhe são próprios, bem como das técnicas de governo que funcionam ligados a ele, poderá se constituir como “um mecanismo de assujeitamento, uma maneira pela qual os indivíduos são submetidos socialmente, como um modo de subjetivação da qual faz parte o modo de autocompreensão desses mesmos indivíduos”²⁵⁹. Talvez, possamos encontrar na constituição da experiência da sexualidade e de seu sujeito, o *homo sexualis*, um foco possível para a análise crítica das tecnologias políticas em seu encontro com as tecnologias do eu.

Ao analisar de que forma o pensamento de Foucault compreende esses dois eixos de constituição do dispositivo de sexualidade, podemos perceber de que modo a busca por uma verdade dos indivíduos se configura como uma estratégia eficiente para determinar suas identidades e formas de conduta. Ao adentrar em um paradigma biopolítico, esses mecanismos funcionarão cada vez mais em favor de uma intensificação de taxas de normalidade de saúde. É assim que, a partir da “produção” das verdades de indivíduos considerados perigosos à saúde da sociedade, se poderá determinar todo um conjunto de técnicas de governo desses indivíduos, como, por exemplo, o que fazer com eles, como direcionar seus tratamentos, bem como quais condutas poderão ser entendidas como sintomas desses perigos. É por essas razões que nos parece fundamental a constituição de um dispositivo de produção e extração da

²⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2008. (Tópicos). p.144.

²⁵⁷ Id. “A Tecnologia Política dos Indivíduos” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V). p.309.

²⁵⁸ Id. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 2014. p.157-158.

²⁵⁹ FAHRI NETO, Leon. *Biopolíticas. As Formulações de Foucault*. 1ª Edição. Florianópolis. Cidade Futura. 2010. p.84.

verdade do sexo para uma maior eficiência do controle dos corpos dos indivíduos e das populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michel Foucault legou à sua contemporaneidade uma série de questionamentos sobre campos tão distintos como a psiquiatria, as formas de punição, as práticas políticas que constituem a tradição ocidental o estudo da sexualidade. Quanto a esse último ponto, ele certamente não foi o primeiro a direcionar sua interrogação àquilo que se erigiu como sexualidade, mas uma de suas grandes contribuições foi produzir uma dobra nesse questionamento, voltando sua curiosidade para a própria recorrência desse interesse. Entretanto, como foi nosso objetivo nessa dissertação, não nos parece apropriado ou mesmo possível compreender as cores que Foucault deu a essa investigação sem considerá-la em composição com outras preocupações do seu pensamento.

Dessa forma, partimos da necessidade de demonstrar que o pensamento foucaultiano não se volta para as decifrações da verdade da sexualidade, antes, o filósofo buscou compreender os processos que possibilitavam a constituição de um saber que elegesse esse âmbito de experiências como um objeto possível de conhecimento, como um domínio que devesse nos revelar algo de nós mesmos. Assim, destacamos uma continuidade das pesquisas foucaultianas quanto aos mecanismos de produção de “dizer verdadeiro”, bem como dos jogos de poder que lhes seriam iminentes.

Acrescente-se a isso a pertinência que o filósofo apontou sobre a implicação dos jogos de verdade próprios da experiência ocidental do desejo sexual, tanto em sua configuração mais antiga e duradoura, a saber, as práticas de confissão cristãs, como nas mais contemporâneas como a psicanálise, naquilo que ele chamou de processos de subjetivação, ou seja, na construção de formas determinadas de organização de uma consciência de si. Foi por essa razão que nos pareceu necessário esclarecer o que Foucault concebia como processos de subjetivação em geral e os processos específicos que operavam a partir e com as técnicas de confissão cristã para entendermos o alcance dos efeitos do dispositivo de sexualidade.

Entretanto, se essa pesquisa sobre a sexualidade pode ser remetida àquele interesse mais amplo pelas políticas da verdade e os processos de constituição de si, o objetivo desse trabalho foi apontar de que forma, a partir dessas características do

dispositivo de sexualidade, lhe foi possível converter-se em uma tática fundamental daquela forma de poder que Foucault compreendeu como particular à nossa modernidade: um poder que busca cuidar da vida, ao mesmo tempo em que lhe conduz em direções específicas. A essa modalidade de poder, Foucault chamou de biopolítica.

Para a compreensão dos entrelaçamentos do dispositivo de sexualidade e da biopolítica, nos pareceu imprescindível seguir aqueles dois eixos que Agamben ²⁶⁰ apresenta como as diretrizes das pesquisas foucaultianas em seu período genealógico: a investigação das *técnicas políticas*, tais como as disciplinas que condicionaram a reconfiguração de instituições como o hospital psiquiátrico, as prisões etc., e das *tecnologias do eu*, processos que levam os indivíduos a se constituírem enquanto sujeitos a partir de seu autoreconhecimento com uma identidade e sua consequente responsabilização por essa identidade.

Quando se volta para o estudo do dispositivo de sexualidade, é o próprio Foucault quem estabelece a distinção entre esses dois campos de investigação quanto de sua complementaridade. Podemos conceber dessa maneira a relação estabelecida por Foucault entre três “linhas de evolução” que constituem a experiência da sexualidade na modernidade tardia: uma mais antiga que busca as formas de manifestação da concupiscência na alma humana, responsável pelo investimento de tecnologias de produção do dizer-verdadeiro como a confissão, configurando assim processos de constituição de si; a busca, por parte de uma literatura erótica, não só da ilustração de experiências excitantes, mas especialmente por uma verdade do prazer; por fim, da preocupação de uma etiologia relacionada com os comportamentos sexuais intimamente relacionados com uma preocupação de defesa da sociedade através de uma medicina higienizante. A relevância da produção de um saber, diferente em cada um dos casos, nos mostra a importâncias dos processos de veridicção, atrelados a uma tecnologia do eu, no caso da confissão, e a uma tecnologia política quando relacionado com um saber psiquiátrico e suas implicações biopolíticas. ²⁶¹

Por conseguinte, para o estudo dos processos de constituição do sujeito sexual, ou de forma mais abrangente, do sujeito desejante, nos voltamos para as técnicas de confissão pensadas como modalidade privilegiada de constituição de si diante do problema da sexualidade. Uma vez que Foucault investigou a técnica do exame e da

²⁶⁰ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: Poder Soberano e a Vida Nua I*. 2ª Edição. Belo Horizonte. Editora da UFMG. 2014. p.12-13

²⁶¹ A esse respeito, cf. FOUCAULT, Michel. “O Ocidente e a Verdade do Sexo” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos vol. IX). p.2

direção de consciência em relação a diferentes contextos, tais como as escolas filosóficas da Antiguidade, o estoicismo helênico e diferentes momentos da história do cristianismo no Ocidente, o que nos parece singular diante da questão da “sexualidade”, mais precisamente da concupiscência nesse momento, é a articulação desses processos com o que o filósofo chamou de poder pastoral, uma forma de poder para qual é preciso conhecer a todos os indivíduos que lhe estão sujeitos em profundidade com vistas a conduzi-los à salvação divina.

Essa forma de poder volta-se ao governo da conduta de todos, uma vez que constituem um rebanho sob a responsabilidade de um pastor, bem como de cada um, pois a salvação no contexto do cristianismo é sempre individual. É essa forma de poder que justifica o emprego das técnicas de exame de consciência. Quanto ao problema da concupiscência especificamente, os indivíduos deveriam conduzir um meticuloso exame de si mesmos para averiguar até onde se implicariam os seus desejos pecaminosos. Essas investigações deveriam resultar na confissão diante de um membro da Igreja, que então lhe diria como se conduzir em face do problema apresentado. Era essa relação que garantia o exercício do controle das condutas.

Ao mesmo tempo, esse constante processo de exame de si apresentou-se como uma forma recorrente de subjetivação, na qual os indivíduos se constituem como sujeitos em ininterrupta desconfiança de si, ou ao menos de uma parte de si sobre a qual não teriam gerência. Essa subjetivação inquietava e perseverou no Ocidente assumindo diferentes avatares. Desse modo, o sujeito do cristianismo era aquele que estava sempre em vigília quanto aos movimentos malditos da alma humana. O funcionamento do poder pastoral só poderá ser pensado em relação com esse modo de subjetivação cristã.

É em relação a esse horizonte histórico que se deve considerar o surgimento da biopolítica de acordo com o pensamento foucaultiano. Como aponta Foucault, a partir dos séculos XVII e XVIII, as sociedades ocidentais passam por intensas transformações em seus modos de vida a partir de eventos como a industrialização da produção e a urbanização dos agrupamentos humanos. É em decorrência dessas mudanças que se desenvolveu uma atividade médica pensada como estratégia de proteção da sociedade. Às práticas de intervenção dessa medicina Foucault chamou de biopolítica. É com o desenvolvimento da psiquiatria e a sua ocupação de certos comportamentos que permitirá a sua composição com essas estratégias de governo da vida pela

biopolítica.

Como pudemos constatar, Foucault se ocupou da genealogia do saber psiquiátrico em diversos momentos de seu percurso, partindo de diferentes perspectivas e relacionando-as com práticas variadas²⁶². Para uma investigação a respeito do dispositivo de sexualidade, o que nos pareceu fundamental foi a forma como esse saber se apropriou de alguns procedimentos típicos do mundo cristão e os fez funcionar em acordo com exigências epistemológicas características das ciências médicas oitocentistas²⁶³, bem como com aquelas demandas políticas que Foucault afirma constituírem o horizonte político do poder disciplinar.

Ao fazer da prática de confissão uma de seus procedimentos centrais, a psiquiatria nascente atualizou novos usos para a hermenêutica de si, bem como para os jogos de poder derivados da relação assimétrica imanentes à direção de consciência. Essa prática, com diferenças que não se deve ignorar, foi de alguma forma absorvida e reconfigurada para o contexto das disciplinas exercidas em instituições pedagógicas, militares, médicas e, necessariamente, psiquiátricas. É, portanto, a partir do saber que o psiquiatra detém que lhe será possível conduzir o tratamento de quem quer que seja, visando com isso alcançar a “salvação” daqueles que se submetem ou são submetidos a seus cuidados. A diferença aqui é que a salvação encontra-se agora atrelada ao conceito de saúde e não de redenção.

Dessa maneira, é através dessa modificação que Foucault poderá afirmar que o dispositivo de sexualidade é uma peça fundamental para a consolidação e o exercício do biopoder. O filósofo afirmara que esse modo de poder funcionaria a partir de táticas de ação capilar sobre a conduta e os corpos dos indivíduos, assim como por intervenções sobre a esfera mais especificamente biológica da espécie. As diferentes práticas que compõem o dispositivo de sexualidade poderão agir nesses dois níveis simultaneamente. Ao tratar questões como o instinto sexual, a degenerescência da espécie a partir de perversões, especialmente a masturbação, a psiquiatria pôde manter sob vigilância e

²⁶² Podemos retomar aqui a primeira aula do curso *O Poder Psiquiátrico* na qual Foucault, ao mesmo tempo em que diz que o ponto de partida da investigação que deseja conduzir aquele ano é onde havia interrompido sua *História da Loucura*, apresenta algumas diferenças entre a abordagem da questão da psiquiatria nesse livro e o no curso que iniciava. Cf. FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico*. Curso dado no Collège de France (1973-1974). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2006. p.16-21

²⁶³ Para o estudo da epistemologia das ciências médicas no século XIX, é evidente a referência a *O Nascimento da Clínica*, livro publicado por Foucault em 1963, porém, para relacionar as exigências dessa medicina com as técnicas de confissão, cf. FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). 1ª Edição. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2013. p.217-221

regular as condutas dos indivíduos em nome de uma defesa da saúde das populações que lhes estavam submetidas.

Assim, se a filosofia antiga fez do amor erótico um importante problema ético, se o pensamento cristão deu à concupiscência uma relevância considerável nos entraves à salvação, o que pudemos perceber com Foucault é o valor político dos saberes a respeito da sexualidade em nossa contemporaneidade. Da publicação do primeiro volume de sua *História da Sexualidade*, em 1976, até os nossos dias, a discussão a respeito da sexualidade e suas implicações políticas vem ganhando cada vez mais importância sob as mais diferenciadas perspectivas²⁶⁴. Dessa forma, nos pareceu fundamental retomarmos o pensamento foucaultiano a respeito dessa questão, bem como a relação que ele estabeleceu com a problemática da biopolítica, para que púdessemos compreender que deslocamentos necessitam ser feitos para descortinarmos a configuração do dispositivo de sexualidade de nosso próprio tempo, bem como a sua relação com as formas contemporâneas de exercício do biopoder.

²⁶⁴ Para ficarmos em apenas alguns nomes aqui, pensemos no longo trabalho desenvolvido por Angela Davis, que busca apontar a importância de certos índices de diferenciação sexual para a consolidação de situações de precarização da situação das mulheres, assim como no pensamento de Luce Irigaray que, a partir de um confronto entre certas noções desenvolvidas por Jacques Derrida e a psicanálise freudiana e lacaniana, pôde questionar a dependência de um modelo de desejo masculino para as definições teóricas e práticas da Psicanálise, ou os trabalhos desenvolvidos por Judith Butler e Paul Beatriz Preciado que, cada um a seu modo, desenvolvem suas pesquisas em uma maior proximidade com o pensamento foucaultiano. Cf. DAVIS, Angela. *Mulheres, raça, classe*; IRIGARAY, Luce. *Este sexo que não é só um sexo*. Sexualidade e status social da mulher. 1ª Edição. São Paulo. Editora Sesc São Paulo. 2017; BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2015; PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. Práticas subversivas de identidade sexual. 1a Edição. São Paulo. n-1 Edições. 2014.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer I. O Poder Soberano e a Vida Nua*. 2ª Edição. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2010.
- BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. São Paulo. Parábola. 2013.
- BUTLER, Judith. “Inversões Sexuais” in PASSOS, Isabel C. Friche (orgs.). *Poder, Normalização e Violência*. Incursões Foucaultianas para a Atualidade. Minas Gerais. Editora Autêntica. 2013. (Coleção Estudos Foucaultianos).
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2015.
- CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte. Autêntica. 2015.
- _____. *Vocabulário de Foucault*. Um percurso por seus temas, conceitos e autores. 2ª Edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2016.
- COSTA, Roberta L. D. “Vida, política e estética da existência em Michel Foucault” in COSTA, Roberta L. D. FERNANDES, Dorgival G. MARINHO, Cristiane Maria. SOUSA, Antônio Alex P. de. VERAS, Elias F. (orgs.) *Michel Foucault: Ressonâncias Contemporâneas*. Curitiba. CRV. 2017.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa. Edições 70. 2012.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 1972 – 1995. 3ª Edição. São Paulo. Editora 34. 2013
- DELEUZE, Gilles. “O Que é um Dispositivo?” In *Dois Regimes de Loucos*. Textos e Entrevistas (1975-1995). São Paulo. Editora 34. 2016.
- DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault*. Uma Trajetória para além do Estruturalismo e da Hermenêutica. 2ª Edição Revista. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2013.
- DUARTE, André. *Vidas em Risco: Crítica do Presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2010.
- FARHI NETO, Leon. *Biopolíticas*. As Formulações de Foucault. Florianópolis. Cidade Futura. 2010.
- FONSECA, Márcio Alves da. “Entre Monstros, onanistas e incorrigíveis. As noções de „normal“ e „anormal“ nos cursos de Michel Foucault no Collège de France” in ORLANDI, Luiz B. Lacerda; RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias Nietzscheanas. Rio de Janeiro. DP&A.

2002.

_____. *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. 3ª Edição. São Paulo. EDUC. 2011.

_____; MUCHAIL, Salma Tannus. “Editar Foucault” in MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, Mestre do Cuidado*. Textos sobre A Hermenêutica do Sujeito. São Paulo. Edições Loyola. 2011.

FOUCAULT, Michel. “La Gouvernamentalité” in *Dits e Écrits II*. 1976-1988. Édition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald avec la collaboration de Jacques Lagrange. Paris. Quarto Gallimard. 2001.

_____. *As Palavras e as Coisas*. Uma Arqueologia das Ciências Humanas. 9ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2007. (Tópicos).

_____. *O Poder Psiquiátrico*. Curso dado no Collège de France (1973-1974). 1ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 2006. (Tópicos).

_____. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo. Martins Fontes. 2008a. (Tópicos).

_____. *Nascimento da Biopolítica*: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo. Martins Fontes. 2008b. (Tópicos).

_____. *Os Anormais*: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault).

_____. *Em Defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo. WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault).

_____. *Do Governo de Si e dos Outros*: Curso no Collège de France (1982-1983). 1ª Edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault).

_____. “O Olho do Poder” in *Repensar a Política*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2010. (Ditos e Escritos VI).

_____. “Foucault Estuda a Razão de Estado” in *Estratégia, poder-saber*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012. (Ditos e Escritos IV).

_____. “As Malhas do Poder” in *Segurança, Penalidade e Prisão*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012. (Ditos e Escritos VIII).

_____. “Teorias e Instituições Penais” in *Segurança, Penalidade e Prisão*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012. (Ditos e Escritos VIII).

_____. “A Governamentalidade” in *Estratégia, Poder-saber*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012. (Ditos e Escritos IV).

_____. “Verdade e Poder” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Editora Graal.

_____. “Nietzsche, a genealogia e a história” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Graal. 2012.

_____. “Os Intelectuais e o Poder” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Graal. 2012.

_____. “Poder-corpo” in *Microfísica do Poder*. 25ª Edição. São Paulo. Graal. 2012.

_____. “O Filósofo Mascarado” in *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2013. (Ditos e Escritos II).

_____. “O Que são as Luzes?” in *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2013. (Ditos e Escritos II).

_____. “O Corpo Utópico” in *O Corpo Utópico, As Heterotopias*. Posfácio de Daniel Defert. São Paulo. N-1 Edições. 2013.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2013.

_____. *A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no Collège de France em 2 de Dezembro de 1970*. 23ª Edição. São Paulo. Edições Loyola. 2013.

_____. *Vigiar e Punir*. Nascimento da Prisão. 41ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2013.

_____. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 2014.

_____. *História da Sexualidade II. O Uso dos Prazeres*. 1ª Edição. Paz e Terra. 2014.

_____. *Do Governo dos Vivos: Curso no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2014. (Coleção Obras de Michel Foucault).

_____. “A Evolução da Noção de Indivíduo Perigoso na Psiquiatria Legal do Século XIX” in *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro. Forense Universitária.

2014. (Ditos e Escritos V).

_____. “O Retorno da Moral” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V).

_____. “Sexualidade e Solidão” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V).

_____. “O Combate da Castidade” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V).

_____. “Foucault” in *Ética, sexualidade e política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V).

_____. “A Filosofia Analítica da Política” in *Ética, Sexualidade, Política*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos V).

_____. “O Ocidente e a Verdade do Sexo” in *Genealogia da Ética. Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX).

_____. “Prefácio à *História da Sexualidade*” in *Genealogia da Ética, subjetividade e sexualidade*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX).

_____. “O Jogo de Michel Foucault” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX).

_____. “A Hermenêutica do Sujeito” in *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos IX).

_____. “A Verdade e as Formas Jurídicas” in *Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2014. (Ditos e Escritos X).

_____. “A Extensão social da norma” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII).

_____. “A Incorporação do Hospital na Tecnologia Moderna” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. (Ditos e Escritos VII). 2016.

_____. “A Política da Saúde no Século XVIII” in *Arte, Epistemologia,*

Filosofia e História da Medicina. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII).

_____. “O Nascimento da Medicina Social” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII).

_____. “Crise da Medicina ou Crise da Antimedicina?” in *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2016. (Ditos e Escritos VII).

GALLO, Sílvio. “Do Cuidado de Si como Resistência à Biopolítica” in CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.) *Foucault*. Filosofia e Política. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2011. (Coleção Estudos Foucaultianos).

HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. 3ª Edição. São Paulo. SP. Martins Fontes Selo Martins. 2014.

IRIGARAY, Luce. *Este sexo que não é só um sexo*. Sexualidade e status social da mulher. 1ª Edição. São Paulo. Editora Sesc São Paulo. 2017.

LAZZARATO, Maurizio. “Enunciação e Política: Uma leitura paralela da democracia – Foucault e Rancière” in CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.) *Foucault*. Filosofia e Política. 1ª Edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2011. (Coleção Estudos Foucaultianos).

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 4ª Edição. São Paulo. SP. WMF Martins Fontes. 2010.

PELBART, Peter Pál. *Vida Capital*. Ensaio de Biopolítica. 1ª Edição. São Paulo. Iluminuras. 2011.

_____. “Subjetivação e Dessubjetivação.” in *O Avesso do Nihilismo*. Cartografias do Esgotamento. 2ª Edição. São Paulo. N-1 Edições. 2016.

PORTOCARRERO, Vera. *As Ciências da Vida*. De Canguilhem a Foucault. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2009.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. Práticas subversivas de identidade sexual. 1ª Edição. São Paulo. n-1 Edições. 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. São Paulo. SP. Penguin/ Companhia das Letras. 2011.

SARTRE, Jean-Paul. *O Existencialismo é um Humanismo*. 1ª Edição. Petrópolis.

Editora Vozes. 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. “Coisas de Governo...” in ORLANDI, Luis B. Lacerda.

RAGO, Margareth. VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze*.

Ressonâncias Nietzscheanas. Rio de Janeiro. DP&A. 2002.

VEYNE, Paul. *Foucault*. Seu Pensamento, sua Pessoa. 1ª Edição. Rio de Janeiro.

Civilização Brasileira. 2011.